

**COMUNISMO
OU
CIVILIZAÇÃO
4**

Em lingua portuguesa

1985

COUCP 4

COMUNISMO OU CIVILIZAÇÃO pela
INVARIÂNCIA da teoria do proletariado.

- Defendida na Liga dos Comunistas (Manifesto do Partido Comunista – 1848); na AIT (obra do Conselho Geral de Londres dirigido por Marx); quando da Comuna; na Segunda Internacional; contra a degenerescência e falência desta (Esquerda socialista na Alemanha, Bolcheviques, Esquerda Socialista na Itália – Fração Abstencionista).
- Que triunfa na Rússia em 1917 e internacionalmente:
Moscou 1919: fundação da terceira Internacional;
Livorno 1921: fundação do Partido Comunista da Itália: ruptura com a democracia.
- Defendida pela Esquerda Comunista contra a degenerescência de Moscou; contra a União Sagrada na resistência ao fascismo.
- Que deve ser restaurada, assim como o Partido Comunista – órgão da classe proletária – fora de todo democratismo, carreirismo, individualismo, contra o imediatismo e contra toda dúvida revisionista quanto à doutrina.

“O comunismo é a VERDADEIRA solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a verdadeira solução do conflito entre a objetivação e a afirmação de si, entre o indivíduo e a espécie. Ele é o enigma resolvido da história e é consciente disto”. (Marx, 1844)

“A civilização e a justiça da ordem burguesa mostram-se sob sua face sinistra cada vez que os escravos desta ordem levantam-se contra seus mestres. Então, esta civilização e esta justiça desmascaram-se como a selvageria sem máscara e a violência sem lei. Cada nova crise na luta de classe entre o apropriador e o produtor faz ressaltar este fato com maior impacto. As atrocidades dos burgueses em junho de 1848 desaparecem por si mesmas diante da indizível infâmia de 1871. O heróico espírito de sacrifício, com o qual a população de Paris – homens, mulheres e crianças – combateu durante dias após a entrada dos Versalheses, reflete tanto a grandeza de sua causa, quanto as glórias infernais da soldadesca refletem o espírito inato desta civilização de que são os mercenários e os defensores. Gloriosa civilização, certamente, cujo grande problema é saber como livrar-se das pilhas de cadáveres que ela produziu, uma vez encerrada a batalha”. (Marx, “A guerra civil na França”)

“O determinismo, na sua amadurecida aceitação, nada tem a ver com a passividade. Ele mostra apenas que o homem age antes de ter querido agir e quer antes de saber por que quer, seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro é ainda prever o momento histórico em que (nada a ver portanto com a passividade) ele será catapultado no turbilhão da ação e da luta – por uma vez a cabeça na frente”. (Diálogo com os mortos, 1957)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
2.1. DAS ORIGENS A 1815.	12
2.2. 1815-1830: OS UTOPISTAS, PRECURSORES DA CRÍTICA SOCIALISTA	29
2.3. 1830-1848: RETOMADA DO MOVIMENTO DE CLASSE E CONSTITUIÇÃO DE CLASSE EM PARTIDO.....	39
2.4. O CARTISMO NA INGLATERRA	41
2.5. FRANÇA: PROLETARIADO E REVOLUÇÃO COM ALMA POLÍTICA.....	67

INTRODUÇÃO

O texto que começamos a publicar aqui, intitulado “Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana, das origens a nossos dias”, é a continuação das “Teses de trabalho sobre a revolução comunista” publicadas no nº 2 (1982), denominado “Programa, classe e partido”.

Como mostramos no prefácio daquela edição, todas essas teses fazem parte de um vasto conjunto que esperávamos publicar na íntegra em 1981, tanto em francês como em português. Isso não foi possível e registramos o episódio como sendo um revés. Assim, a publicação dessas teses prossegue em francês, todos os anos, em alternância com o estudo sobre a “crise catastrófica do MPC”. No que diz respeito à edição em português, esta retomará anualmente as referidas teses. Os números da revista serão, conseqüentemente, bem menores e não constituirão, como foi o caso dos três primeiros, um bloco de teses formando um todo, com estas desdobrando-se em diversas edições. Isso implicará da parte do leitor um esforço adicional de compreensão e de paciência, já que as conclusões se farão esperar e que nosso trabalho terá menos peso do que se pudesse ter sido escrito e lido de uma só vez. De outra parte esperamos ainda às custas de uma diminuição do peso do nosso trabalho, ganhar uma regularidade que não conseguimos manter até agora. (apenas quatro números foram editados desde 1981, em vez de cinco).

Tudo isso deve-se à extrema fraqueza de nossas forças no momento atual.

O número 6 da revista *Invariance* (antiga série, publicado na França entre 1968 e 1969, cujas teses são aqui retomadas e consideravelmente aprimoradas, começava com os seguintes três capítulos:

- Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana das origens a nossos dias;¹
- A questão russa e a teoria do proletariado;
- O movimento proletariado nas outras áreas: as revoluções anti-coloniais.

Em seguida, passava-se para as características do modo de produção capitalista.

Estes três primeiros capítulos deviam, portanto, fornecer elementos para a compreensão do curso do movimento proletário em sua totalidade, em escala mundial.

Num primeiro momento, tratava-se de cercar a emergência do movimento numa área bem precisa: aquela que tira sua unidade do fato de ser a primeira a conhecer um desenvolvimento do MPC e de suas contradições, a ponto de abrir caminho para um ciclo proletário cuja perspectiva é a revolução comunista pura.

¹ Recordemos rapidamente a natureza da área “euro-norte-americana”: designa-se assim o conjunto geográfico e político que compreende a Inglaterra, os países europeus até a fronteira russa e os Estados Unidos, o qual tira sua unidade (donde o nome de área) do fato de que o ciclo burguês encontra-se geralmente fechado após 1871, a situação estando globalmente madura para a revolução proletária pura. É portanto esta área, berço do movimento comunista, que estudamos inicialmente.

Os contornos geo-históricos dessa área passam pela Inglaterra até 1848, estendendo-se até à França, Itália, Alemanha, Estados Unidos e Canadá a partir de 1870, limitando-se aos confins do imenso império russo que, em 1914, quando explode a primeira guerra imperialista mundial, ainda aguarda sua revolução burguesa. Durante esse período, o ponto comum a todas essas nações é de serem nações capitalistas dotadas de instituições burguesas, que só podem conhecer doravante um único tipo de evolução histórica: ou perpetuação da ditadura da burguesia, ou revolução proletária pela instauração da ditadura do proletariado e do comunismo.

Nos confins da Europa, na Rússia e na Ásia, a situação histórica ainda permite uma combinação de vários tipos de revolução, como ocorreu na Europa em 1848. Ao dedicar o 2º capítulo de suas teses à Rússia, Invariance estudava mais particularmente o fenômeno que fornecerá a base de todas as revoluções posteriores da Ásia e da África: a possibilidade de engavetamento de uma revolução burguesa e de uma revolução proletária. No entanto, em plena fase de contra-revolução mundial, as revoluções anti-coloniais dos anos 60 não conhecerão o transpassamento proletário vitorioso.

Assim, armados das conclusões dos capítulos 1 e 2, podemos nos lançar no estudo do “movimento operário nas outras áreas”, encerrando então o ciclo que disporá de todos os elementos teóricos e históricos que permitem afrontar a re-emergência do fenômeno revolucionário em escala planetária.

Será apenas nesta terceira parte – e, portanto, não antes de alguns anos – que desenvolveremos o histórico do movimento da classe proletária na área latino-americana (assim como nas áreas asiática e africana). Nesta área, que possui uma fisionomia específica, o curso histórico apresenta-se como segue:

- comunidades comunistas primitivas
- formas secundárias de produção (império Inca, Maya, Azteca, etc)

“A produção comunal e a propriedade comum tal como se apresentam, por exemplo, no Peru, são evidentemente uma forma secundária, introduzida e transplantada por tribos conquistadoras que conheciam em seu próprio interior a propriedade comum e a produção comunal em sua forma antiga mais simples, tal como ocorre na Índia e entre os eslavos”. (Marx – Grundrisse)

- dissolução violenta dessas formas (conquista hispano-portuguesa no século XVI e integração da América Latina no mercado mundial da fase de submissão formal (pilhagem dos recursos locais, comércio do ouro, tráfico de escravos, etc...));
- modo de produção capitalista (passagem a que correspondem, no plano político, as guerras de independência latino-americanas durante o século XIX. Isso significa que o continente não conhece historicamente o feudalismo, forma terciária de produção que se espalhou no continente europeu depois da fusão dos restos das instituições das formas secundárias de produção antigas (império romano) e do avanço das tribos germânicas, portadoras de jovens instituições comunitárias. Tal sociedade, fundada no localismo da produção e na auto-suficiência da economia feudal, não favorecia a autonomização do valor, fenômeno que operou como alavanca a favor da acumulação de capital nas cidades, dominadas por uma nova classe ascendente: a burguesia. Ao

mesmo tempo que ela aumentava seu poderio econômico, via-se obrigada a transformar a sociedade num sentido conforme a seus interesses, lançando-se então à tomada do poder político (revoluções inglesa e francesa dos séculos XVII e XVIII). Mas seu esquema ideal de sociedade não incluía a emergência de uma nova classe explorada, o proletariado, cuja intervenção revolucionária iria levar a burguesia a estabilizar seu curso histórico em posições conservadoras e, mais tarde, contra-revolucionárias (cf. teses 2.1., 4.9., e 2.1.4.10).

Ao contrário, na área latino-americana, o processo de autonomização do valor foi acelerado a partir de fora, pela intervenção violenta das potências coloniais européias (Holanda, Espanha, Portugal), que viviam então seu apogeu, mas que atrasaram-se consideravelmente no desenvolvimento da fase de submissão real do trabalho ao capital. As lutas pela independência do século XIX são, assim como a guerra de independência norte-americana, assimiláveis a revoluções burguesas. Mas, enquanto a burguesia norte-americana ganhava sua emancipação derrotando diretamente o país capitalista mais desenvolvido da época – a Inglaterra, ponta de lança do imperialismo mundial – é, ao contrário, com a ajuda desse mesmo imperialismo inglês que as burguesias latino-americanas se emancipavam do jugo colonial hispano-português. Por conseguinte, a área inteira foi submetida aos interesses do imperialismo inglês e, posteriormente, americano, a partir do momento em que este atribuiu-se a liderança do capitalismo mundial.

Entre outros fenômenos, isso favorecerá o atraso dessa área, que conhece ainda hoje limites à plena generalização da fase de submissão real do trabalho ao capital. Onde, também, a fisionomia específica do curso histórico da classe proletária nessa área (assim como para a classe proletária na África e na Ásia), o qual merecerá um estudo histórico seriamente documentado.

Neste número (e no nº 5) a ser publicado em 1986) mostramos como, a partir de situações particulares, a classe proletária da Inglaterra, da França e da Alemanha foi levada a formular uma crítica de suas condições de vida e como a fusão dessas três críticas resultou no programa comunista, arma definitiva da classe proletária para sua emancipação.

Do mesmo modo, o proletariado das outras áreas, a partir de sua situação histórica particular, só pode situar-se no terreno do programa universal da classe proletária: o programa comunista.

Acima da experiência de cada fração da classe operária mundial, é de seu próprio ser que o proletariado tira sua vocação revolucionária, e o movimento histórico da classe nada mais é do que a expressão deste ser revolucionário. É por isso que os elementos históricos que se depreendem do estudo do curso histórico do proletariado na Europa do século XIX têm um alcance universal: são princípios, aos quais não se aplica nenhuma “adaptação”, nenhum “particularismo”, sem se correr o risco de colocar em xeque a própria doutrina na sua integralidade. Cabe ao partido comunista, órgão internacional da classe operária, precisar a estratégia e a tática que o proletariado mundial seguiu e seguirá, considerando as especificidades

históricas de cada área ², mas sempre fundando-se nas lições passadas e presentes, as quais não pertencem a um proletariado “europeu”, mas à classe na sua universalidade:

- necessidade da constituição da classe em partido político distinto e oposto aos outros partidos burgueses;
- nenhuma aliança, uma vez encerrado o ciclo revolucionário burguês com a classe burguesa ou uma fração desta;
- crítica da democracia e de suas formas (parlamentarismo);
- necessidade de tomada do poder político em escala internacional e do exercício da ditadura do proletariado; transição política para a sociedade sem classes;
- abolição das classes e do salariado; formação de uma comunidade humana mundial: o comunismo.

É a luz de nossas conclusões de partido sobre todas essas questões que poderemos abordar o estudo do movimento da classe proletária na área eslava e nas outras áreas.

No seu projeto de reedição de *Invariance* 6, CouC julgou necessário preceder estes três primeiros capítulos de teses lembrando a posição clássica do movimento comunista sobre o partido de classe, desenvolvendo teses publicadas no número 1 em língua francesa, a fim de clarificar e de precisar a exposição histórica seguinte, a qual ilustrará o processo de formação e de fortalecimento do partido.

O texto, cujos capítulos iniciais serão apresentados aqui (consideravelmente melhorados em relação às teses primitivas publicadas em *Invariance*), terá por função, entre outras, ilustrar e precisar as teses publicadas no n° 3 (n° 11 em língua francesa) sobre o partido. Ele estuda notadamente a noção de partido operário e os diversos episódios que marcaram a vida do partido comunista histórico. Ele procura mostrar como o proletariado forjou o programa comunista através de suas lutas e como, em diversas ocasiões, através da história, núcleos bastante reduzidos tentaram defendê-lo e reforçá-lo, contra todas as deformações e os desvios que as forças que lhe eram hostis tentavam lhe impingir. Ele procura também tirar do passado elementos que permitirão afrontar com mais segurança e firmeza o futuro. Isso porque, debruçar-se sobre sua própria história só tem sentido se se trata de utilizá-la pra reforçar sua posição frente ao presente e ao futuro. O proletariado não examina seu passado com o olhar frio e “objetivo” do historiador que coleciona fatos e datas, mas defende apaixonadamente seu programa, tirando as lições de suas vitórias e derrotas a fim de reforçar e de confirmar cada vez mais suas capacidades de ação revolucionária e de voltar ao assalto das cidadelas do capital munido de todas as suas armas, por mais de uma vez banhadas durante os combates passados.

Invariance citava esta frase de Santo Agostinho: “Um longo passado também é uma longa lembrança do passado”. Em outros termos, nenhum passado vale se não é mantido pela lembrança, não como um objeto morto, objeto de culto passivo, mas como fonte de ensinamentos para afrontar o futuro.

² No n° 6 veremos, entre outros, qual foi a atitude do partido comunista em relação à democracia na revolução alemã de 1848.

O proletariado não pode dispensar o conhecimento de sua própria história como arma na sua luta contra a sociedade capitalista. Mais do que qualquer outra classe, o proletariado se conhece e se define como classe histórica, pois é a primeira a fornecer uma teoria que compreende enfim a história com um sentido materialista e situa seu próprio papel como classe no processo histórico. No texto “Algumas palavras sobre a história da Liga dos Comunistas”, Engels mostra magistralmente que a emergência do programa comunista permitiu ao movimento comunista e às suas expressões históricas não mais aparecer como algo puramente acidental, mas “como um movimento da classe oprimida dos tempos modernos, o proletariado, como as formas mais ou menos desenvolvidas da luta de classes, mas diferentes de todas as antigas lutas de classes num aspecto especial: a classe oprimida atual, o proletariado, não pode realizar sua emancipação sem emancipar, ao mesmo tempo, toda a sociedade, da divisão em classes, sem emancipá-la portanto das lutas de classes. Por comunismo, não se entendia mais a construção, mediante um esforço de imaginação, de um ideal tão perfeito quanto possível, mas a compreensão da natureza, das condições e dos objetivos gerais da luta levada pelo proletariado”.

Assim, Engels acentua toda a sublevação revolucionária representada pelo surgimento do programa comunista, a partir do qual revela-se a profunda natureza não apenas do confronto de classes em curso no MPC, mas ainda dos confrontamentos que marcaram toda a história passada da humanidade.

O proletariado é a única classe a possuir uma consciência histórica verdadeira de sua ação. Ainda que tenham tentado efetuar o mesmo trabalho sobre seu próprio movimento de classe, as outras classes só podem chegar a uma consciência e a uma teoria alienadas. Ora, o proletariado não possui esta “verdade” por graça divina: é ao longo de suas lutas que ele a forjou:

“A questão de saber se cabe reconhecer ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas uma questão prática. É na prática que o homem deve provar a verdade, ou seja, a realidade e a potência de seu pensamento neste mundo e para nosso tempo. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade de um pensamento que se isola da prática é puramente escolástica”. (2ª Tese sobre Feuerbach)

É por isso que nosso “Breve Histórico...” será defesa apaixonada do programa comunista, cuja emergência e continuidade através de todas as vicissitudes contingentes do movimento proletário tentaremos precisar. Num período em que triunfa a verdade do capital, procuraremos estudar as condições para que reemerja e se afirme a verdade do proletariado.

O plano geral do trabalho (que será publicado em diversos números) é o seguinte:

2.1. Das origens a 1848

2.1.1. Das origens a 1815

2.1.2. 1815-1830: os utopistas, precursores da crítica socialista

2.1.3. 1830-1848: Retomada do movimento de classe e constituição da classe em partido

2.1.4. O cartismo na Inglaterra.

2.1.5. França: proletariado e revolução com alma política.

2.1.6. Batalhas pelo partido: as origens da Liga dos Comunistas.

2.2. A revolução de 1848

- 2.2.1. Introdução
- 2.2.2. Revolução e programa comunista
- 2.2.3. A revolução de 1848 na França
- 2.2.4. A revolução de 1848 na Alemanha
- 2.2.5. O fracasso do cartismo na Inglaterra
- 2.2.6. A Liga dos Comunistas nas revoluções de 1848

2.3. 1848-1872: Batalhas pelo programa

- 2.3.1. Proletariado e contra-revolução: 1852-1864
- 2.3.2. A Primeira Internacional (1864-1872)
- 2.3.3. A Comuna de Paris, primeira tentativa de impor a ditadura do proletariado

2.4. 1872-1889: Partidos operários e partido comunista: a trajetória “nacional” dos partidos operários

- 2.4.1. A Social-Democracia alemã
- 2.4.2. As dificuldades de penetração do programa comunista na França.
- 2.4.3. Fraqueza teórica e política do movimento operário inglês.
- 2.4.4. O movimento operário americano desde suas origens.
- 2.4.5. O movimento operário nos outros países europeus: Itália, Áustria, etc...

2.5. A Segunda Internacional (1889-1914)

- 2.5.1. Os anos de formação
- 2.5.2. Oportunismo, reformismo, revisionismo
- 2.5.3. A Internacional e a guerra (legalismo e preparação revolucionária).

2.6. A Internacional Comunista

- 2.6.1. Ruptura com a social-democracia e reapropriação parcial do programa comunista (1914-1921)
- 2.6.2. O refluxo da vaga revolucionária e a degenerescência do movimento (1921-1924)
- 2.6.3. Acentuação do curso contra-revolucionário e da degenerescência do movimento (1924-1928)
- 2.6.4. A IC instrumento da contra-revolução (1928-1943)
- 2.6.5. A esquerda frente à degenerescência da IC

2.7. O movimento proletário de 1928 até a Segunda Guerra Mundial

2.8. O movimento proletário após a Segunda Guerra Mundial

2.9. A Esquerda Comunista da Itália depois da Segunda Guerra Mundial

2.10. Conclusão: rumo o partido comunista mundial.

Claro que neste trabalho, que promete ser volumoso (apesar de seu caráter de breve histórico indicado no título, já que ainda não chegou o momento em que os comunistas poderão dedicar tranqüilamente suas pesquisas a uma História do movimento proletário em vinte volumes!) a conclusão não será a parte menos importante.

É apenas na espera da revolução comunista mundial para o fim deste século ou início do próximo (note-se que, conforme nosso ritmo de publicação em fascículos semestrais, só poderemos irritar os incorrigíveis impacientes) que este trabalho assume todo seu sentido. Atualmente, raros são os sinais de uma autêntica retomada da luta de classes, mesmo se o proletariado, como ocorreu recentemente na Polônia, chega por vezes a ser lembrado pelos narradores burgueses. Uma das questões importantes a que este trabalho deverá em princípio trazer elementos de resposta é a que Invariance colocava num texto fundamental, do qual nos servimos abundantemente para redigir as teses de trabalho sobre o partido, publicadas no número 2 (ou no n.º 11 e nossa edição em língua francesa) de CouC: “Origem e função da forma partido”:

“O programa nascido da luta só poderá ser afirmado através dela. Isso nos leva a considerar as condições da luta contra o capital portanto as da ligação entre os proletários e o programa. Será necessário então individualizar os períodos de revolução e de contra-revolução. Os proletários só reivindicam sua missão quando não têm reserva (integremos isso na dinâmica da sociedade, na luta de classes: pode o capitalismo assegurar uma reserva ao proletário, garantir-lhe alguma segurança?). Tudo isto está ligado ao problema da crise e os diferentes casos que podem ocorrer estão explicitados nas Teses de Roma (1922).”

A crise mundial do MPC, cujos efeitos se aprofundam ciclicamente, e que a tímida “retomada” tão aplaudida pelos órgãos da burguesia não impedirá de ressurgir brutalmente por volta de 1987-88, é nossa aliada mais segura. Mas, isoladamente, ela não pode garantir por si só a vitória do proletariado, se seu despertar histórico não for acompanhado de uma sólida restauração dos princípios e do programa comunistas.

Bordiga passava a palavra ao advogado do diabo (em “Rússia e revolução na teoria marxista”) e citava todos os argumentos que podem destruir, num revolucionário, a firme determinação de trabalhar nesta restauração e na realização da revolução futura. Num primeiro momento, ele mostra que o proletariado só conheceu, durante sua vida sua ação militante, uma longa série de derrotas e de tragédias; que a revolução não venceu onde tinha mais chances de triunfar: Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, etc...; que não se pode reconhecer, no único poder existente oriundo de uma revolução proletária na Rússia), a economia e a sociedade comunistas. Em suma, para nosso advogado do diabo, o único momento em que o programa comunista ligou-se com a realidade foi na efervescência das revoluções burguesas, mas fora desse trampolim ele é incapaz de ter uma atuação autônoma.

Mas, como responde Bordiga, “não sendo o marxismo um simples transbordamento de 1848, mas uma energia revolucionária própria, a morte do capitalismo será, em qualquer lugar que aconteça, uma morte violenta, revolucionária, a ferro e a fogo.”

Às teses derrotistas, às metáforas vazias de sentido, às palavras de ordem dignas das piores manchetes sensacionalistas da imprensa burguesa, contrapomos as firmes formulações da Esquerda Comunista da Itália, que mostrava que, apoiando-se sobre toda a história e a experiência de sua classe, o revolucionário não precisa escrutar o horizonte todos os dias em busca dos sinais de batalha que desencadearão a guerra de classes. Firmemente ancorado sobre as bases do programa comunista, integrado ao fio vermelho do tempo que unifica as gerações proletárias, ele trabalha anonimamente na restauração do programa comunista, em previsão da revolução que virá, da qual tem tanta certeza como se fosse um fato já ocorrido.

2.1. DAS ORIGENS A 1815.

2.1.1. Gênese histórica do programa comunista e gênese do proletariado como classe revolucionária são inseparáveis.

Desde a dissolução da antiga comunidade natural primitiva – fase das comunidades comunistas primitivas – onde a condução dos negócios efetuava-se de maneira diretamente coletiva, sem intervenção de qualquer poder externo, diferentes movimentos sociais, perseguidos pela nostalgia de uma sociedade sem classes na qual afirmar-se-ia imediatamente a essência social do homem, tentaram reconstituir uma comunidade humana. Isso tanto na sociedade escravocrata antiga, como na Idade Média.

Ora, tal reivindicação só podia estar condenada ao fracasso na medida em que as condições materiais existentes não podiam, em nenhum caso, permitir a passagem à sociedade sem classes. Este movimento de rebelião contra a sociedade de classes era definitivamente reacionário, pois opunha-se a uma revolução histórica a qual, aliás, não compreendia.

Donde uma afirmação totalmente velada e mistificada do comunismo e uma consciência alienada destes movimentos. O peso do passado era demasiado forte. Não podemos, por falta de um desenvolvimento adequado da sociedade, estar dialeticamente ligado ao futuro comunismo da espécie, o comunismo das comunidades primitivas era mito e poesia, nada além disso.

Todavia, a força do caráter social da espécie humana já pode ser demonstrada pelo fato de que, mesmo assim, este mito conseguia movimentar massas de homens que combatiam a ordem existente.

É somente com o desenvolvimento da sociedade feudal e, no seio desta, a ascensão da classe burguesa, que novas bases surgem para a formação de uma sociedade na qual a reivindicação do comunismo poderá tornar-se realidade. E a partir dessas bases – que, todavia, anunciavam apenas, a curto prazo, o surgimento de uma sociedade de classes – o comunismo pode mesmo ser entrevisto e reivindicado como outra coisa que um simples retorno ao passado. Teorizadas por Campanella, Joachim de Flore ou Thomas More, as aspirações comunistas – mesmo se não eram imediatamente realizáveis – exprimem ao mesmo tempo uma necessidade incoercível da espécie humana. No entanto, cada vez, na medida em que a sociedade de classes ainda permanece uma necessidade histórica, o comunismo é incapaz de triunfar. Reprimido, ele prepara-se para ressurgir com mais violência ainda.

2.1.2. Com efeito, para que a reivindicação do comunismo deixe de ser simplesmente um sonho ou uma utopia, para tornar-se um programa e exprimir realmente o devir da humanidade, é preciso que surja:

“uma classe de grilhões radicais, uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil; uma ordem que seja a dissolução de todas as ordens, uma esfera que possua, por seus sofrimentos universais, um caráter universal, que não reivindique um direito particular pois não foi cometido contra ela nenhuma injustiça particular, apenas a injustiça pura e simples, que não pode provocar a título histórico mas somente a título humano, que (...) seja a perda total do homem e só possa reconquistar-se mediante a completa reaquisição do homem. A dissolução da sociedade enquanto estado particular, é o proletariado. (Marx – Crítica da filosofia do direito de Hegel)

Enquanto não tiver sido forjada a classe proletária moderna “coveira” da sociedade burguesa, através da evolução histórica que vai da sociedade feudal ao modo de produção capitalista plenamente desenvolvido, ao preço de mil sofrimentos e dilacerações, a aspiração ao comunismo não poderá manifestar-se como um verdadeiro movimento revolucionário.

Mas não se deve deduzir disso uma simples relação quantitativa entre desenvolvimento da classe operária e expressão do comunismo. Desde o fim da Idade Média, em certos setores, as lutas de classe assumiram um caráter nitidamente revolucionário. Foi o caso das revoltas em Flandres (1328) contra a exploração e opressão exercidas pelas classes dominantes; das “jacqueries” ao norte da França (1358), da revolta dos Ciompi na Itália (1378), daquelas das profissões inferiores reclamando o direito de organizar-se em corporações (tintureiros, carteiros, penteadores de lã...). Em relação a estes trabalhadores, expulsos da terra e reagrupando-se pouco a pouco nas cidades, o fato de não estarem aprisionados na rígida hierarquia da sociedade feudal confere às suas revoltas uma dimensão mais ampla, mais geral do que àquelas dos operários de corporações, companheiros, etc...

“Companheiros e aprendizes estavam organizados em cada profissão do modo que melhor seria aos interesses dos mestres; as relações patriarcais que existiam entre seus mestres e eles próprios conferiam aos primeiros um duplo poder. De uma parte, estes tinham influência direta sobre a vida dos companheiros; de outra, dado que estas relações representavam um verdadeiro elo para os companheiros que trabalhavam para um mesmo mestre, formavam assim um bloco frente aos companheiros de outros mestres, e isso os mantinha separados; por último, os companheiros já estavam ligados ao regime existente, pelo simples fato de que tinham interesse em tornar-se mestres. Por conseguinte, enquanto a plebe chegava pelo menos a realizar agitações contra toda a ordem municipal (isto é, contra o poder burguês, representado pela cidade contra os campos feudais – ndr), as quais, dada sua impotência, permaneciam aliás totalmente inoperantes, os companheiros não ultrapassavam as pequenas rebeliões dentro das corporações isoladas, como ocorre em qualquer regime corporativo. Os grandes levantes da Idade Média emanaram todos do campo, mas estiveram igualmente condenados ao fracasso, em função da dispersão dos camponeses e de sua incultura, que era consequência desta última.” (Marx-Engels – A Ideologia Alemã)

2.1.3. Temos portanto, no seio da sociedade burguesa, e isto desde sua origem, a existência de uma verdadeira oposição plebéia, composta por “burgueses desclassificados e pela massa de cidadãos privados dos direitos cívicos” (Engels). Esta oposição, composta por elementos bastante mesclados,

“agrupava os elementos desclassificados da velha sociedade feudal e corporativa, e os elementos proletários ainda não desenvolvidos, embrionários, da sociedade moderna que estava nascendo. De um lado, artesãos empobrecidos, ainda ligados à ordem burguesa existente pelos privilégios das corporações; do outro, camponeses expulsos de suas terras e criados de serviço despedidos, que ainda não podiam transformar-se em proletários. Entre eles, os companheiros, momentaneamente localizados fora da sociedade oficial e que, por suas condições de existência, aproximavam-se do proletariado tanto quanto o permitiam a indústria da época e os privilégios das corporações, mas que, simultaneamente, eram quase todos futuros mestres e futuros burgueses, precisamente por causa desses privilégios. É por isso que a posição política dessa mescla de elementos diversos era necessariamente muito pouco segura e diferente segundo as localidades.” (Engels – A guerra dos camponeses na Alemanha)

Com efeito, no seio desta mescla, existiam um elemento prefigurando a pequena burguesia e um elemento prefigurando o proletariado, mão-de-obra desclassificada que será empregada, na época seguinte, nas manufaturas, ou rejeitada à margem da sociedade, na vagabundagem (as manufaturas não nasceram da decomposição do regime corporativo, mas fora deste). Onde o fato de que, desta massa, tanto podiam surgir reivindicações reacionárias, como um questionamento radical da ordem existente, ainda que, num primeiro momento, este fosse expresso de uma forma religiosa, emprestando da mitologia bíblica os fundamentos de uma reivindicação igualitária.

2.1.4. Nesta época, portanto, é a fração plebéia do clero que fornece aos diversos movimentos seus teóricos e sua ideologia. Através das heresias da Idade Média surge o grande contraste entre a oposição burguesa e a plebéio-camponesa. Nestas guerras “religiosas”, trata-se sobremaneira de lutas para fazer triunfar interesses de classes muito materiais: abolição das corvéias, dos censos, dos impostos, etc... Essas reivindicações eram defendidas com maior ou menor nitidez, como conseqüências inelutáveis da doutrina cristã dos primeiros mártires. Engels explica porque a maioria dos movimentos da época, como os de John Ball na Inglaterra, dos Taboritas e dos Hussitas na Europa Central, de 1419 a 1463, tiveram uma roupagem religiosa.

“Está, portanto, claro que todos os ataques geralmente dirigidos contra o feudalismo tinham que ser antes de tudo ataques contra a Igreja; todas as doutrinas revolucionárias, sociais e políticas tinham que ao mesmo tempo e, principalmente, heresias teológicas. Para poder mexer com as condições sociais existentes, era necessário retirar-lhes seu caráter sacro”. (idem)

2.1.5. Com o fim da Idade Média e o ascenso das forças produtivas que se dá com o estabelecimento da sociedade burguesa, reforça-se o grande movimento de expropriação dos homens e a separação dos produtores de seus meios de produção, que se concentram nas mãos da burguesia. Assim surge, pela primeira vez na história, uma classe de homens despojados de

tudo, sem reserva, que, se não constitui ainda o proletariado na acepção moderna do termo, já prefigura alguns de seus traços fundamentais e se encontra apta a antecipar o que constitui a originalidade do programa revolucionário do proletariado: a crítica radical da ordem existente e a afirmação da sociedade sem classes. Que, por razões históricas, essas instituições se tenham revelado extraordinariamente limitadas – notadamente na sua expressão apoiada na religião – não retira nada a seu caráter de etapa indispensável para a emergência de uma verdadeira crítica da sociedade. Com efeito, desde essa época, os plebeus constituíam:

“a única classe situada fora da associação feudal e da associação burguesa. Eles não tinham privilégio nem propriedade e nem possuíam, como os camponeses e a pequena burguesia, um bem, ainda que taxado de pesados encargos. Não tinham quaisquer bens e direitos. Suas condições de existência não os colocavam jamais em contato direto com as instituições existentes, as quais os ignoravam completamente. Eles eram o símbolo vivo da decomposição da sociedade feudal e corporativa burguesa e, ao mesmo tempo, os primeiros precursores da moderna sociedade burguesa. É essa situação que explica porque, desde essa época, a fração plebéia não podia limitar-se à simples luta contra o feudalismo e a burguesia privilegiada, mas tinha que, pelo menos na imaginação, ultrapassar a sociedade burguesa recém nascida. Ela explica porque esta fração excluída de toda propriedade já devia começar a questionar instituições, concepções e idéias que são comuns a todas as formas de sociedade que se sustentam sobre antagonismo de classes. Para isso, os sonhos milenaristas do cristianismo primitivo ofereciam um cômodo ponto de partida.

Mas, ao mesmo tempo, esta antecipação não apenas além do presente, mas até do futuro, só podia ter um caráter violento, fantástico e devia, na primeira tentativa de realização prática, recair nos limites impostos pelas condições da época. Os ataques contra a propriedade privada, a reivindicação da comunidade dos bens desagregar-se-iam numa grosseira organização de caridade. A vaga igualdade cristã podia, na melhor das hipóteses, desembocar na igualdade civil perante a lei; na realidade, a supressão de toda autoridade torna-se a constituição de governos republicanos eleitos pelo povo. A antecipação na imaginação do comunismo era na verdade uma antecipação das modernas condições burguesas.” (*idem*)

2.1.6. Assim foi o movimento de Thomas Münzer, verdadeiro precursor do comunismo. Sua doutrina política inspira-se da fonte comum da heresia plebéia e dos escritos milenaristas de Joachim de Flore. Durante a guerra dos camponeses alemães, em 1525, o conteúdo real de seus sermões, pregando a igualdade e o ascetismo, teve um caráter eminentemente revolucionário.

“Assim como a filosofia religiosa de Münzer toca no ateísmo, seu programa político também toca no comunismo e mais de uma seita comunista moderna ainda não dispunha, às vésperas da revolução de fevereiro (1848, ndr), de um arsenal teórico mais rico que os munzerianos do século XVI. (*idem*)

Justamente por pregar um estado social sem propriedade nem Estado, tendo-se organizado militarmente para conseguir isso pela força, esse movimento foi diretamente combatido pelas forças feudais e pela burguesia ascendente.

“Para Münzer, o reino de Deus nada mais era que uma sociedade onde não haveria mais qualquer diferença de classes, qualquer propriedade privada, qualquer poder de Estado

autônomo e estranho aos membros da sociedade. Todas as autoridades existentes deveriam ser derrubadas se recusassem a se submeter e a aderir à revolução; todos os trabalhos e todos os bens deveriam ser postos em comum e a igualdade mais completa deveria reinar. Uma liga deveria ser fundada para realizar este programa não apenas em toda a Alemanha, mas no conjunto da cristandade. Os príncipes e os nobres seriam convidados a juntar-se a ela; se recusassem, na primeira ocasião a liga os derrubaria com as armas na mão, ou os mataria”. (*idem*)

Essa grandiosa tentativa revolucionária do povo alemão terminou-se por uma vergonhosa derrota uma opressão redobrada. Em todos os lugares os camponeses recaíram sob a dominação de seus mestres; eclesiásticos, nobres ou burgueses; as tarefas e os impostos foram aumentados. São os príncipes que saíram vitoriosos da Guerra dos Camponeses; ganharam primeiro em termos relativos (contra a burguesia das cidades, enfraquecendo-a) e depois em termos absolutos (contra os eclesiásticos, secularizando seus bens).

2.1.7. Essa contra-revolução traduziu-se por uma terrível fase de recuo na área germânica, fenômeno que a guerra dos Trinta Anos iria acentuar mais ainda, provocando uma espécie de “balcanização” precoce da Alemanha.

Enquanto a França e a Inglaterra já formavam nações mais ou menos centralizadas, a Alemanha desagregava-se cada vez mais. Houve partição: a Suíça separou-se do Sul católico, o mesmo ocorrendo na fronteira setentrional com a Dinamarca; daí derivará a questão do Schlesvig-Holstein. Privadas de seus mais protetores escudos, a Alemanha tornou-se presa dos Estados vizinhos (França, Suécia e Rússia).

O fracasso da guerra dos camponeses foi a primeira causa desse recuo. A fraqueza política da Alemanha, seu fracionamento e sua debilidade econômica constituíram um freio enorme ao desenvolvimento do movimento revolucionário, tanto burguês como proletário, e isso por vários séculos, já que essa situação pesou bastante sobre a revolução de 1848 e, após seu fracasso, sobre toda a evolução posterior da Alemanha.

“O particularismo dessa Alemanha dividida em pequenos Estados não permitiu então, mais do que em 1848, uma ação comum aos revolucionários dos territórios de Estados diferentes.” (*idem*)

2.1.8. Aliás, é “sob a impressão direta da contra-revolução que acabava de se encerrar” que Engels redigiu, em 1850, para a Nova Gazeta Renana, sua obra sobre a guerra dos camponeses de 1525. Assim, estudando os três séculos de distância as causas do fracasso e dele deduzindo as conclusões para a retomada do movimento a vir, Engels mostrava brilhantemente que nossa teoria não é apenas teoria da revolução, mas também da contra-revolução. Esta é, efetivamente, uma das primeiríssimas “lições” que os comunistas souberam tirar da história de sua classe, mostrando que sem integração da compreensão do que é uma contra-revolução ao corpo da doutrina, não existe compreensão de sua própria história, nem atividade revolucionárias possíveis.

“Previsão da revolução socialista unitária e mundial, o marxismo também é, desde o início, uma espera segura e resoluta de contra-revoluções em séries, repetidas,

espraiando-se e cruzando-se no espaço e no tempo.” (Bordiga – A contra-revolução ensina)

O caráter da totalidade da teoria comunista é dada precisamente pelo fato de que ela é capaz de integrar a série de episódios revolucionários, a sucessão de vitórias e derrotas, em um todo coerente, que manifesta a continuidade do ser e da ação revolucionários do proletariado, não apenas no tempo, mas igualmente no espaço. A noção de fase de revolução e fase de contra-revolução é inseparável da noção de área geo-histórica, que indica os limites espaciais entre os quais se desenrola a ação. Mas, assim como as revoluções entrecruzam-se e superpõem-se, elas não se desenrolam em áreas estanques, sem que sua explosão, sua vitória e sua derrota, tenham repercussões em outras áreas, como o mostram brilhantemente os episódios de 1848 ou de 1917.

Assim, no longo caminho que conduz o proletariado para a expressão pura de seu programa comunista, as diferentes formas que assume a reivindicação comunista não são idênticas, justamente por causa do espraiamento do movimento revolucionário no tempo e no espaço.

2.1.9. É numa área totalmente distinta, na Inglaterra, que o movimento recomeçaria um século depois. Dada a especificidade desta área (de pequenas dimensões, mas facilmente assimilável enquanto ilha a uma área geográfica), o movimento que nela se desenrolou foi mais completo e mais radical (pelo menos no que concerne à fase burguesa); mais exemplar, também, porque apreende-se melhor os diferentes momentos do curso revolucionário da sociedade moderna. É na Inglaterra que ocorre a primeira revolução burguesa vitoriosa e já existe a emergência de um movimento independente da classe proletária em vias de formação, com suas manifestações teóricas próprias (Niveladores com Lilburne, Escavadores com Winstanley).

2.1.10. Formando a ponta de lança e a massa de manobra da revolução burguesa no seio do exército revolucionário de Cromwell, são os proletários e os plebeus que contribuem para levar a termo a revolução burguesa e derruba a monarquia. Eles o fazem, notadamente, inaugurando formas modernas de organização de massa dentro do exército, com as tropas elegendo “agitators”, que representam frente a Cromwell (e frente a Ireton, principalmente por ocasião dos debates do exército em Putney, em 1647) o ponto de vista radical da revolução inglesa.

“Sim, enquanto indivíduo, se este fosse o caso, eu poderia deitar-me no chão para ser pisoteado; mas, a verdade é que sou enviado por um regimento: então, se preciso calar, serei considerado culpado”. (Sexby, delegado militar nivelador em Putney)

As exigências dos niveladores concentram-se principalmente na realização da democracia e na obtenção do sufrágio universal.

“Penso que o mais pobre ser que exista na Inglaterra tem sua vida para ser vivida – assim como o mais rico; portanto, francamente, acredito que é evidente que todo homem que deva viver sob um governo deveria antes de mais nada, por seu próprio consentimento, submeter-se a este governo; assim, minha opinião é que o homem mais pobre que exista na Inglaterra não se encontra submisso, estritamente falando, a um governo no qual não teria votado para submeter-se (...)

Sustento, portanto, que todo homem nascido na Inglaterra não pode, nem deve, pela lei divina e no direito natural, ser afastado da escolha daqueles que devem elaborar as leis sob as quais viverão – e, até onde eu saiba, sob as quais poderá perder a vida”. (Rainsborough, delegado nivelador. Citado em O.Lutaud – Cromwell, os Niveladores e a República)

Frente a isso, Ireton, genro de Cromwell, defende a posição burguesa conservadora (que será retomada tal qual dois séculos depois, quando da agitação pela reforma eleitoral dos anos 1830), segundo a qual apenas a posse de um bem (principalmente fundiário) confere o direito à existência política, ou seja, votar ou ser votado no Parlamento. Para esta tese burguesa, o sufrágio universal é um questionamento do direito de propriedade:

“Aqueles que escolhem os representantes que elaboram as leis que regem o Estado e o reino são aqueles a quem pertence a terra, e aqueles que, nas suas corporações, dispõem da totalidade do comércio...nossa constituição assim limitou, a estes apenas, o direito de voto nas eleições... se suprimirmos isso, significará simplesmente suprimir o direito de propriedade adquirido, por qualquer um que o possua, ou seja, por herança fundiária, por posse de bens ou de outro modo.” (idem)

2.1.11. Toda a dialética da luta do movimento operário pelas palavras de ordem democrática (tão vilipendiada pelos faladores pequeno-burgueses) já está prefigurada e inclusa no exemplo inglês.

De um lado, temos a burguesia conservadora, temerosa de que, desde o momento que se passe para o campo da igualdade jurídica, outras igualdades possam ser rapidamente reivindicadas, questionando as divisões sociais fundamentais que, para ela, têm um caráter natural e sagrado, como o direito de propriedade. A argumentação de Ireton consiste em dizer que, a partir do momento em que se concede a igualdade dos direitos políticos, é perfeitamente lógico conceder também o direito à terra, por exemplo, o que não faz sentido para ele.

De outro lado, temos o proletariado que leva ao extremo as reivindicações burguesas (e, neste sentido, luta ao lado de certos segmentos radicais da burguesia), que cobra-a ao pé da letra e reclama a realização da igualdade política como prelúdio à igualdade social. As reivindicações políticas burguesas transformam-se em seu contrário quando expressas pelo proletariado.³

A fração mais radical dos proletários, superando o ponto de vista simplesmente político, encontra na comunidade dos bens, nas primeiras expressões do comunismo, a solução radical para a questão da igualdade, separando-se aqui dos extremistas radicais burgueses.

³ “Constato que, embora a liberdade tenha sido nosso objetivo, isso acabou degenerando. Arriscamos nossa vida para recuperar nossos privilégios, nossos legítimos direitos de ingleses; mas, segundo os argumentos apresentados, estes não existem! Milhares de soldados como nós arriscaram suas vidas; não tínhamos recebido qualquer propriedade sob forma de bens... mas tínhamos recebido nosso direito de nascer. Eis que, agora, parece que se um homem não tem propriedade estável no país, não tem direito. Estou surpreso que tenhamos sido enganados a este ponto”. (Sexby)

“Mas, eu gostaria muito de saber, então, por que o soldado tanto combateu até agora? Combateu para escravizar-se, para dar o poder aos ricos, aos proprietários dos domínios, a fim de fazer de si um eterno escravo.” (Rainsborough)

Assim, o movimento inglês conheceu, com os Escavadores (Diggers, assim denominados porque reivindicavam o cultivo comum do solo, pregando para isso a derrubada das cercas – “enclosures” – a golpes de enxadas), sua manifestação proletária. Ultrapassando o ponto de vista dos niveladores – aliás, condenados por Lilburne e Walwyn – Winstanley à frente de um grupo de camponeses conduz a luta contra os “enclosures” e tenta colocar diretamente em prática a comunidade dos bens, ocupando e cultivando coletivamente a terra. Aqui ainda, o movimento permanece de reminiscências religiosas.

“O rico diz ao pobre que este último ofende a lei da Razão se tomar do rico; ora, penso que esta lei cai por terra se os ricos gozam da abundância graças aos Pobres... Por sua labuta os pobres fizeram com que os compradores e vendedores da terra, os ricos, se tornassem seus tiranos e opressores... É esta a luz da Razão, que quer que alguns tudo abarquem..., que o emprestador aprisione o outro e o faça morrer de fome em segredo?... A terra pertence ao Senhor e não pode ser limitada por interesses particulares... Se eles insistem em apegar-se a esta “propriedade”, ao “meu” e ao “teu”, embora trabalhem a terra com suas próprias mãos! Assim, alguns são elevados ao trono da tirania, enquanto outros são esmagados sob o banco da miséria... Que cesse o cercamento do que quer que seja na terra, dizendo-se “isto é meu” (Winstanley, citado por Lutaud)

Todavia ele encarna esta vontade de levar mais adiante o processo revolucionário, como mostra este apelo dos Enxadeiros à Câmara dos Comuns:

“O poder está agora em suas mãos... Tornem a terra livre! Se recusarem, tomarão o partido de pessoas que foram, ao longo das guerras, seja inimigos categóricos, seja ambidestros (sic!); então, ficará evidente que vocês decapitaram o rei apenas para substituí-lo... e que vosso objetivo não era derrubar a tirania apenas o tirano”. (Idem)

2.1.12. Considerando as condições históricas, niveladores e escavadores podiam apenas antecipar; foram esmagados pela burguesia ascendente. No entanto, é graças a eles que as idéias burguesas de vontade geral, acordo do povo, separação dos poderes etc... puderam permear todo o século XVIII. Filósofos como Hume, Locke etc... apenas redescobriram-nas e reformularam-nas. Niveladores e escavadores, foram eles que deram o maior impulso à grande revolução burguesa inglesa. A República só pôde desenvolver-se após sua derrota.

2.1.13. Já é possível traçar – e o estudo da Revolução Francesa apenas confirmará isso – uma relação geral entre o proletariado, a ação política e a democracia (isto será desenvolvido nas teses de trabalho sobre o Estado); enquanto que, no curso de seu ascenso, a burguesia formula suas reivindicações sob a forma (ilusória) das reivindicações políticas de liberdade, igualdade do homem e do cidadão, ela já está acompanhada de seu negador em ação: o proletariado. No curso dos diversos episódios da revolução burguesa, este intervém no campo das lutas políticas para exigir a realização da igualdade jurídica, da justiça e da liberdade.

“Ora, estas intervenções (durante a revolução francesa – ndr) não ocorriam sem que os plebeus dessem às reivindicações da burguesia um sentido que elas não tinham. Assim, levavam a igualdade e a fraternidade até suas conseqüências extremas, que invertiam o sentido burguês dessas fórmulas. Levado ao extremo, este sentido transformava-se então em seu contrário. Mas esta igualdade e esta fraternidade plebéias só podiam ser um puro

ideal, numa época em que tratava-se de realizar precisamente o contrário. Como aconteceu em todos os casos, a ironia da história fez com que esta concepção plebéia das palavras de ordem revolucionárias fosse a mais possante alavanca para fazer passar nas leis a concepção oposta – a igualdade burguesa – e para fazer passar na produção a exploração – em vez da fraternidade.” (Engels a Kaustky – 20.02.1889)

Assim, desde cedo – e apesar de que um longo caminho histórico lhe será necessário para ter plena consciência desse fato – o proletariado conhece a inutilidade de uma reivindicação situada apenas no plano político. Ao reivindicar a comunidade dos bens, tanto os niveladores quanto Babeuf mostravam que o fundamento da revolução comunista é ser política com ALMA SOCIAL.

“Desde seu advento, a burguesia estava gravada de seu contrário; os capitalistas não podem existir sem os assalariados e, à medida que o burguês das corporações da Idade Média tornava-se o burguês moderno, na mesma medida o companheiro das corporações e o jornaleiro livre tornavam-se proletários. E, mesmo se, no conjunto, a burguesia podia pretender representar igualmente na sua luta contra a nobreza os interesses das diversas classes laboriosas, assistiu-se todavia, a cada grande movimento burguês, ao surgimento de movimentos independentes da classe que era a precursora mais ou menos desenvolvida do proletariado moderno. Assim foi, na época da Reforma e da Guerra dos Camponeses na Alemanha, a tendência de T. Münzer; na grande revolução inglesa, os Niveladores; na grande revolução francesa, Babeuf. A estas manifestações de resistência revolucionárias, de uma classe ainda embrionária, correspondiam manifestações teóricas; nos séculos XVI e XVII, pinturas utópicas de uma sociedade ideal; no século XVIII, teorias já francamente comunistas (Morelly, Mably). A reivindicação de igualdade não mais limitou-se aos direitos políticos, estendendo-se à situação social dos indivíduos; não era mais os privilégios de classe apenas que se devia eliminar, mas as próprias diferenças de classes.” (Engels – Anti-Dühring)

2.1.14. Na “Nova Gazeta Renana”, analisando o desenrolar da revolução burguesas, Marx mostra que a “revolução de 1648 foi a revolução do século XVII contra o XVI; a de 1789, a vitória do século XVIII contra o XVII. Elas expressavam ainda mais as necessidades do mundo na época do que dos setores onde se tinham produzido, a Inglaterra e a França.”

Mais do que a revolução inglesa, a revolução francesa intervém numa época (fim do século XVIII) em que a dissolução da comunidade agrária, assim como da feudal, tinha chegado a tal ponto que massas de homens não possuíam mais verdadeiras ligações sociais.

Em outros termos, a questão que se colocava era de reformar uma comunidade. O lugar específico da França nesse movimento de dissolução das antigas relações sociais devia conferir à revolução burguesa nesse país sua fisionomia particular.

A Revolução francesa é a expressão das necessidades do mundo na época, é o sinal do ascenso, em escala mundial, de uma forma social de produção (o modo de produção capitalista) no seio de outra (o feudalismo). Com efeito, o movimento de instauração das relações capitalistas, que começa no século XIII, apresenta uma aceleração no século XVII com as revoluções inglesa e holandesa. Isso desemboca na destruição da antiga comunidade agrária e

daquela de forma feudal de produção. Mas, este movimento tendo sido freado na França, a revolução surge aí como revolução atrasada; isso explica a contradição representada pela França no fim do século XVIII: a presença de um grande capitalismo moribundo e a restos tenazes da antiga comunidade.

2.1.15. Donde a questão da comunidade que se impõe aos homens da revolução francesa, mas para a solução da qual opõem-se duas visões totalmente antagônicas: a burguesa institucional, e a proletária, humana.⁴

O mundo romano e o mundo burguês do século XVIII tinham um caráter comum: ambos provinham da dissolução da comunidade natural. Esta não foi totalmente destruída pela sociedade escravagista. De outra parte, foi por assim dizer restaurada, mas sob forma alienada, no feudalismo. Aqui, a comunidade estava fundada em relações de dependência pessoal, ligando eficazmente os homens entre si. A terra, principal fonte de riqueza, dominava o conjunto da comunidade que lhe estava diretamente ligada: o senhor enquanto possuidor (pois era proprietário da terra), e os servos por sua dependência frente ao senhor. Uma tal forma de produção, onde produção e consumo se equilibram, tendia a viver em circuito fechado, limitando as trocas e, conseqüentemente, impedindo que o valor de troca pudesse cumprir seu movimento de autonomização, iniciado no império romano. Era preciso destruir essa comunidade para que dois elementos essenciais que fundarão o capital (dinheiro e força de trabalho) sejam liberados. Essa comunidade foi destruída. Como e o que substituir-lhe? Donde as buscas de todos os filósofos do século XVIII, de uma organização social adequada, de um direito que tivesse uma base natural, de um conjunto de instituições aptas a manter os homens reunidos e a assegurar que, uma vez rompidos os elos entre si, não se destruíssem num conflito permanente. É a teoria burguesa do Estado, fiador da unidade da sociedade. É o que exprime Saint-Just, discípulo de Jean-Jacques Rousseau, quando se propõe a definir o novo contrato social:

“Vê-se que os homens, tratando a si mesmos como inimigos, fizeram voltar contra sua independência social a força que era própria apenas para sua independência exterior e coletiva; que esta força, pelo contrato social, tornou-se uma arma em mãos de uma fração do povo para oprimir o povo inteiro, sob pretexto de defendê-lo contra seus membros e contra inimigos estrangeiros”.

Donde a tese segundo a qual a garantia da segurança do cidadão e do bem-estar da comunidade reside nas instituições:

“As instituições são a garantia do governo de um povo livre contra a corrupção dos costumes e a garantia do povo e do cidadão contra a corrupção do governo. (...)As instituições têm por objeto estabelecer de fato todas as garantias sociais e individuais, para evitar as dissensões e as violências, e substituir a ascendência dos homens pela ascendência dos costumes”. (Fragments sobre as instituições republicanas)

⁴ Para um desenvolvimento mais preciso desses pontos, cf. “Caractères du mouvement ouvrier français”, 1964, reed. 1971, Invariance n° 3, 1977, em língua francesa.

2.1.16. No entanto, enquanto a burguesia pretendia ter uma teoria e uma prática que emancipava o homem por inteiro, ela só conseguia na realidade generalizar as condições de um novo modo de produção baseado numa feroz exploração do homem pelo homem; uma sociedade onde a igualdade “jurídica” apenas camufla o profundo antagonismo entre duas classes: burguesia e proletariado. Ludibriado na sua espera, confrontado à interrupção do processo revolucionário (“A revolução está congelada” – Saint-Just), o proletariado, com Babeuf, enuncia por sua vez uma solução histórica para a perda da comunidade e para o devir da espécie humana: o comunismo.

Deste modo o proletariado manifesta seu ser real: restaurar o ser comunitário perdido, agora portador de todos os aportes das sociedades de classe; o que se tem aqui não é mais uma simples nostalgia. É a sede de poder que já se tinha manifestado na Guerra dos Camponeses, na revolução inglesa de 1640 a 1650, afirma-se aqui com maior amplitude. O proletariado é esta classe que reclama, para poder libertar-se, o domínio do poder político, pois “pretender trazer para a igualdade e a justiça, sem o uso do rigor, uma nação na qual muitos cultivaram hábitos e pretensões inconciliáveis com o bem-estar e os direitos de todos, é um projeto tão quimérico quanto sedutor. Empreender tal reforma e deter-se no aspecto da firmeza que exige, é confessar sua imprevidência; é sacrificar a salvação de todos os vícios de uma minoria; é carecer de virtude.” (Buonarroti)

Por sua ditadura, teria sido possível dirigir as massas postas em movimento pela revolução burguesa (caráter comum com a revolução comunista) e facilitar assim o desenvolvimento de novas forças produtivas: aceleração do desenvolvimento econômico capitalista, base para a futura revolução comunista.

2.1.17. Na última parte do drama que se desenrolou de 1789 a 1795, surge portanto uma corrente que rompe, no plano prático, com a ordem burguesa e marca uma descontinuidade com a revolução burguesa, colocando o início do ciclo proletário: a conjuração dos Iguais, dita de Babeuf. Este proclamava:

“A revolução francesa é a ante-precursora de uma revolução, bem maior, bem mais solene e que será a última.”

Seu sistema não é mais simplesmente tributário do passado: já contém os elementos do futuro, sendo a ponta avançada da revolução burguesa e, de imediato, o início, no plano prático, do movimento comunista. Babeuf é, de início, partidário da igualdade à la Robespierre: uma igualdade política que seja real. Para que isso ocorra, é preciso uma igualdade econômica; ele reivindica a propriedade privada para todos, mas se dá conta de que o mal reside justamente nesta última; por conseguinte, reivindica uma propriedade coletiva. As citações seguintes, tiradas do Manifesto dos Iguais, sublinham a fantástica capacidade de antecipação do proletariado revolucionário.

“Precisamos não apenas dessa igualdade transcrita na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Queremos que esteja presente entre nós, em nossas casas. Por ela tudo consentimos, fazemos tábua rasa para atermo-nos somente a ela. Que morram todas as artes se necessário for, mas que nos reste a igualdade real.” (...) A lei agrária ou a divisão do campo foi o desejo instantâneo de alguns soldados sem princípios, de alguns povos movidos mais pelo

instinto do que pela razão. Tendemos para algo muito mais sublime e mais eqüitativo, o bem comum ou a comunidade dos bens! Fim da propriedade individual das terras, a terra não pertence a ninguém. Nós reclamamos, nós queremos, o gozo comunal dos frutos da terra: os frutos serão de todos.” (...) Que não haja outra diferença entre os homens a não ser de idade e de sexo. Já que todos têm as mesmas necessidades e as mesmas faculdades, que haja portanto uma só educação, uma só alimentação. Eles contentam-se de um único sol e do mesmo ar para todos: por que a mesma porção e a mesma qualidade de alimentos não bastariam para cada um?”

2.1.18. Na França, como na Inglaterra, o proletariado força a burguesia a realizar suas próprias palavras de ordem. Mas palavras de ordem “universais” como igualdade, liberdade, etc. só podem ser investidas de um conteúdo particular dependendo da época na qual são formuladas, e da classe que as enuncia. Para a burguesia, a “Liberdade” é a liberdade de empreender, uma vez abolidas as barreiras que o regime feudal erguia contra a produção; idem com todas as liberdades formais: liberdade de imprensa, liberdade de associação, etc, necessárias à classe burguesa para afirmar seus interesses de classe, emancipada das condições sociais do antigo regime. Essa restrição, inclusa na própria origem burguesa dessas palavras de ordem, freia a burguesia, impedindo-a de lutar para realizá-las. É o proletariado que, intervindo, acelera o movimento. Mas ao fazê-lo, investe essas palavras ocas de um sentido totalmente distinto daquele conferido pela burguesia. O paradoxo histórico é que, como as condições sociais não estão maduras, o proletariado fará efetivamente triunfar não suas concepções radicais e revolucionárias, mas estes mesmos princípios, no seu sentido burguês.

“A primeira aparição de um partido comunista verdadeiramente atuante produz-se no próprio seio da revolução burguesa, no momento em que a monarquia constitucional é eliminada. Os republicanos mais conseqüentes, na Inglaterra os niveladores, na França Babeuf, Buonarrotti, etc..., são os primeiros a terem proclamado as “questões sociais”. A Conspiração de Babeuf, escrita por seu amigo Buonarrotti, mostra que estes republicanos foram buscar no movimento histórico a consciência de que, eliminada a questão social da monarquia e da república, não se tinha ainda resolvido a menor “questão social” do ponto de vista do proletariado...

Se, portanto, o proletariado derruba o poder político da burguesia, sua vitória será apenas passageira, será apenas um elemento a serviço da própria revolução burguesa, como foi o caso em 1794. Isso ocorre enquanto não são criadas no curso da história as condições materiais para tornar necessária a eliminação do modo de produção burguês e, portanto, a derrubada definitiva do reino político burguês.”

“Assim, o Terror só podia servir para varrer, graças às suas poderosas marteladas, as ruínas feudais na França. Teriam sido necessárias décadas inteiras para a burguesia amedrontada e eternamente conciliadora levar a cabo essa tarefa: a intervenção sangrenta do povo precipitou, portanto, o processo. Do mesmo modo, a queda da monarquia absoluta teria sido apenas momentânea, se as condições econômicas necessárias ao reinado da classe burguesa ainda não tivessem amadurecido. Os homens constroem um mundo novo para si, não por meio de “bens terrestres”, como quer a superstição vulgar, mas por conquistas históricas que abalam o mundo no qual vivem. É necessário, durante a evolução, que comecem por produzir eles mesmos as condições materiais de uma nova sociedade e, nenhum esforço do espírito ou da vontade pode arrancá-los a este destino. (Marx – A crítica moralizante e a moral crítica)

“Com efeito, as coisas são simples: os burgueses sempre foram demasiado covardes para defender seus próprios interesses; desde a Bastilha, a plebe teve que fazer todo o trabalho para a burguesia. Sem essa intervenção, nem o 14 de julho, nem as ações de 5 e 6 de outubro até 10 de agosto, nem o 2 de setembro, etc... teriam podido ocorrer. A cada vez, a burguesia teria sucumbido frente ao antigo regime.

Ora, essas intervenções não aconteciam sem que os plebeus dessem às reivindicações revolucionárias da burguesia UM SENTIDO que elas não tinham. Assim, sempre levavam a igualdade e a fraternidade até suas conseqüências extremas, que INVERTIAM O SENTIDO BURGUESES DESSAS FÓRMULAS, este sentido levado ao extremo tornando-se seu contrário. Mas essa igualdade e essa fraternidade plebéia só podiam ser um puro IDEAL, numa época em que se tratava precisamente de realizar o contrário. Como aconteceu em todos os casos, a ironia da história fez com que esta concepção plebéia das palavras de ordem revolucionárias fosse a mais importante alavanca para fazer passar nas leis a CONCEPÇÃO OPOSTA – igualdade burguesa – e para fazer passar na produção a exploração – em vez da fraternidade.” (Engels a Kautsky, 20.2.1889)

2.1.19. Babeuf cobra portanto a burguesia ao pé da letra: realizemos a igualdade. Para a burguesia, esta representava o princípio unificador da espécie humana, fragmentada pelo processo de expropriação. Na teoria de Babeuf, oriundo da Picardia, onde as velhas sociedades comunitárias ainda permaneciam muito vivazes no fim do século XVIII, o processo que conduz deste modo de vida à separação e à expropriação no MPC era um dado muito claro.

Ele tinha compreendido concretamente tanto o conteúdo social da atividade humana, como o drama dos homens expulsos da terra, reduzidos à condição de proletários, possuidores apenas de sua força de trabalho e condenados à mais feroz exploração por parte daqueles mesmos burgueses que pregavam para todos os homens a “igualdade” abstrata. Ele viu que não existe uma igualdade “natural”, mas que o mal reside na existência da propriedade privada.

A solução não residiria então na comunidade, no comunismo, que não se aplicaria apenas ao nível dos povoados, mas a toda a sociedade, não apenas no plano agrário, mas para todas as formas de atividade humana?

Assim, à solução burguesa frente à dissolução da antiga comunidade, opõe-se a do proletariado. O porvir da humanidade não reside na apropriação privada, mas na apropriação coletiva.

2.1.20. Com Babeuf, vê-se nitidamente o caráter da nova revolução que se anuncia, a revolução proletária. A revolução francesa, como todas as revoluções que a precederam e todas as que a seguirão, é uma revolução social com alma política. Uma revolução social porque ela só pode ocorrer se há destruição das antigas relações sociais, comunitárias ou feudais. Aliás, é justamente essa sua missão: destruir tais relações, a fim de generalizar as relações de produção capitalistas. É por isso que, frente aos que menosprezam as revoluções burguesas modernas (a revolução chinesa de 1949, por exemplo), sob o argumento de que não conseguiram, em algumas décadas, desenvolver perfeitamente o modo de produção capitalista, desenvolvendo em seu seio condições favoráveis à revolução comunista, é preciso mostrar como a tarefa fundamental dessas revoluções foi realizada: destruição das antigas relações sociais.

Mas, apesar de ser, em seus resultados, revolução social, a revolução burguesa é, no seu espírito, revolução de alma política. Isso porque sua preocupação fundamental é restaurar uma ligação política, estabelecer uma ligação política, ao mesmo tempo em que realiza na prática uma nova comunidade: a do capital. A República aparece, como mostrou Marx na “Contribuição à filosofia do direito de Hegel”, como o fim da política. Ao teorizar a forma republicana como forma última do desenvolvimento político da humanidade, a classe burguesa pretende ter descoberto a panacéia, a instituição que restaura definitivamente as relações de comunidade entre os homens, capazes de substituir a antiga comunidade destruída. O antigo processo de expropriação dos homens em relação a esta e a seus meios de produção atinge seu maior desenvolvimento no curso da acumulação primitiva, gênese do capital e da classe burguesa que o representa. É justamente esta classe que coloca as questões da vida social, do conjunto do processo de produção e reprodução da espécie humana sob a forma de questões organizacionais.

Ora, para Babeuf, não se trata de uma questão de organização, mas do ser humano: restaurar o ser comunitário perdido, senhor de todos os aportes produtivos e técnicos das sociedades de classe. A revolução proletária é, portanto, uma revolução política, porque é apenas um ato político: a derrubada do poder burguês, ligada à tomada do poder pelo proletariado auxiliado por um partido fortemente organizado, pode liberar a humanidade da opressão. Mas a questão social só pode ser resolvida por uma série de medidas sociais, tomadas após a revolução.

2.1.21. Em todas essas medidas, Babeuf integra o maquinismo, que ele não considera como uma calamidade. Vê-se a distância que separa esta expressão, já comunista, das reivindicações anteriores da comunidade dos bens, impregnadas de reminiscências milenaristas e religiosas, onde a principal comunidade é vista do ângulo da comunidade do solo (Guerra dos Camponeses, Escavadores, etc...). Aqui é o conjunto das forças produtivas da espécie que deve ser apropriado coletivamente (Babeuf também foi um notável teórico da educação, que ele acreditava ter que ser coletiva). Aqui ainda, Babeuf antecipa em relação às expressões ulteriores do programa comunista.

“Se inventei uma máquina, um procedimento que simplifica e abrevia a necessidade de minha arte, se possuo um segredo para fazer melhor ou mais depressa o que quer que seja, não temo mais que me seja roubado, pelo contrário, apressar-me-ei em comunicá-lo à associação e a depositá-lo em seus arquivos, para que jamais se deplora que tenha sido perdido. Este segredo me será contado, me valerá um descanso, valerá para todos, na categoria dos trabalhos facilitados por minha aplicação, e este descanso não será um funesto desemprego, mas um agradável lazer.”

2.1.22. O que é importante notar não é a insuficiência ligada ao caráter limitado da produção. É o método, a perspectiva, a visão. Esta já se encontra na verdadeira trilha do comunismo. Ela abandona a utopia para enraizar-se na realidade; Visão limitada, certamente, mas há nela premissas da visão real. Ela está no devir real do comunismo e Babeuf a extrai da luta. Com efeito, as revoltas que conduziram ao estabelecimento do máximo, as agitações da fome de Prairial e de Germinal lhe mostraram a necessidade de uma organização rigorosa da “distribuição do trabalho e da distribuição de seus frutos”. Há uma expressão nítida e clara da ditadura de classe sobre os fenômenos econômicos e

sobre as classes. Para Babeuf, como vimos, ninguém deve subtrair-se ao trabalho. Eis o primeiro tempo do devir da sociedade comunista, o primeiro tempo ainda marcado pelo estigma infame da sociedade burguesa.

O objetivo dessa nova revolução que deve absolutamente ser feita, é instaurar uma sociedade comunista. É na descrição desta que Babeuf chega, ao mesmo tempo, na maior condenação da sociedade capitalista feita antes de Marx, e na apreensão da sua essência íntima do que será a sociedade comunista:

“Este governo fará desaparecer os limites, as cercas-vivas, as paredes, as fechaduras nas portas, as disputas, os processos, os roubos, os assassinatos, todos os crimes, os tribunais, as cadeias, a força, as condenações, o desespero causado por todas as calamidades; a duplicidade, enfim todos os vícios; e mais (e esse ponto é, sem dúvida, o essencial) o verme roedor da inquietação geral, particularmente perpétua, de cada um de nós, em relação a nosso destino de amanhã, do mês, do ano seguinte, de nossa velhice, de nossos filhos e dos filhos destes.”

2.1.23. - Com Babeuf começa realmente o ciclo proletário. A partir dele, a famosa frase de Marx é válida: “A revolução do século XIX não pode extrair sua poesia do passado, mas apenas do futuro. Ela não pode começar consigo mesma sem ter liquidado completamente toda superstição em relação ao passado. As revoluções anteriores precisavam de reminiscências históricas para dissimular a si mesmas seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX deve deixar os mortos enterrarem os mortos para realizar seu próprio objeto. Outrora, a frase transbordava o conteúdo, agora é o conteúdo que transborda a frase.” (Dezoito Brumário)

É o que ocorrerá no período seguinte, mas, em função da lentidão do desenvolvimento do modo de produção capitalista na França, será demorado. Com efeito, não basta que a idéia tenda para a realidade, é preciso que a realidade vá à frente da idéia. (Marx)

Esta nasceu no século XVIII, no momento da dissolução da sociedade feudal. O proletariado propõe sua solução: o comunismo⁵. Este nasceu enquanto idéia, visto que as forças econômicas eram muito fracas para colocar a realidade à altura desta última.

É por isso que apenas um pequeno destacamento, uma pequena vanguarda pôde opor-se à nova sociedade burguesa: o primeiro partido comunista atuante, germe da futura comunidade humana. Ele mostrava assim que tinha resolvido todas as questões de forma de organização, pois opunha a um novo modo de exploração do homem um ser impessoal: a comunidade humana futura. Desde então, as forças econômicas cresceram tanto, que a sociedade comunista existe, prisioneira da burguesia. Mas a contra-revolução expulsou a idéia. A realidade transborda todas as teorias existentes, pois não estão mais, nem mesmo parcialmente, à altura. Apenas a longínqua idéia, emitida por Babeuf, e que tornou-se o programa comunista, através das lutas posteriores do proletariado, pode englobá-la e, com sua união, fornecer uma nova sociedade. O ciclo do movimento proletário estará, então, encerrado.

2.1.24. Na revolução burguesa, o proletariado luta ao lado da burguesia contra os defensores das antigas formas de produção, fornecendo aos novos senhores da sociedade as tropas irregulares

⁵ Hoje, fim do século XX, a humanidade sofre do atraso da revolução comunista. O planeta está há muito tempo maduro para o comunismo, entrevisto por Babeuf.

das insurreições, assim como as armas regulares das grandes guerras de constituição das nações modernas. Com essa intervenção maciça e conseqüente, a revolução burguesa ganha várias décadas e, sem a utilização do terror plebeu, a burguesia não teria podido vencer tão radicalmente no plano político. À visão minimalista (ancestral do menchevismo), que fraciona a revolução em inúmeras etapas sucessivas e graduais, que se preocupa em fixar para a revolução limites e não serem ultrapassados, o proletariado responde pela proclamação da revolução em permanência.

“Quando mais tarde li o livro de Bourgeat sobre Marat “o amigo do povo”, constatei que, sem o saber, tínhamos simplesmente imitado em vários pontos o grande exemplo do autêntico Amigo do Povo, não falsificado pelos realistas. De fato, toda a raiva histórica e todas as falsificações históricas graças às quais, durante quase um século, só se tinha conhecido Marat deformado, possuíam uma única causa: Marat havia arrancado impiedosamente o véu de todos os ídolos do momento: Lafayette, Bailly e companhia, e tinha-os desmascarado como traidores acabados para a revolução. Ora, ele mesmo, assim como nós, não considerava a revolução acabada, mas tinha proclamado-a permanente.”
(Engels – Nova Gazeta Renana)

2.1.25. Com Babeuf e os Iguais, o proletariado dá mostras de sua formidável capacidade de antecipação, desvelando desde então a essência do programa proletário: este é o conhecimento de um plano de vida futuro para a espécie humana. Assim, mesmo se de imediato o conjunto das condições objetivas não estavam reunidas para que a passagem para a sociedade comunista pudesse ser efetuada, a potência das agitações sociais operantes na sociedade daquela época fez com que o ser revolucionário do proletariado pudesse se manifestar, embora as condições reais não lhe permitissem ainda formular definitivamente seu programa revolucionário.

De modo geral, há períodos mais propícios do que outros à eclosão de novas teorias e à compreensão dos fenômenos existentes. Por exemplo, quando se acelera o processo de dissolução das antigas formas sociais e de instauração das novas relações de produção. Assim, não é incompreensível o fato de ser proletariado de certas áreas “atrasadas” que fornece brilhantes contribuições para a compreensão do comunismo. Este “atraso” faz delas não sociedades imóveis, mas em plena agitação, onde encontram-se condensados diversos estados das formas de produção; isso pode até ser uma vantagem, como mostra Engels em relação à Alemanha.

Assim é que, como para a França de 1793, a Alemanha de 1848, a Rússia de 1905, a Esquerda Comunista da Itália emitia a hipótese de que a vasta China, em plena agitação, poderia conhecer a emergência de uma escola comunista autêntica, momento do partido histórico, por ela designada como o “Marx chinês”.

2.1.26. Se as teses de Babeuf parecem tão avançadas, mesmo em relação aos utopistas, é também porque os teóricos que surgiram posteriormente, até 1848, emergiram numa terrível fase de recuo; à fulgurância de tais momentos quando a antecipação é possível, freqüentemente sucede o tatear na penumbra da contra-revolução. Com efeito, o fim da revolução francesa assistiu não apenas a uma contra-revolução contra sua ala dinâmica, o proletariado (isso aconteceu em 1795), mas também contra a própria burguesia (o que ocorre em 1815). .

Após a derrota impingida ao proletariado (fracasso da conjuração dos Iguais – 1795), o curso da sociedade burguesa estabiliza-se e a burguesia, sempre pronta a arquivar seus ideais políticos, dedica-se plenamente às suas atividades no seio da produção capitalista. O período do Diretório vê o ritmo dos negócios retomar rapidamente, a burguesia manifestar sua gana pelo enriquecimento, desvelando seu ser social (a burguesia é a classe portadora do MPC cuja essência é extorquir o máximo de mais-valia), escondido atrás de seu político (o qual proclama abstratamente as ficções jurídicas de igualdade, liberdade, etc...)

“A sociedade burguesa é positivamente representada pela burguesia. A burguesia inaugura portanto seu governo. Os direitos do homem deixam de existir meramente na teoria.” (A sagrada família)

2.1.27. Com Napoleão, era ainda a “alma política” da revolução burguesa que ia se manifestar mais uma vez, mesmo correndo o risco de chocar-se frontalmente contra a própria burguesia, a burguesia liberal.

“Napoleão foi a última batalha do Terror revolucionário contra a sociedade burguesa, igualmente proclamada pela Revolução e contra sua política. Napoleão certamente já compreendia a essência do Estado moderno; ele sabia que este se funda no desenvolvimento sem entraves da sociedade burguesa, no livre jogo dos interesses particulares, etc... Resolveu reconhecer este fundamento e defendê-lo. Ela nada tinha de um místico do Terror. Mas, ao mesmo tempo, Napoleão ainda considerava o Estado como seu próprio fim, e a sociedade burguesa como simples provedora de fundos, como um subordinado ao qual se tivesse proibido toda vontade própria. Ele cumpriu o Terror ao substituir a revolução permanente pela guerra permanente”. (Idem)

A revolução burguesa é por essência nacional e, portanto, não tem por objeto exportar-se para fora. Mas a política expansionista de Napoleão, ao mesmo tempo em que visava a dominação do Estado francês tornando-o um pólo dominante da Europa, suscitava uma dinâmica revolucionária e um início de ruptura com o estado de fragmentação e de atraso de países como a Alemanha ou a Itália.

Ora, as perspectivas de unificação, por exemplo, da Alemanha, só podiam suscitar a hostilidade do “demiurgo dos cosmos burgueses” de então, isto é, a Inglaterra, aliada à Rússia atrasada e que conduziu, junto com a Prússia e a Áustria, um empreendimento de aniquilação do “Grande Império” de Napoleão. O caráter crucial de todo esse período para toda a evolução posterior da Europa e suas relações com a Rússia, é assim abordado pela Esquerda Comunista da Itália:

“Não havia marxistas no tempo das coalizões contra a França, republicana ou de Napoleão; mas o fato de que, nestas, o elemento decisivo foi a Rússia, muito mais que a Inglaterra capitalista, domina toda a concepção histórica marxista desde os primeiros anos, e está no centro do pensamento histórico do jovem e do velho Marx. Se ele tivesse nascido meio século mais cedo, teria combatido sob a bandeira de Dumouriez quando da defesa desesperada das Ardenes, Termópilas da França, e mesmo sob a de Napoleão e de seus generais invasores da Europa; teria morrido de raiva quando da trágica passagem da Berezina, arrancando antigermanicamente os cabelos em Leipzig, os quais teria recuperado quando da evasão da ilha

de Elba, e ter-se-ia auto-isolado quando da sinistra perspectiva de trinta anos de contra-revolução em Waterloo.” (Bordiga – Rússia e revolução na teoria marxista)

2.1.28 - Em 1815, o ciclo burguês que emerge em 1789 conhece uma brusca interrupção. A contra-revolução, já realizada contra o proletariado, manifesta-se agora contra a própria burguesia:

“Na pessoa de Napoleão, a burguesia liberal encontrava mais uma vez erguido contra ela o Terror revolucionário; sob os traços dos Bourbons, da restauração, ela encontrou uma vez mais à sua frente a contra-revolução.(...) A história da revolução francesa, iniciada em 1789, ainda não terminou em 1830, quando a vitória foi conquistada por um de seus fatores que possui doravante a consciência de seu significado social.” (A Sagrada Família)

Com a contra-revolução de 1795, contra o proletariado, é o movimento deste rumo à sua constituição em classe e, portanto em partido, que é interrompido; com a segunda, contra a burguesia (1815), é o próprio movimento de gênese do proletariado que tende a ser freado. A potência social da burguesia e, principalmente, de sua fração mais progressista, a burguesia industrial, estando momentaneamente abalada, o desenvolvimento do MPC tende a ser freado, e com ele a expansão quantitativa da classe proletária.

2.2. 1815-1830: OS UTOPISTAS, PRECURSORES DA CRÍTICA SOCIALISTA

2.2.1. Após a derrota de 1795, o proletariado deixa de desempenhar um papel político. Com a contra-revolução de 1815, o mundo adentra um período de relativa calma política e social. Atrasado no continente, o desenvolvimento capitalista acelera-se na Inglaterra, que se prepara, com o desenvolvimento da grande indústria, para a passagem ao segundo momento da fase de submissão real do trabalho ao capital nos anos 1820 (cf. CouC n° 3).

É sobre esta base que vai surgir na Inglaterra um movimento operário bem mais amplo e de maior profundidade, o cartismo. Enquanto isso, no continente, a necessidade de completar as revoluções burguesas (ou mesmo de realizá-la pura e simplesmente, como é o caso da Alemanha e da Itália) trará o proletariado com força para a cena política em 1830 e 1848.

Mas, se durante todo esse período, o proletariado ainda não terminou de forjar os instrumentos que lhe permitirão submeter à sua crítica radical o mundo capitalista em vias de consolidação, a revolução permanente das condições de produção acaba por gerar, a partir dessa época, na sociedade e até nas classes dirigentes, um certo número de questões que a grande revolução burguesa não tinha resolvido de modo algum. Subsistem não apenas certos fenômenos, mas ainda surgem outros novos, que parecem incompatíveis com os grandes ideais pelos quais se tinha sublevado metade da Europa.

2.2.2. Todos esses fenômenos inspiraram para alguns homens elementos de crítica da nova sociedade que se elaborava sob seus olhos. Descobrendo seus defeitos, suas imperfeições, e até suas taras, inventaram incessantemente sistemas que, ao mesmo tempo em que se baseavam nas novas forças sociais que acabavam de surgir, eliminavam todos seus aspectos negativos, trazendo finalmente a humanidade para o estado de perfeição ao qual aspira, e para a realização do qual a revolução burguesa revelava-se insuficiente. Esses homens entraram para a história com o nome de utopistas, pois só souberam forjar as bases dessa crítica transpondo-a sob as cores de um mundo imaginário ⁶ ideal, cujas bases poderiam ser colocadas no mundo atual, utilizando-se seus traços positivos e realizando experiências que, pelo seu charme e sua razão, acarretaria a generalização destes sistemas em escala social.

2.2.3. Todos os utopistas (aqui, estudaremos apenas os três principais: Owen, Saint-Simon e Fourier) têm em comum o fato de que elaboram sua teoria sob a influência direta das condições sociais existentes, acentuando uma dupla contradição. De uma parte, a contradição entre a realidade das novas condições de produção, com seu cortejo de desigualdades, misérias, desperdícios, anarquia, e a concepção idílica desta sociedade, conforme apregoavam as teorias burguesas. De outra, a contradição entre a realidade e as fantásticas possibilidades que essas condições de produção poderiam oferecer, se depuradas de seu aspecto nefasto.

Neste sentido, na medida em que os utopistas trabalham sobre essas contradições que surgem com a estabilização da sociedade burguesa, e acentuam a iniquidade das soluções burguesas para resolvê-las, ligam-se a Babeuf e às correntes visionárias, que previam que a revolução burguesa não seria uma resposta definitiva aos problemas colocados para a humanidade desde a dissolução das comunidades primitivas.

Mas, na medida em que a própria solução dos utopistas é abstrata, levada em nome da humanidade em geral e da Razão, fazendo abstração do caráter revolucionário das contradições surgidas (em primeiro lugar, daquela entre capital e proletariado), eles não encarnam em si uma corrente proletária.

“Os três têm em comum o fato de não se considerar representantes do proletariado que a história tinha engendrado no intervalo. Como os filósofos da era das luzes, querem liberar não uma determinada classe, mas toda a humanidade. Como eles, querem instaurar o reino da razão e da justiça eternas; mas existe um abismo entre seu reino e o dos filósofos iluministas. O próprio mundo burguês, organizado conforme os princípios destes filósofos, é irracional e injusto, e por isso deve ser condenado e considerado como o feudalismo e as demais condições sociais anteriores. Se, até agora a razão e a justiça efetivamente não reinaram no mundo, é porque não foram exatamente reconhecidas. Faltava especificamente o indivíduo genial que chegou agora, e que reconheceu a verdade; que ele tenha chegado agora, que a verdade acabe de ser reconhecida, este fato não resulta necessariamente do encadeamento do desenvolvimento histórico como um acontecimento inelutável. Trata-se apenas de algo fortuito. O indivíduo genial poderia perfeitamente ter nascido 500 anos antes, poupando à humanidade 500 anos de erros, lutas e sofrimentos.” (Engels – Anti-Dühring)

⁶ “Utopia” vem das palavras gregas “U” (não) e “Topos” (lugar), que significam “nenhum lugar”, “lugar que não existe”.

2.2.4. Essa principal fraqueza dos utopistas, apesar de toda a justeza de sua crítica, deriva do fato de que esta não é feita a partir de elementos revolucionários, mas essencialmente a partir das descobertas dos absurdos e dos abusos do sistema sob seus olhos. É por isso que o trabalho por eles desenvolvido visará principalmente a eliminação desses aspectos negativos, para chegar a estabelecer um sistema perfeito.

Para conseguir isso, não é necessário, segundo eles, uma revolução social, mas a razão, o exemplo e a virtude. Essa subestimação das condições materiais de uma crítica revolucionária leva-os a privilegiar o papel da ciência e do indivíduo genial que, por sua sabedoria, trará a solução dos males de que padece a humanidade.

“À atividade social deve substituir-se sua própria engenhosidade; às condições históricas de emancipação, condições imaginárias; à organização progressiva do proletariado em classe, uma organização da sociedade fabricada por eles mesmos. Para eles, o devir do mundo resume-se à propaganda e à aplicação prática de seus planos de sociedade. Eles certamente têm consciência de defender em seus planos os interesses da classe operária antes de tudo, pois é a classe que mais sofre. Para eles, o proletariado só existe nessa condição de classe que mais sofre”. (*idem*)

Por conseguinte, não colocam nenhuma atividade política, nem de organização, e mostram-se totalmente indiferentes à ação política.

“Eles rejeitam, portanto, qualquer ação política, e sobretudo revolucionária; procuram alcançar seus objetivos por meios pacíficos, e tentam descortinar uma brecha para o novo evangelho social pela força do exemplo, por experiências em pequena escala, que naturalmente sempre fracassam.” (*idem*)

No entanto,

“Essa pintura imaginária da sociedade futura, numa época em que o proletariado ainda muito pouco desenvolvido só encara sua condição na imaginação, corresponde às primeiras aspirações intuitivas deste proletariado por uma completa transformação da sociedade”. (*idem*)

2.2.5. Contudo, todos esses aspectos negativos, inerentes às condições materiais encontradas pelos utopistas na sua tentativa de sistematizar a crítica do sistema social vigente, não deve permitir que se esqueça o imenso interesse daqueles que tiveram, para os futuros teóricos do comunismo, a mesma importância, segundo Engels, que tiveram os alquimistas para seus descendentes, os químicos. Além do caráter fantasioso de seus sistemas, os utopistas forneceram “elementos extremamente preciosos para esclarecer os operários”. (*idem*)⁷

Por exemplo – mesmo se a incompreensão de sua realização torna-as medidas puramente utópicas – os utopistas propuseram uma série de medidas que inspirarão diretamente os

⁷ Não é por acaso que, nos anos 1840, Marx e Engels consideravam a publicação sistemática dos escritos utópicos na Alemanha, para contrabalançar os traços abstratos e ascéticos do socialismo alemão.

comunistas, como a abolição da família, supressão da oposição cidade-campo, abolição do trabalho assalariado, transformação do Estado numa simples administração da produção, etc...

Mesmo se os comunistas sempre sublinharam a ilusão que consiste em querer instaurar, no seio da sociedade capitalista, ilhotas de comunismo, como os falanstérios, as comunidades, as fábricas-modelo de Owen..., não deixaram de ressaltar que, por limitadas que fossem essas experiências mostravam o que o comunismo poderia tornar possível em escala social.

Dirigindo-se por exemplo a uma platéia de industriais em Eberfeld, em 1845, Engels mostra as vantagens da socialização, tal como foi realizada nas experiências de Owen. Tanto no que concerne a produção como o consumo, ele mostra sobretudo que a utilização coletiva dos recursos sociais traz vantagens em relação ao desperdício e à anarquia que existe na sociedade capitalista.

Também na AIT, no debate sobre o movimento cooperativo, Marx e Engels lembrarão o alcance da experiência de Owen, ao mesmo tempo em que ressaltavam que, no seio da sociedade capitalista, tais experiências só podem estar condenadas ao fracasso.

2.2.6. O utopismo reflete um período bem preciso do movimento operário: aquele no qual o modo de produção capitalista está suficientemente desenvolvido para deixar entrever suas principais contradições, embora ainda não suficientemente para produzir as forças capazes de fornecer uma explicação científica destas, nem sua solução. É por isso que, tanto no que tem de positivo, como de negativo, o alcance do movimento utópico é muito limitado no tempo. Assim que o movimento real produz as condições necessárias para que se opere uma verdadeira crítica revolucionária, e para que surjam as forças capazes de levá-la a bom termo, o utopismo torna-se reacionário. É significativo que, nos anos 30, a vanguarda proletária não irá tirar sua inspiração dos utopistas mas das autênticas correntes proletárias do passado, a começar por Babeuf. Bem antes de 1874, o utopismo está condenado, face à ascensão do proletariado revolucionário.

“A importância do socialismo e do comunismo crítico-utópico está em razão inversa do desenvolvimento histórico. À medida que a luta de classes ganha forma e se acentua, esse modo de elevar-se acima dela pela imaginação, essa oposição imaginária que lhe é colocada, perdem qualquer valor prático, qualquer justificativa teórica. É por isso que, se em relação a muitos aspectos, os autores desses sistemas eram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos obstinam-se em manter velhas concepções de seus mestres frente à evolução histórica do proletariado. Eles tentam uma vez mais, e nisso são lógicos, embotar a luta de classes e conciliar antagonismos. Continuam a sonhar com a realização experimental de suas utopias sociais – estabelecimento de falanstérios isolados, criação de colônias no interior, fundação de uma pequena Icária, edição ampliada da Nova Jerusalém – e, para a construção de todos esses castelos de cartas, vêm-se forçados a apelar para o coração e a carteira dos filantropos burgueses. Pouco a pouco, caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores mencionados anteriormente, e só se diferenciam por um pedantismo mais sistemático e por uma fé supersticiosa e fanática na eficácia milagrosa de sua ciência social. Eles se opõem portanto, obstinadamente, a todo movimento político dos operários, que só pode ter sido originado de uma falta de fé cega no novo evangelho. Na Inglaterra, são os owenistas que reagem contra os cartistas, na França os fourieristas contra os reformistas (partidários do jornal “A Reforma”). (Manifesto do Partido Comunista)

Posteriormente, o utopismo dá origem, de uma parte, às seitas, contra as quais irá efetuar-se a unificação do proletariado no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores; de outra parte, a uma mera e simples corrente capitalista ligada ao Estado. Visando corrigir certos abusos da sociedade capitalista, o utopismo antecipava pura e simplesmente alguns traços que esta iria desenvolver por si mesma, como reação a tais abusos.

É por isso que foi tão fácil para o capital recuperar certas idéias dos utopistas, como ocorreu no Segundo Império francês com o Crédito Fundiário dos Irmãos Peireire, etc...

“E evidente que o utopismo, que antes do socialismo materialista e crítico continha este em germe, só pode ser, quando voltar depois, simplório, insípido e reacionário até a alma.” (Marx a Sorge – 19.10.1877)

2.2.7. Dos três grandes utopistas, Robert Owen (1771-1858) é o que melhor soube apreender a essência constitutiva das contradições capitalistas, no seu próprio local de origem, isto é, na esfera da produção. Primeiro, porque vivia na Inglaterra, país pioneiro do desenvolvimento capitalista; depois, porque era mesmo um fabricante.

“Este último (Owen – ndr), no país da produção capitalista mais desenvolvida, e sob a impressão das contradições que esta gera, desenvolveu sistematicamente suas proposições de abolição das diferenças de classes, ligando-se diretamente ao materialismo francês.” (Engels – Anti-Dühring)

De um lado, Owen herda as características predominantes das idéias socialistas inglesas (Goldwin, Bentham, etc...): a doutrina dos filósofos utilitaristas, o reino da razão e da justiça eternas, etc... o ateísmo e a indignação profunda face às contradições sociais provocadas pelo MPC.

Mas, de outro lado, acompanhando os movimentos da vida material da sociedade inglesa, que ele interpreta de modo racionalista e materialista, Owen empreende uma ação reformadora, cujo objetivo é aliviar o destino da humanidade, agindo diretamente sobre as circunstâncias materiais que a determinam. Se o homem, como explica a doutrina materialista, é o produto das circunstâncias, será mudado começando-se por modificar estas últimas.

É por isso que a primeira experiência de Owen, a tecelagem de algodão de New Lanark, estabelecida em 1800, foi constituída como um modelo de organização social, unindo produção, consumo e vida social, e evitando os efeitos devastadores e desumanos da grande indústria. Seu princípio de funcionamento era o de uma grande cooperativa de produção e consumo, onde dava-se também uma educação aprimorada aos filhos dos operários e melhores condições de vida a suas famílias.

Rapidamente, no entanto, Owen conclui que mesmo dando-se aos homens condições de vida relativamente favoráveis na sua colônia – limitando-se o trabalho de mulheres e crianças, reduzindo a jornada de trabalho dos adultos e pagando bons salários – ainda estavam longe de ter uma vida livre e de realizar sua essência humana. Ao indagar-se sobre as razões dessa

situação, Owen descobre que o aumento da produtividade do trabalho assegura o crescimento dos lucros dos proprietários de New Lanark.

Ele constata então que “as pessoas eram seus escravos”, assim como em qualquer outra indústria da Inglaterra. Isso faz com que tenha a intuição do fenômeno da mais-valia, mas sem chegar a teorizá-lo e, principalmente, sem compreender como pode ser eliminado.

“Sem essa nova riqueza criada pelas máquinas, não teria sido possível levar a bom termo as guerras para derrubar Napoleão e manter os princípios aristocráticos da sociedade. E, no entanto, essa nova potência era a criação da classe operária”. (Owen, citado por Engels – Socialismo utópico e socialismo científico)

“É portanto a ela (à sociedade) que cabiam os frutos. As novas e possantes forças de produção, que até então só tinham servido para o enriquecimento de alguns e para a servidão das massas, ofereciam para Owen a base de uma reorganização social, e destinavam-se a trabalhar apenas para o bem-estar comum, enquanto propriedade de todos. É dessa reflexão do homem de negócios, como fruto por assim dizer do cálculo comercial, que nasce o comunismo oweniano. Ele sempre conserva esse mesmo caráter voltado para a prática.” (idem)

Mesmo se, no plano dos princípios, Owen permanece distante do comunismo moderno, seu sistema cooperativo – ainda que condenado à falência pois, na medida em que se situa na sociedade burguesa, deixa intacto o poder político e social da burguesia e não emancipa o proletariado – demonstra aos operários, na prática, os grandes traços da sociedade comunista: desenvolvimento das forças produtivas, graças aos progressos da grande indústria; ligação entre trabalho e indústria; abolição da família e, sobretudo, auto-administração da comunidade dos homens, sem distinção de classes, sem mestres nem patrões. O lado genial de Owen foi ter compreendido que tudo isso era possível por estar contido em germe na sociedade capitalista atual; mas que, na sua forma capitalista, a grande indústria, longe de ser uma fonte de bem-estar, reduzia as massas a uma escravidão sequer conhecida na mais despótica das sociedades.

“Robert Owen, pai das fábricas e das pequenas cooperativas que, conforme vimos, estava longe de iludir-se com seus imitadores sobre o alcance desses elementos isolados, não tomou apenas o sistema de fábrica como ponto de partida de suas experiências; declarou também que isso era teoricamente o ponto de partida da revolução social”. (Marx – O Capital)

Tudo que a ação de Owen podia ter de reformador antecipava diretamente as reformas que o próprio capital, sequiso de não suicidar-se e sob a pressão da luta da classe operária, acabaria por introduzir na esfera da produção.

“Quando Robert Owen, imediatamente após os dez primeiros anos deste século, sustentou não apenas teoricamente a necessidade de uma limitação da jornada de trabalho, mas ainda restabeleceu efetivamente a jornada de 10 horas na sua fábrica de New Lanark, zombaram dessa inovação como sendo uma utopia comunista. Debocharam de sua “união do trabalho produtivo com a educação das crianças”, e das cooperativas que ele foi o primeiro a fundar. Hoje, a primeira dessas utopias é uma lei de Estado, a

segunda aparece como frase oficial de todas as Leis de Fábrica (Factory Acts) e a terceira serve até de disfarce para encobrir manobras reacionárias.” (*idem*)

De outra parte, tudo que na obra de Owen antecipava o comunismo valeu-lhe o desprezo geral da sociedade burguesa e a estima da classe operária, ao destino da qual uniu os últimos anos de sua vida.

“A passagem para o comunismo foi a pedra angular da vida de Owen. Enquanto se contentou com o papel de filantropo, ganhou riqueza, aprovação, honra e fama. Era o homem mais popular da Europa. Não apenas seus colegas o escutavam e aprovavam, mas ainda homens de Estado e príncipes. Quando apresentou suas teorias comunistas, tudo mudou. Para ele, três grandes obstáculos pareciam barrar o caminho da reforma social: a propriedade privada, a religião e a forma vigente do casamento. Ele sabia o que o esperava se os atacasse: repulsa universal da sociedade oficial, perda de sua situação social. Mas não deixou de fazê-lo impiedosamente, e o que se previa aconteceu. Banido da sociedade oficial, alijado pela conspiração do silêncio urdida pela imprensa, arruinada por suas experiências comunistas fracassadas na América nas quais tinha sacrificado toda sua fortuna, voltou-se diretamente para a classe operária, e os movimentos sociais, todos os progressos reais levados a bom termo na Inglaterra em prol dos interesses dos trabalhadores estão ligados ao nome de Owen”. (*Engels – Anti Dühring*)

2.2.8. Para construir seu sistema utópico, o francês Saint-Simon (1760-1825) parte de premissas totalmente diferentes, muito mais jurídicas e diretamente inspiradas da revolução francesa.

“Saint-Simon era filho da revolução francesa; não tinha trinta anos quando esta estourou. A revolução era a vitória do Terceiro Estado, isto é, da grande massa da nação que era ativa na produção e no comércio, sobre as ordens privilegiadas, ociosas até então: nobreza e clero. Mas a vitória do Terceiro Estado revelou-se rapidamente como a vitória de uma pequena parte dessa ordem, como a conquista do poder político pela camada socialmente privilegiada dessa mesma ordem: a burguesia possuidora.” (*idem*)

Saint-Simon se dá conta de que a divisão que ele julga vital entre trabalhadores (ou produtivos) e ociosos existe também no seio da burguesia. Na sua célebre “parábola” sobre zangões e abelhas Saint-Simon indaga o que ocorreria se a França perdesse de uma só vez “seus 50 primeiros físicos, químicos, matemáticos, etc... dentre os sábios; seus 50 primeiros mecânicos, arquitetos, relojoeiros, médicos, etc... dentre os técnicos; seus 50 primeiros mineiros, fabricantes de tecidos, armadores, impressores, etc... dentre os industriais; seus 50 primeiros pedreiros, carpinteiros, chaveiros, fundidores, etc... dentro os operários;” e conclui que a França ficaria provisoriamente arruinada, que a “Nação tornaria-se um corpo sem alma a partir do momento em que os perdesse”.

Se admitirmos agora que a França perderá de uma só vez toda a corte da família real, todos os ministros, todos os marechais, cardeais, prefeitos, grandes vigários, etc... todos estes poderiam ser substituídos da noite para o dia pelo simples jogo da hierarquia, já que existe, abaixo de todas essas personagens, elementos tão capazes quanto eles de cumprir as mesmas funções.

Desta parábola, Saint-Simon conclui que a sociedade é tudo, menos organizada razoável e racionalmente.

“Estas suposições evidenciam o fato mais importante da política atual: elas colocam-no em tal condição que permitem que seja imediatamente apreendido e em toda sua amplitude. Elas provam claramente, embora de modo indireto, que os homens ainda se deixam explorar pela violência e pela astúcia; e que a espécie humana, politicamente falando, ainda encontra-se mergulhada na imoralidade.”

Nessa luta entre “zangões e abelhas”, Saint-Simon vê o antagonismo fundamental de nossa sociedade, o qual desembocará cedo ou tarde numa luta de classes encarniçada, cujo resultado não deixa dúvidas: a sociedade terá que entregar o conjunto das riquezas e das forças produtivas aos produtores associados, sem que qualquer pessoa possa aproveitar-se do trabalho de outrem.

“O momento em que a luta deve assumir seu verdadeiro caráter finalmente chegou. O partido dos produtores não tardará a se apresentar. E mesmo entre os homens nascidos nas classes parasitas, aqueles que possuem maior abertura de espírito e de elevação na alma começam a sentir que o único papel honroso que podem desempenhar hoje consiste em usar toda sua influência para estimular os produtores a entrar em atividade política, e para ajudá-los a obter na direção dos negócios gerais a preponderância que adquiriram na sociedade.” (Saint-Simon – Do Sistema industrial)

Embora apresente uma teoria da luta de classes ⁸, Saint-Simon não individualizava em toda sua amplitude o fenômeno da luta burguesia/proletariado. Ele classifica entre os “produtores” mais ou menos tudo que é ativo, ou seja, não apenas os operários, mas também os sábios, os industriais, os grandes comerciantes, os banqueiros, reservando o status de “ociosos” ou de parasitas somente aos que vivem de rendas, sem tomar parte da produção e do comércio. Portanto, não apenas a antiga aristocracia, mas ainda toda uma parte da burguesia e dos proprietários fundiários.

No seu esquema, Saint-Simon atribui grande importância à ciência que, associada à indústria, e moralizada sob a égide de um “novo cristianismo”, deveria guiar a humanidade nos caminhos do progresso. Embora considere a associação de todos os produtores, atribui importância preponderante (de concepção, de gestão e de comando) a essa fração dos “produtores” representada pelos grandes industriais e pelos sábios. Mas seu poder, assim como o dos banqueiros, cujo papel seria regular a produção, decorreria principalmente de sua competência técnica, mais do que de um estado de superioridade econômica.

“Essa concepção corresponderia perfeitamente a um período no qual, na França, a grande indústria, e com ela a oposição entre proletariado e burguesia, estavam apenas nascendo. Mas há um ponto no qual Saint-Simon insiste particularmente: em todo lugar

⁸ “...conceber a Revolução Francesa como uma luta de classes entre a nobreza, a burguesia e os não-possuidores era, em 1802, uma descoberta das mais geniais.” (Engels)

e sempre, o que lhe importa antes de mais nada é o destino da “classe mais numerosa e mais pobre”. (Engels- Anti-Dühring)

“Se (Saint-Simon) ignorou nos seus primeiros escritos a oposição entre burguesia e proletariado, a qual apenas começava a nascer na França naquela época; se classificou entre os trabalhadores a fração da burguesia que se ocupava da produção, isso corresponde às concepções de Fourier, que queria reconciliar o capital e o trabalho, e explica-se pela situação econômica e política da França naquela época. Se, na ocasião Owen teve perspectivas mais amplas, é porque vivia em outro ambiente, no coração da revolução industrial e das oposições de classe que já se manifestavam.” (Engels – Nota sobre “O Capital”, livro 1)

2.2.9. Assim como Saint-Simon, FOURIER (1772-1837) age sob a influência da filosofia iluminista e dos ideais da revolução francesa, que ele procura confrontar, na maioria das vezes com uma ironia mordaz, com a realidade e com a baixeza da sociedade burguesa.

“Fourier pega a burguesia ao pé da letra, seus profetas entusiastas de antes da revolução e seus bajuladores interessados de depois. Ele desvenda impiedosamente a miséria material e moral do mundo burguês, e confronta-a com as promessas lisonjeadoras dos filósofos iluministas sobre a sociedade na qual apenas a razão deveria reinar, sobre a civilização que traria a felicidade universal, sobre a perfectibilidade ilimitada do homem, e com as expressões cor de rosa dos ideólogos burgueses que são seus contemporâneos; ele demonstra como, em qualquer lugar, a mais lamentável realidade corresponde à mais grandiloquente fraseologia, e despeja sua mordaz ironia, sobre esse fiasco irremediável da palavra.” (Engels – Anti-Dühring)

Assim como Owen, Fourier acredita que o uso comum dos bens, e a gestão associada dos recursos humanos é o único meio de estabelecer uma sociedade verdadeiramente racional, onde não existirá mais nem o desperdício nem a anarquia devidos à apropriação privada dos meios de produção. No entanto, Fourier critica Owen pelo fato de encarar a questão apenas de um ponto de vista material, que não pode seduzir ninguém, enquanto ele (Fourier) pretende fundar a necessidade da associação com base numa nova teoria sociológica: a da atração apaixonada. Fourier considera que o meio de estabelecer a comunidade dos homens é deixar que as paixões se expressem, canalizando-as por “séries”, de modo que permitam a realização, com o máximo de eficiência, de tarefas que, quando são sinônimo de exploração, ou são impostas aos indivíduos parecem degradantes e só cumpridas com repugnância.

“O remédio para essa preguiça e outros vícios que desorganizariam a associação é, portanto, a busca e a descoberta de um mecanismo de atração industrial, transformando os trabalhos em prazeres e assegurando a persistência de um povo no trabalho, além da recuperação do mínimo que se lhe terá adiantado.” (Fourier – O novo mundo industrial e societário)

Para isso, é preciso deixar os indivíduos obedecer as suas paixões, mas sempre organizando-as por “séries”, de modo a que não levem à anarquia, mas ao perfeito funcionamento da organização. Assim, por um fenômeno de atração, far-se-á com que todos os homens trabalhem pelo sucesso do bem comum. Ao fazer a lista das paixões, por exemplo,

Fourier descobre que o homem se cansa da continuidade e aprecia a variedade; a diversidade do trabalho na sociedade futura contestará esta paixão; do mesmo modo, ao contentar a necessidade de intriga e de estímulo, levar-se-á diferentes equipes de trabalhadores a concorrerem por melhores realizações, melhorando então a qualidade dos produtos. Em outro registro, Fourier observa que o gosto das criancinhas pelos excrementos e pelas porcarias fará delas lixeiros entusiastas e limpadores de esgoto!

Fourier descreve minuciosamente sua futura organização, com achados poéticos que o distinguem de Saint-Simon, ou de Owen; mais que o detalhe dessas medidas utópicas, é a visão histórica implícita em seus sistemas que dá valor a sua obra. Pouco apto a compreender a luta de classes e a necessidade material de uma profunda transformação da sociedade, Fourier sabe que a época é fruto de uma evolução histórica que tudo arrevesou, e que o mundo civilizado nada tem a invejar aos povos bárbaros. A teoria das 4 etapas da história da espécie humana, junto com os trabalhos de Morgan, inspirará as pesquisas de Engels sobre a origem da família, da propriedade privada e do Estado.

“Mas onde ele melhor aparece (Fourier, ndr) é quando expõe sua concepção da história da sociedade. Ele divide toda sua evolução passada em quatro fases: barbárie, patriarcado, selvageria e civilização, a qual coincide com o que se chama hoje de sociedade burguesa; ele demonstra que a “ordem civilizada” dá a cada um dos vícios aos quais se livra a barbárie com simplicidade uma forma complexa, ambígua e hipócrita. Mostra ainda que a civilização se move num “circulo vicioso”, em contradições que ela reproduz incessantemente, sem poder sobrepujá-las, de modo que ela sempre atinge o contrário do que quer ou pretende atingir; de modo que, por exemplo, a pobreza nasce, na civilização, da própria abundância.” (Engels – Anti-Dühring)

Este mundo “de trás para frente”, Fourier está convencido de que é necessário colocá-lo “em boa ordem”, mas não tem qualquer idéia dos meios necessários para isso, a não ser o mecenato, e ele passará o resto de sua vida a esperar alguém que financie seus projetos de falanstério.

2.2.10. Além dos esforços indispensáveis para achar financiamento para seus projetos, os utopistas livraram-se muito pouco ao proselitismo, não tentaram fundar movimentos de massa, e mantiveram-se totalmente afastados dos movimentos proletários (exceção feita a Owen no final de sua vida).

Contemporâneos uns dos outros, não procuraram unificar seus projetos, ou esclarecer suas teorias.

Expressão de uma época onde ainda não transparece inteiramente o papel emancipador do proletariado, o sonho utopista, durante o século XIX, acompanhará todas as derrotas do proletariado. Depois de 1848, depois de 1871, nos períodos de crise e de desemprego, proscritos e emigrantes abordavam novos continentes portando planos de comunidades, falanstérios, etc... que, na melhor das hipóteses, transformavam-se em cooperativas de produção e, na pior delas em assembléias de mendigos e miseráveis. É principalmente no plano doutrinário que os utopistas conseguiram realizar a ruptura frente à sociedade capitalista, empreendendo uma crítica da qual numerosos elementos serão retomados pelo programa comunista, mas numa base

completamente diferente, fundada doravante não no iluminismo de alguns indivíduos, mas na luta social da massa do proletariado, única classe revolucionária da sociedade moderna.

2.3. 1830-1848: RETOMADA DO MOVIMENTO DE CLASSE E CONSTITUIÇÃO DE CLASSE EM PARTIDO

2.3.1. O período 1815-1830 tinha-se caracterizado como um período de consolidação das relações de produção capitalistas e de calma política após a contra-revolução de 1815. Assim, a sociedade trabalhava na generalização de suas contradições, que logo iriam recolocar frente a frente os dois velhos inimigos, burguesia e proletariado. No entanto, este último ainda não era capaz de impulsionar por si mesmo um grande movimento revolucionário, e os utopistas expressavam esta fraqueza ao menosprezar o papel da ação política.

É novamente por ocasião de um movimento burguês que o proletariado vai manifestar-se em 1830, de maneira mais universal do que em 1795. Mas o principal mérito das revoluções de 1830 foi de inaugurar um ciclo de agitação revolucionária em toda a Europa, cuja expressão proletária mais pura foi o cartismo na Inglaterra e que culminou em 1848 com a nítida individualização das duas principais forças antagônicas da sociedade moderna.

2.3.2. Guiadas pelas duas nações que se tinham erigido em gendarmes da Europa: a mais atrasada, a Rússia, e a mais moderna, a Inglaterra, as nações da Santa Aliança, “fundada para opor-se ao espírito revolucionário do povo francês” (Engels) procuraram conjurar o espectro revolucionário e manter a Europa no estado em que se encontrava antes da epopéia napoleônica.

A Restauração pretendia recolocar em seu lugar os poderes “legítimos” isto é, reinstalar nos tronos as dinastias que haviam sido varridas pela tormenta revolucionária. Ela entendia eliminar todas as idéias herdadas deste período e, entre outras, a idéia burguesa segundo a qual cabia aos homens encontrar por si mesmos sua forma de organização política. Para os teóricos da Restauração, esta forma só podia reproduzir um modelo divino, o homem não podia perturbar a ordem das coisas e, principalmente, não podia tornar-se senhor de seu destino. No plano doutrinário, verificava-se autêntico retrocesso em relação à filosofia iluminista e a todas as teorias burguesas do direito. Donde uma tentativa completamente reacionária de congelar artificialmente o desenvolvimento social, tanto no plano interno quanto externo (Metternich), para evitar o retorno do pesadelo revolucionário. Mas o surgimento das nações modernas é uma exigência vital do modo de produção capitalista. Este só desenvolve plenamente as forças produtivas num país a partir da constituição do mercado nacional e do desaparecimento de todas as barreiras herdadas dos modos de produção anteriores. Esta destruição realiza-se ainda mais profundamente na medida em que é produto de um movimento radical, revolucionário.

Ora, nenhuma Santa-Aliança pode frear eternamente o movimento do capital e impedir que se realizem as transformações por ele exigidas. Como mostrava Engels, ou a forma do Estado é conforme ao desenvolvimento histórico exigido pela sociedade, ou ela tenta opor-se a ele. Neste último caso, ele não tem como durar pois, de fato, é o movimento da sociedade que se impõe ao Estado e não o contrário. Ora, o período burguês moderno exige como forma de

Estado a mais acabada, a República democrática. É por isso que uma vaga de revoluções democráticas burguesas ocorreu em 1830, englobando as nações diretamente submetidas à Rússia (Polônia) ou à Áustria (Magiães, Itália...). Numa nação burguesa já constituída como a França, mas dominada pelo sistema reacionário de retomar suas reivindicações democráticas, tarefa na qual foi amparada, novamente, pelo proletariado.

2.3.3. Ao recolocar no trono um membro da família dos Bourbons, a Restauração na França esperava bloquear o movimento de modernização impulsionado pela revolução e, depois por Napoleão. A carta de 1814 consagrava o poder da aristocracia e de uma parte da alta burguesia financeira. Calcado no modelo inglês, o sistema deixa de lado a massa da burguesia e da pequena burguesia. Durante toda a década de 1820-1830, estas classes desenvolvem uma oposição liberal, reclamando o reconhecimento do poder político para o conjunto da burguesia. Face à influência crescente desta corrente, o poder real toma a iniciativa e proclama ordenações visando decapitar o movimento de oposição burguesa (suspensão da liberdade de imprensa, dissolução da Câmara, revisão – num sentido mais restritivo – da lei eleitoral, convocação de novas eleições). A alma burguesa do movimento de 1830 não tinha como levá-lo além de uma simples reorganização política, de uma mudança de pessoal dirigente e de uma ampliação da representação política da burguesia, num sentido mais conforme aos interesses do capital. Mas, mesmo para um objetivo tão limitado, a burguesia precisava da massa do proletariado para impor-se. É por isso que os fabricantes e empreendedores burgueses fecharam as oficinas, os ateliers para jogar os proletários na rua como massa de pressão.

O que não tinham previsto é que a rua é o terreno do proletariado, assim como os bancos da Assembléia constituem o terreno da burguesia. O proletariado respondeu a este desemprego forçado (atribuído aos Bourbons) pela agitação e colocou-se imediatamente no pólo extremo do movimento reclamando a República. Toda a essência burguesa do movimento apareceu então, na medida em que a organização do poder político foi discutida nos salões do banqueiro Lafitte, com todas as frações da classe dominante unindo-se no seguinte ponto: impedir a formação da república, desviar o proletariado de suas ambições revolucionárias, evitar o desenvolvimento de uma revolução.

2.3.4. Se, em 1830, o proletariado não foi capaz de ir além da agitação imediata e de colocar suas próprias reivindicações, sua intervenção não deixa de prefigurar a polarização dos antagonismos sociais que ocorrerá em 1848. De uma parte, um proletariado que a burguesia procura utilizar da melhor maneira possível como massa de manobra e que manifesta seu ser revolucionário levando o combate além de seus limites burgueses; de outra, uma burguesia que deve aprender a manobrar entre uma aristocracia, da qual ela procura arrancar uma maior parte do poder político, e um proletariado que, uma vez posto em movimento, pode tudo arrastar na sua passagem, inclusive a própria dominação burguesa. Entre eles, uma pequena burguesia que se manifesta por um discurso radical, mas que raramente o concretiza e que tanto pode pender para o proletariado como para a burguesia, dependendo de quem se mostrar mais forte durante a luta. Todos estes componentes estarão presentes em 1848, mas desta vez a luta culminara numa oposição direta entre proletariado e burguesia.

2.3.5. No intervalo (1830-1848), verifica-se uma fase de recomposição da classe proletária, e isso em escala internacional. No continente, a revolução de 1830 tinha rompido o grillão no qual a Restauração procurava congelar o movimento social. O resultado foi um recrudescimento

da agitação política, não apenas na burguesia, até fevereiro de 1848 na França e março de 1848 na Alemanha, mas também no proletariado que, ao mesmo tempo em que retomava a agitação social, procurava ligar-se novamente com sua experiência revolucionária passada, reapropriando-se da experiência de Babeuf e dos revolucionários de 1793.

Simultaneamente, a expansão do MPC no continente acarretava o crescimento do campo de ação do proletariado, na medida em que revoluções burguesas, ou tentativas de revoluções burguesas colocavam na ordem do dia a realização do terreno no qual o proletariado pode levar a bom termo sua luta de classes: a república burguesa democrática. Os anos 1830 conheceram, além da revolução na França, uma campanha de agitação burguesa na Alemanha, que levou certos Estados a outorgar constituições, porém sem resolver a questão da unidade alemã que ia se colocar com acuidade em 1848; uma revolução nacional na Bélgica, pelo reconhecimento da independência nacional em relação à Holanda; na Polônia, uma revolução de caráter nacional dirigida por uma oposição liberal cuja fração mais “jacobina” forma sociedades secretas já bastante ativas desde a década anterior, e que desembocarão mais tarde no movimento revolucionário burguês de Garibaldi. Todos estes acontecimentos nada mais eram do que os sinais precursores da “primavera dos povos” de 1848, durante a qual, na agitação das revoluções burguesas derrubando os altares do absolutismo, o proletariado saberá fazer ouvir o possante apelo da revolução social. Ao mesmo tempo, na Inglaterra, esfera mais avançada do modo de produção capitalista, o proletariado efetuava sua primeira grande tentativa de organização em classe e, portanto, em partido político: o cartismo.

2.4. O CARTISMO NA INGLATERRA

2.4.1. O período 1830-1848 e a vaga revolucionária que lhe segue constituem uma época charneira, separando entre eles dois grandes momentos da história do proletariado: o primeiro, onde a classe operária estava mobilizada a reboque dos interesses burgueses, intervindo para obrigar a burguesia a cumprir até o fim seu ciclo revolucionário; o segundo – que é confirmado, em escala européia, pela ruptura violenta de 1848 –, onde o proletariado põe-se em movimento pelos seus próprios objetivos enfrentando a burguesia, identificada definitivamente como inimigo histórico.

A área inglesa, onde se realiza mais cedo a implantação e o acabamento das relações de produção capitalistas modernas, igualmente conhece este movimento. Na verdade, aqui, tal movimento é um pouco antecipado pois, de 1836 a 1848 realiza-se uma agitação burguesa e proletária, que se saldará a partir de 1842 pela ruptura entre os dois campos.

O movimento cartista também desempenha um papel de charneira, pois integra, ao longo de toda sua trajetória, as duas fases: uma onde o proletariado e a burguesia ainda lutam lado a lado; a outra, onde o proletariado luta sozinho contra todos seus inimigos, inclusive a burguesia. Toda a história do movimento cartista é a história através da qual a classe operária desvencilha-se dos interesses burgueses, afirma seus interesses próprios e constitui-se, a partir desta base, em classe e portanto em partido político distinto.

É a primeira vez que o proletariado moderno intervém como força social maciçamente mobilizada pelos seus próprios interesses. O cartismo inaugura portanto o ciclo puramente proletário que se estabelecerá após 1848. Mas ele apenas o inaugura pois, para que o proletariado possa agir à altura de sua tarefa histórica é necessário que ele tenha formulado seu programa. E isso o cartismo, por si só, não podia fornecer-lhe. Ele poderia apenas fornecer um dos elementos, cuja síntese, efetuada na aurora da vaga revolucionária, desembocaria no programa comunista.

2.4.2. No período 1830-1848 desenrola-se na Inglaterra um certo número de movimentos políticos e sociais, que se combinam uns aos outros segundo o interesse dos diferentes atores.

Tem-se:

- os movimentos sociais do proletariado: luta pela redução da jornada de trabalho (Bill das 10 horas); luta contra a nova lei sobre os pobres que institui as “workhouses”, verdadeiras bastilhas para os desempregados e todas as vítimas da acumulação do capital; lutas sindicais pro salários, etc. ..
- as reivindicações da burguesia liberal por uma ampliação da representação política e uma reforma do sistema parlamentar (Reforma Bill);
- a luta da burguesia industrial contra a classe dos proprietários fundiários, que se traduz por:
 - reivindicações para a abolição das leis sobre os cereais (sistema protecionista que mantinha artificialmente elevado o preço dos cereais na Inglaterra e fortificava a posição social dos proprietários fundiários);
 - em contrapartida, as campanhas conduzidas pelos proprietários fundiários contra a “selvageria” do desenvolvimento industrial e sua “ajuda” levada ao proletariado (considerando-o como simples instrumento de vingança contra a burguesia), para a obtenção de suas reivindicações – por exemplo, a jornada de 10 horas –, esperando com isso frear o desenvolvimento do MPC.
- Enfim, o movimento pelo sufrágio universal, ou seja, pela Carta do Povo (People’s Charter), que reagrupa o proletariado, a pequena burguesia radical e a fração industrial das classes burguesas frustradas pela reforma eleitoral de 1832. Sob a palavra de ordem comum do “sufrágio universal”, cada uma dessas frações defende de fato seu interesse de classe: a burguesia industrial visa apenas dotar-se de uma parte do poder político, esfera da qual está excluída; a pequena burguesia radical reclama uma maior igualdade política e social; o proletariado, enfim, reclama o exercício do poder político, que o sufrágio universal lhe traria nas condições sociais da Inglaterra de então⁹, e a satisfação de todas as suas reivindicações, tanto políticas como sociais.

O cartismo encontrará em seu caminho, um por um, todos estes movimentos. Com alguns, ele deverá compor-se; com outros, ao contrário, ele deverá demarcar-se nitidamente para afirmar sua identidade própria.

⁹ Onde o proletariado por si só já formava quase dois terços da população, concentrada nas cidades.

2.4.3. Se ainda restava, na área inglesa, a possibilidade no primeiro terço do século 19, de uma aliança entre burguesia e proletariado, na questão do sufrágio universal, é que este país ainda não tinha conseguido dotar-se das instituições políticas adequadas às novas relações sociais herdadas da grande revolução inglesa, problema que o acesso à fase de submissão real do trabalho ao capital colocava de maneira ainda mais crucial. Uma vez derrubada a república de Cromwell, estabeleceu-se uma espécie de compromisso (1689), reação provocada pelo “excesso de atividade revolucionária” (Engels) da massa plebéia, entre a nobreza e a burguesia (essencialmente sua fração financeira), compromisso que impedirá a generalização das instituições políticas burguesas e o reino sem divisão da burguesia.

Seguiu-se, sob a impulsão da passagem à fase de submissão real do trabalho ao capital, no final do século XVIII e no início do século XX, uma agitação burguesa pela reforma da lei eleitoral. Como mostram igualmente os episódios francês e alemão, o proletariado não pode estar indiferente a esta luta pela forma do Estado, na medida em que a conquista da democracia política (república democrática) significa a conquista do terreno de luta, onde seus interesses de classe poderão exprimir-se livremente e onde se travará o combate decisivo entre proletariado e burguesia.

“Se ela é a forma acabada de dominação da burguesia, a república moderna é, ao mesmo tempo, a forma de Estado na qual a luta de classes desembaraça-se de seus últimos entraves e onde se prepara seu terreno de luta. Precisamente, a república moderna nada mais é do que este terreno de luta (...), nada mais que o terreno aplainado para a última grande luta de classe histórica do mundo. Eis precisamente sua formidável amplitude.”
(Engels – A República na Espanha – 1873)

É portanto enquanto classe mobilizada, lutando por objetivos comuns, que o proletariado participará das grandes lutas políticas pelo sufrágio universal em 1790, 1819 e 1830. Mas a própria dinâmica deste movimento conduzirá o proletariado a formular sua própria versão do sufrágio universal: este somente pode ser um meio político para a realização de seus objetivos sociais. A definição destes objetivos, o reagrupamento da classe proletária em torno de seus objetivos históricos, a constituição do proletariado em classe e portanto em partido político distinto, serão os resultados do grande movimento cartista que se desenvolve na Inglaterra de 1836 a 1848.

2.4.4. Mesmo se o resultado político do compromisso de 1689 foi o de frear a revolução radical e equilibrar o poder da burguesia ascendente e o da nobreza, ele estava longe de ter provocado um enfraquecimento do desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Ao contrário, sufocados os elementos plebeus e revolucionários, e obtida a “paz social”, ele permitiu à burguesia prosseguir o processo de concentração dos meios de produção, de subsistência e de troca, e, aos novos proprietários fundiários, surgidos principalmente a partir da época de Henry VIII (venda das terras da Igreja, etc.), beneficiar-se do aumento da renda. A aristocracia fundiária, em vias de modernização, negociou a garantia de seus interesses de classe com a burguesia ascendente, cujos interesses econômicos exigiam o prosseguimento do processo de expropriação dos homens, a criação de um proletariado “sem fogo nem lugar”.

Se já nesta época havia inadequação entre desenvolvimento econômico e organização política da sociedade, a situação só poderia piorar com a passagem à fase de submissão real, que vê aumentar o peso social da classe capitalista.

A invenção das máquinas-ferramentas e das máquinas motrizes no final do século XVIII, e sua aplicação sistemática na indústria a partir do início do século XIX, permitiu a passagem numa escala maior da manufatura à grande indústria: a Inglaterra é o primeiro país a conhecer a passagem à fase de submissão real do trabalho ao capital e, portanto, a ver generalizar-se as condições materiais da sociedade comunista. Este processo implicava uma proletarização violenta das massas inglesas, da qual Engels tornou-se o denunciador desde os anos 1844. Por volta da metade do século XIX a Inglaterra era um país de população majoritariamente operária e cidadina.

Mas isso também implicava, assim como na França e, em seguida na Alemanha, que a questão da redistribuição do poder político, que não aconteceu após a freagem da revolução burguesa radical, ressurgisse com muito mais violência, uma vez que na realidade social a burguesia industrial adquiria um lugar preponderante no seio das classes dominantes.

Donde, para ela, a necessidade absoluta de por um fim a seu isolamento frente à Gemeinwesen política, de conquistar uma representação política conforme a seus interesses de classe, no seio do Parlamento e do aparelho de Estado.

2.4.5. Para isso, a burguesia industrial estava pronta para mobilizar o proletariado. Mas o proletariado inglês dos anos 1820-1830 não era um recém-nascido na luta social e política. Ele já havia começado a formar-se, por si mesmo, na rude escola das Trade-Unions (sindicatos) e, em seguida, na escola de guerra das greves. Vivendo no seio das relações de produção capitalistas mais avançadas, ele reagia lá onde era imediatamente atacado: no terreno do trabalho assalariado. É isto que leva a teoria comunista a caracterizar o proletariado inglês desta época como mais “pragmático” em relação ao francês e ao alemão.

“Os operários devem protestar contra isso enquanto não tenham perdido todo o sentimento humano, e, se eles protestam desta maneira e não de outra, é porque são ingleses, isto é, pessoas práticas que apóiam seu protesto por uma ato e não como fazem os teóricos alemães, que vão tranquilamente dormir logo que seu protesto é devidamente registrado “ad acta”, para aí também irem dormir o mesmo sono tranquilo daqueles que protestam.” (Engels. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra)

Em relação ao proletariado francês que trava inicialmente a luta no terreno político, para chegar em seguida a colocar a “questão social”, o proletariado inglês situa-se de chofre no terreno social e jamais fará do sufrágio universal um objetivo em-si, mas sempre um meio de sua emancipação social.

2.4.6. Em 1829-1830, a burguesia industrial cria diversas “Uniãoes Políticas” (Political Unions) que reivindicam o sufrágio universal e tentam reunir a classe mais interessada nesta reivindicação: o proletariado. As uniões políticas agitam a velha bandeira da reforma eleitoral, reivindicada desde os movimentos de 1790 e que deveria permitir ao Parlamento refletir mais

fielmente a relação de forças real do país: eliminação dos “burgos apodrecidos”¹⁰, redução do censo, luta contra a corrupção, etc.

A burguesia, portanto, principiava de maneira decidida a luta contra a classe dos proprietários fundiários, e sua fração mais radical atacava igualmente as despesas improdutivas da administração e as leis sobre os cereais (Corn Laws). Em 1829 cria-se a Birmingham Political Union (BPU), que desempenhará um papel chave no movimento.

Em 1831 funda-se a National Political Union (NPU), com ATWOOD (banqueiro em Birmingham) e PLACE na sua direção. Seu objetivo era de coordenar a mobilização das Political Unions para o apoio ao Reform Bill que devia ser apresentado à Câmara dos Comuns por Lord John Russel. (Whig). É portanto a burguesia industrial que tomava a iniciativa política, utilizando o proletariado como massa de manobra para forçar o Parlamento a reconhecer sua própria potência econômica e social.

“Nenhuma inovação importante, nenhuma medida decisiva jamais foi realizada neste país sem uma pressão do exterior (pressure from without). Tanto a oposição tinha necessidade de uma tal pressão contra o governo, como este dela tinha necessidade contra a oposição. Por “pressure from without”, o inglês designa as grandes demonstrações populares extra-parlamentares, que naturalmente não podiam ser encenadas sem a ativa participação da classe operária. PITT soube utilizar as massas contra os Whigs na sua guerra anti-jacobina. A emancipação católica, o Reform Bill, a abolição das Corn Law, o Bill das 10 horas (...), foram todos o fruto de turbulentas manifestações extra-parlamentares, nas quais a classe operária, às vezes atuando espontaneamente, ora como dramatis persona (ator do drama) , ora como coro, desempenhava o papel principal, ou, se as circunstâncias assim o exigiam, a parte ruidosa.” (Marx, *Die Presse*, 2.02.1862)

Aqui, no início deste movimento pelo sufrágio universal, o proletariado – assim como a pequena-burguesia – formava o coro e desempenhava o papel de “parte ruidosa”. A partir de então este “coro” viveria sua vida própria, como testemunha o desenvolvimento de uma bastante ativa imprensa radical (por exemplo, o “Poor Man’s Guardian” de Hetherington e O’Brien), e a difusão de brochuras dedicadas aos trabalhos socialistas de inspiração ricardiana de Gray, Hodgskin, etc.

2.4.7. Em 1831 ocorre a fundação da National Union of Working Class and Others (NUWC: União Nacional da Classe Operária e Outras), à frente da qual encontram-se LOVRTT e HETHERINGTON, ambos operários qualificados e que desempenharão – principalmente LOVETT – um papel importante no desenvolvimento do cartismo.

A NUWC emergiu do seio das associações cooperativas que seguiam as idéias de OWEN e lutavam pelo direito do trabalhador à integralidade do produto de seu trabalho. Mas Lovett e seus companheiros divergiam do mestre na medida em que se engajavam na luta

¹⁰ Chama-se de “burgos apodrecidos” (rotten boroughs), as localidades de menor importância, semi-desertas, que possuíam um representante no Parlamento, sistema que permitia todas as manobras possíveis. Em contrapartida, cidades manufatureiras e comerciais da importância de Birmingham, Manchester e Leeds não tinham representantes.

política, lutando pelo sufrágio universal como meio para realizar reformas. Para eles, o acesso ao Parlamento significaria um passo decisivo para a transformação pacífica da sociedade, para a implantação pacífica da sociedade das “classes industriais” (“industrious classes”, que incluíam, segundo eles, o proletariado e a burguesia industrial).

O programa da NUWC ¹¹ apoiava-se na tradição do Partido Democrata inglês. Tradição que influenciava cada vez mais o proletariado.

Engels assim lembrava a trajetória deste partido:

“O partido democrático formou-se paralelamente à revolução industrial. Em 1769, J. Horne Tooke fundou a Society of the Bill of Rights, na qual discutiu-se, logo de início, os princípios democráticos numa visão republicana. Como na França, os democratas eram unicamente pessoas que tinham uma formação filosófica. Mas rapidamente perceberam que as classes médias e superiores lhes eram hostis e que suas idéias somente encontravam eco nas classes trabalhadoras. Entre estas encontraram, desde 1794, um partido relativamente forte, embora não muito, mas forte o bastante para poder agir de outro modo do que por golpes. Não se teve dele mais notícias entre 1797 e 1816; ao longo dos anos agitados de 1816 a 1823 ele tornou-se ativo, mas sucumbiu na letargia até a revolução de julho de 1830. Desde então, conservou sua importância ao lado dos velhos partidos e progrediu regularmente.” (Engels. A Situação Inglesa. Vorwärts! 11.09.1844)

2.4.8. Entretanto, a maioria “Tory” ¹² recusa-se a reformar o sistema eleitoral que protege seus interesses econômicos e mantém o poder político entre suas mãos, se bem que alguns Tories “esclarecidos” (PEEL, etc.) reconheçam que seria necessário negociar com a burguesia industrial, considerando a ameaça de uma revolução social. De outro lado, os Whigs, que estavam afastados do poder depois de 50 anos, esperavam que uma reforma parlamentar poderia lhes entregar novamente o poder do Estado e possuíam, ao mesmo tempo, a consciência de que se não obtivessem esta reforma negociada com a burguesia industrial, a agitação desencadeada pela própria burguesia, em conjunção com as repercussões dos acontecimentos revolucionários do continente, acabaria por escapar de seu controle e voltar-se contra ela própria.

¹¹ O “Poor Man’s Guardian” resumia assim este programa: “Destruição da aristocracia monstruosa; estabelecimento de uma República, isto é, de uma democracia com representantes eleitos pelo sufrágio universal; suspensão dos cargos, títulos e distinções hereditários; abolição do direito de morgadio, injusto e contra a natureza; distribuição por igual da propriedade entre todas as crianças; administração rápida e a baixo custo da justiça; abolição das Game Laws (leis sobre a caça) abolição das taxas diabólicas sobre os jornais, os almanaques e outras fontes de informação; emancipação de nossos judeus concidadãos; introdução das Poor Laws (leis sobre os pobres) na Irlanda; abolição da pena de morte para as ofensas contra propriedade; utilização dos rendimentos dos “pais de Deus”, dos bispos, para o bem-estar dos pobres: abolição de suas seitas, a dívida pública não deve ser a da Nação; demissão da máquina do despotismo: o exército; criação da Guarda Nacional.”

¹² Depois da metade do século XVII, designa-se por “WHIGS” e “TORIES” na Inglaterra, duas frações da alta burguesia e da aristocracia fundiária que partilham alternadamente o poder. Os Whigs formam uma fração mais liberal da alta burguesia, anti-absolutista, e que reclama reformas no momento da revolução francesa. Os Tories encarnam a fração tradicionalista da alta burguesia e da aristocracia fundiária, violentamente hostil a qualquer reforma que seja. Face à burguesia industrial, excluída do poder político, os Whigs são os mais inclinados às reformas, pois temem uma revolução social.

O conteúdo do “Great Reform Bill” apresentado por Lord John Russel na Câmara dos Comuns, em 1831, era o seguinte: supressão dos “burgos apodrecidos”, diminuição da metade das representações de circunscrições de pouco peso econômico (os assentos assim recuperados eram distribuídos pelas cidades industriais importantes) e o voto censitário.

Esta fórmula de compromisso deu à burguesia uma forte posição no Parlamento, o que era o meio mais seguro de eliminar os Tories do poder mas, ao mesmo tempo, mantinha o princípio da ligação do voto à propriedade privada, freando assim o desenvolvimento de um curso verdadeiramente revolucionário que poderia fazer surgir, por detrás da forma política, o conteúdo social: o proletariado.

Mas, tendo os Tories rejeitado o projeto de lei, a NPU desencadeia enormes manifestações mobilizando o proletariado. No seio da NUWC, BENBOW propõe a greve geral (Grand National Holiday) e um congresso das classes produtivas. O “Poor Man’s Guardian” publica conselhos técnicos para as batalhas de rua e métodos para construir barricadas. Sob esta intensa “pressão do exterior”, o gabinete Tory se demite e o partido Whig chega ao poder. O Reform Bill é finalmente votado em abril de 1832.

Em virtude de seu caráter limitado, a NUWC denuncia a traição da burguesia e tenta bloquear o Reform Bill censitário para obrigar a burguesia industrial a combater pelo sufrágio universal. Convoca as massas do proletariado e da pequena-burguesia democrática para comícios e utiliza a enorme influência do “Poor Man’s Guardian.”

Este último escreve em 11.04.1832: “vocês morrerão de fome aos milhares se este Bill for aprovado e vocês serão jogados ao estrume ou à terra, nus, como cães.”

Ao final de 1832, a NUWC convoca uma convenção nacional para deliberar sobre as medidas a serem tomadas contra o Reform Bill, convenção que é brutalmente dispersa pelo exército.

2.4.9. O Reform Bill de 1832 estabelecia, por conseguinte, um novo compromisso entre as classes dominantes, promulgando um sufrágio censitário favorável à burguesia e aos proprietários fundiários dirigido contra o proletariado (e a pequena-burguesia). Por medo do proletariado, a burguesia industrial negociou com os Whigs e freou o curso de uma revolução radical que ela própria havia contribuído para detonar. Mobilizada para obter uma maior parcela do poder político, a burguesia industrial obteve dos Whigs esta participação em troca de deixá-los, de imediato, com o controle do governo. Os diversos componentes das classes dominantes tendiam, portanto, a se unificarem no seio do aparelho do Estado contra o proletariado.

“Este Bill que ele (Lord John Russel – ndr) continua a exhibir com o objetivo de receber a admiração do mundo em geral, e a gratidão da nação inglesa em particular, ele não tem nem mesmo o mérito de ser seu autor. Nos seus principais pontos – o remanejamento dos burgos eleitores, a adição dos membros do campo, a admissão dos rendeiros e locatários e de algumas principais cidades comerciais-chaves -, ele os copiou do Reform Bill que Lord John Gray (o chefe do ministério da Reforma em 1831) havia proposto à Câmara dos Comuns há muito tempo, em 1797 (...). Era o mesmo Bill, com pequenas modificações. A eliminação de Wellington, que se declarou contra a Reforma; a

revolução francesa de Julho; as ameaçadoras Uniões Políticas formadas pela burguesia (Middle Class) e o proletariado em Birmingham, Manchester, Londres e várias localidades; guerra rural; as fogueiras acesas em todos os mais férteis condados da Inglaterra (“Das fogueiras nasce a Reforma”, disse um célebre autor). Todas estas circunstâncias obrigaram realmente os Whigs a propor certas medidas de reforma. Era seu único meio de apossar-se do gabinete. Eles o fizeram de má vontade, lentamente e após numerosos mas vãos esforços para escamotear as únicas cláusulas liberais de sua própria medida, depois para abandoná-la totalmente e para manter seus lugares através de um compromisso com os Tories. Mas, tão logo o Reform Bill tornou-se lei e começou a funcionar, para. As palavras de Mr. Bright, “o povo começou a perceber que ele havia sido enganado”. Talvez, nunca, um movimento popular tão potente e, segundo todas as aparências, cheio de sucesso desembocou num resultado tão irrisório. Não apenas as classes operárias estavam excluídas de qualquer influência política, mas a própria burguesia que Lord Althrop, a alma do gabinete da reforma, não havia utilizado uma simples figura de retórica quando disse a seus adversários Tories que “o Reform Bill era o ato mais aristocrático jamais oferecido à nação.” (Marx. Lord John Russel. New York Daily Tribune 28.8.1855)

Nestas circunstâncias, a burguesia industrial se dá por satisfeita pelo acesso à representação política e abandona toda aparência de luta pelo sufrágio universal. Preocupada em proteger seus interesses de classe, ela exige do Estado a manutenção da “ordem pública” para que o capital possa prosseguir seu caminho sem entraves. Em 1834 há uma vigorosa retomada do ciclo do capital, desencadeando uma fase de prosperidade, que contribui de maneira decisiva, ao lado das ações repressivas do Estado, para sufocar as últimas agitações populares e provocar o desaparecimento da NUWC e de outras organizações radicais compostas majoritariamente por operários. O “Poor Man’s Guardian” desaparece em 1835.

2.4.10. A obtenção do Reform Bill obrigou a burguesia a adiar algumas de suas reivindicações econômicas como a abolição das leis sobre os cereais, que entrava em violenta contradição com os interesses dos proprietários fundiários. Mas, apesar de tudo, ela era obrigada a se contentar com o Reform Bill, por medo do proletariado. Este último, traído pela burguesia, devia assegurar por si próprio a defesa de seus interesses de classe.

Se durante a agitação pelo Reform Bill, o proletariado inglês desempenhou o papel de coro e a burguesia a de “dramatis persona”, ator autônomo do drama, que poderia expressar em alto e bom som seus interesses de classe, totalmente opostos aos da classe burguesa.

Ora, apesar do estágio avançado das relações capitalistas de produção, uma tal cristalização das relações de classes não se produziu em seguida à obtenção do Reform Bill. O proletariado ainda tinha que lutar para a obtenção de seu terreno de luta e a burguesia industrial ainda tinha a necessidade de arregimentar o proletariado para utilizá-lo como massa de manobra contra seu outro grande inimigo: a propriedade fundiária.

Após 1832, os dois campos se reforçam e assiste-se a algumas provas de força entre burguesia e proletariado.

Em 1833, ocorre um grande movimento pela limitação da jornada de trabalho (luta pelo Bill das 10 horas) e pela reforma da legislação de fábrica. Em 1834, em pleno período de prosperidade, a burguesia mostra sua força aprovando o “Poor Law Amendment Act”, também chamado de “New Poor Law” (Nova Lei sobre os Pobres), que instituía as “casas de trabalho” (workhouses), verdadeiras bastilhas onde eram reagrupados os sem-trabalho e os miseráveis, e a respeito das quais Marx pôde dizer que eram “as prisões disciplinares de forçados reaparecendo em plena civilização(...), a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização” (cf. “Salário”, 1847). No lugar da antiga “ajuda direta” fornecida diretamente pelas paróquias a “seus” indigentes, reagrupavam-se os expropriados, os estropiados, os sem-trabalho das mais diferentes regiões do país, nas prisões centrais onde o trabalho era obrigatório: as “workhouses”. O desenvolvimento do capital exige de maneira crescente que o parlamento e a administração do Estado lhe sejam submetidos e, dialeticamente, que o proletariado e o resto da população se submetam à sua lei implacável. Torna-se necessário utilizar o aparelho de Estado contra todas as tentativas de organização operária: aumento da repressão contra as Trade-Unions (apesar da lei de 1824), leis contra a liberdade de imprensa, contra o direito de associação e de reunião, etc.

2.4.11. Produz-se durante todo este período um vasto movimento contra a New Poor Law, que afeta sobretudo a região norte, industrial, e que se radicaliza com a crise de 1837. Este movimento atrai certos “Tories radicais”, como OASTLER, que aí vêem uma excelente ocasião para abrir fogo contra o poder crescente da burguesia industrial e também de antigas figuras da NUWC.¹³ Ao lado deles, pastores metodistas, como STEPHENS, pregavam violentos sermões de caráter milenarista contra a “lei maldita”, que eletrizavam os operários.

É neste contexto, e paralelamente a este movimento, que se reconstitui através do país, principalmente no norte industrial, a rede de organizações da época do Reform Bill, cuja base social é formada pela camada inferior da burguesia (burgueses radicais), a pequena-burguesia e o proletariado, que exigem uma reforma parlamentar radical. Do lado dos radicais burgueses, a Birmingham Political Union (BPU), reativada, reivindica o “sufrágio doméstico” (household suffrage) e não o sufrágio universal, sem tomar partido quanto às reivindicações fundamentais do proletariado, o qual ela não consegue mobilizar.

Do lado do proletariado, em 1836 é fundada a “London Working Men’s Association (LWMA), cujo comitê dirigente era quase que totalmente formado de antigos militantes da NUWC, tendo como dirigente LOVETT. De inspiração owenista, o programa da LWMA pregava a transformação pacífica das instituições graças à “força moral” que o povo poderia exprimir à medida que seu nível de educação se elevasse. Retomando o conceito de “classes industriais” (burguesia e proletariado), a LWMA estimava que os interesses comuns à esta fração deviam ser defendidas no seio de um grande partido pacifista e legalista. Apesar de representar um grande passo em relação aos ensinamentos de Owen (que rejeitava toda ação política), a LWMA Não conseguiu efetuar um salto qualitativo, mas seu grande mérito foi o de contribuir para agir no sentido da constituição do proletariado em partido político.

¹³ Inclusive Feargus O’CONNOR. Este, apesar de sua desmesurada ambição e de suas concepções atrasadas a respeito do papel histórico do proletariado e de sua ação no curso revolucionário que se reabria, tornou-se o principal porta-voz político do movimento contra a New Poor Law, pois exprimia, mesmo que de maneira ambígua, a dinâmica da violência do movimento do proletariado contra o capital. Em 1837 ele funda o semanário “Northern Star”, órgão dos movimentos contra a New Poor Law pelo Bill das 10 horas, que era amplamente difundido entre os operários e que se tornou o principal órgão do cartismo.

2.4.12. Durante o ano 1836-37, diversas comissões da LWMA informaram-se e analisaram a situação das classes trabalhadoras de Londres. Destas investigações saiu a petição da “Crown & Anchor Tavern (fevereiro de 1837), que reivindicava 6 pontos para a reforma parlamentar, pontos que comporão a futura “Carta do Povo”: sufrágio universal, representação igualitária, parlamentos anuais, supressão da necessidade de ser proprietário para tornar-se membro do Parlamento, voto secreto e pagamento dos membros do Parlamento.

Este projeto, mesmo colocando de forma clara os principais meios para estabelecer uma reforma democrática da Câmara dos Comuns, situava-se entretanto numa perspectiva estritamente legalista e pacífica.

A LWMA não publicou imediatamente sua plataforma e tampouco se engajou numa agitação para sua realização. Cautelosamente, ela submeteu este projeto à aprovação dos deputados radicais (Roebuck, O’Connel; este último um anti-sindicalista fervoroso), para que suas reivindicações fossem apresentadas ao Parlamento. Mais ainda, este projeto não ligava a reivindicação do sufrágio universal – que a LWMA era, entre as organizações democráticas radicais, uma das primeiras a lançar – às lutas do proletariado contra a New Poor Law e o sistema de fábricas.

De qualquer modo, mesmo se aí não há individualização clara e nítida dos interesses específicos do proletariado, a obtenção do sufrágio universal é vista unicamente como meio para colocar um fim ao “estado da sociedade presente, injusta e corrompida” e instaurar o “paraíso social de Owen”, mas nunca como um fim em si.

Igualmente no campo proletário, constitui-se em 1836, em Londres, uma associação à esquerda da LWMA, a “East London Democratic Association” (ELDA), cujo principal líder é George HARNEY, antigo militante operário da NUWC (como também todos os dirigentes da ELDA), e que reivindica a tradição dos revolucionários franceses de 1793. Ela inspira-se nas idéias de Bronterre O’BRIEN que traduz para o inglês, em 1836, o livro de Buonarroti. “Baboeuf e a conspiração pela igualdade, dita de Baboeuf”. Harney tenta uma síntese da ideologia revolucionária francesa e do movimento operário inglês..

Em janeiro de 1837, a ELDA lança seu “Prospecto”, documento que reivindica diretamente e de maneira precisa 5 dos 6 pontos que serão lançados pela LWMA – à exceção da remuneração dos membros do Parlamento.

À diferença da LWMA, a própria ELDA organiza reuniões públicas para difundir seu programa, pois desconfia dos radicais burgueses e prega o uso da força para fazer passar “os 5 grandes princípios da Reforma Radical”, no caso de serem rejeitados pelo Parlamento.

De qualquer modo, a palavra de ordem do sufrágio universal é lançada em primeiro lugar pela ELDA, pela LWMA (à qual a ELDA se une em 1837, apesar das divergências) e pelas organizações radicais do norte industrial (as Working Men’s Associations criadas sob a influência da LWMA), majoritariamente compostas por operários e não por radicais burgueses.

2.4.13. Com a aproximação das eleições, a LWMA propõe uma aliança aos radicais burgueses da BPU e aos deputados radicais que prometeram examinar seu projeto de lei. Na realidade, isto

significava colocar a LWMA sob a direção dos radicais burgueses. Estes perdem as eleições e vêem sua representação parlamentar reduzida. Eles não souberam mobilizar o proletariado, não tomando posição sobre suas reivindicações sociais, nem defendendo a bandeira do sufrágio universal. Lord John Russel, mantido no posto de ministro e gozando do apoio do parlamento, no qual a influência da aristocracia fundiária havia se reforçado, bloqueia toda tentativa de reforma parlamentar que fosse além daquela estabelecida pelo Reform Bill de 1832.

“...ele (Russel, ndr) mostrou-se durante toda a sua carreira ministerial ser um adversário constante e impiedoso do escrutínio e dos parlamentos curtos. Mas quando tais declarações eram feitas, serviam como expedientes, inicialmente para acalmar os suspeitos democratas da Câmara dos Comuns e, em seguida, para amedrontar os refratários aristocratas da Câmara dos Lordes. Mas, tão logo ele tomou posse da nova corte da rainha Vitória e imaginou-se possuidor de um cargo imortal, fez sua declaração de novembro de 1837, na qual justificava a “extrema extensão a que o Reform Bill havia chegado”, como pretexto para barrar a possibilidade dele ir mais além. Afirmou friamente que “o objeto do Reform Bill era aumentar a predominância do interesse fundiário e pretendia ser uma decisão definitiva de uma grande gestão constitucional.” Desta declaração de finalidade ele ganhou o apelido de Finality John.” (Marx. Lord John Russel. New York Daily Tribune. 28.08.1855)

Esta declaração era uma declaração de guerra à burguesia industrial. O reforço do poder da aristocracia fundiária, que tal declaração implicava, entrava em contradição com os interesses do capital na Inglaterra o qual, para consolidar definitivamente sua dominação real sobre o trabalho, tinha necessidade da diminuição dos salários relativos e da abertura para o mercado mundial. Em resumo, da abolição das leis protecionistas sobre os cereais que interessavam unicamente à classe dos proprietários fundiários. A burguesia industrial era novamente levada, pelo próprio movimento do capital, a desempenhar seu papel revolucionário para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas: eliminar as últimas reminiscências da sociedade feudal, abolir os entraves ao livre curso do capital, em suma, implantar o livre-comércio.

Mas a atmosfera social era demasiado explosiva no momento em que o proletariado se revoltava contra a New Poor Law e lutava pela limitação da jornada de trabalho. Assim, tomar posição pelo sufrágio universal era muito perigoso, pois havia o risco de que o proletariado se voltasse contra a própria burguesia. As lições da época do Reform Bill, na qual o proletariado já havia mostrado sua força, estavam bem presentes na sua memória de classe.

2.4.14. Enquanto a grande burguesia liberal tentava encontrar um meio que não a ameaçasse com um contra-golpe, sua camada inferior, que mais sofria com a crise e estava politicamente frustrada pela derrota eleitoral, preparava-se para tomar a frente do movimento pela reforma parlamentar, a fim de manipular o proletariado segundo seus próprios interesses. A BPU – sua principal organização política -, prevalecendo-se de sua tradição popular da época do Reform Bill, desfralda por seu lado, em dezembro de 1837, a bandeira do sufrágio universal reivindicada pela LWMA e as outras Working Men’s Associations do país. Ela lança o plano de uma petição nacional pela reforma parlamentar, no qual concentra todas suas forças. Mas a petição devia ser apresentada segundo formas pacíficas e legais, conforme o princípio da “força

moral” que ela representava. Entretanto, seu objetivo real era o de recrutar o proletariado ao serviço de seus interesses.

A LWMA firma, nesta ocasião, sua aliança com a BPU ligando-se às suas atividades. Para tanto, ela evita, a fim de manter a aliança das “classes industriais”, ligar-se firmemente aos movimentos do proletariado contra a New Poor Law, no Norte industrial. Levando mais longe sua tática colaboracionista, ela chega a afiançar a repressão estatal contra estes movimentos. Uma tal política provocou violentas críticas da parte dos elementos mais conscientes dos interesses do proletariado (Harney, O’Brien), que a acusaram inclusive de ser “um instrumento nas mãos dos liberais ou dos malthusianos”.

2.4.15. É contra uma tal política de submissão que se concretizou a cisão de Harney com a LWMA. Harney funda em Londres a London Democratic Association (LDA), arrastando consigo seus antigos camaradas da ELDA e mantendo firmemente sua posição contra os burgueses radicais, contra a moderação da LWMA e pela ação revolucionária. Feargus O’Connor, que não era membro da LWMA e fazia-lhe uma crítica violenta, dá seu apoio à LDA e lhe oferece as colunas do “Northern Star”.

Assim, ao mesmo tempo que a Carta do Povo encontra sua forma definitiva, no início de 1838, graças à comissão composta por 6 membros do Parlamento pertencentes à burguesia radical, há a formação de uma ala esquerda do movimento democrático. Ao longo deste período, Harney publica no “Northern Star” as seguintes teses:

- As classes trabalhadoras só podem contar consigo mesmas;
- Contra a tese owenista da educação e da “força moral”,
- A sociedade está dividida em classes opostas por um antagonismo irredutível.

Entretanto, a burguesia radical não se desanimava de tomar a direção política do movimento e convoca em Glasgow, em maior de 1838, um gigantesco comício, apoiado pela LWMA, onde a “Carta do Povo” é finalmente apresentada diante de uma enorme multidão, mas somente depois que os oradores burgueses discursaram para tentar convencer as massas populares da necessidade de abolir as leis sobre os cereais e de promover uma reforma financeira (“as Corn Laws e a política deflacionista em vigor desde 1819 são a fonte de todos os males”).

Além do mais, eles tiveram o cuidado de sublinhar que todas as reivindicações apresentadas –e sobretudo a do sufrágio universal – deviam ser apoiadas unicamente por meios pacíficos e legais, pois apenas a “força moral”, da qual eram os defensores, poderia obtê-las.

Engels assim relata os 6 pontos da Carta do Povo, publicada em 8 de maio de 1838:

- “1. Sufrágio universal para todo homem maior, são de espírito e não condenado por delito;
2. Renovação anual do Parlamento;
3. Fixação de uma indenização parlamentar a fim de que os candidatos sem recursos possam igualmente aceitar um mandato;

4. Eleições com votação de desempate, a fim de evitar corrupção e a intimidação da burguesia;
5. Circunscrições eleitorais iguais a fim de assegurar representações eqüitativas;
6. Abolição da disposição – aliás ilusória – que reserva a elegibilidade exclusivamente aos proprietários de um domínio de no mínimo 300 libras esterlinas, de tal modo que todo eleitor seja, daqui em diante, elegível.”

Como vemos, os 5 pontos que seguem a reivindicação do sufrágio universal constituem apenas garantias suplementares para permitir o seu verdadeiro funcionamento. Mas, como observa Engels:

“estes seis pontos que se limitam à organização da Câmara dos Comuns, por mais anódinos que possam parecer, são entretanto de tal natureza que despedaçam a constituição inglesa, inclusive a rainha e a Câmara Alta. O que se chama de lado monárquico e aristocrático da Constituição só pode subsistir porque a burguesia tem interesse na sua manutenção aparente; tanto um quanto outro só têm existência fictícia. Mas se toda a opinião pública se alinhasse atrás da Câmara dos Comuns, se ela expressasse não apenas a vontade da burguesia mas a de toda a nação, concentraria nela tão perfeitamente a totalidade do poder que desapareceria a última auréola que cinge a cabeça do monarca e da aristocracia. O operário inglês não respeita nem os lordes nem a rainha, enquanto os burgueses – embora não solicitando seus pareceres sobre os fundos – cercam suas pessoas de uma verdadeira adoração. O cartista inglês é politicamente republicano, se bem que ele nunca emprega, ou o faz muito raramente, este termo; além do mais ele nutre simpatias pelos partidos republicanos de todos os países, mas prefere dar-se o nome de democrata”. Entretanto, ele não é simplesmente republicano; sua democracia não se limita ao plano político.” (Engels - A Situação da Classe Trabalhadora...)

2.4.16. A “Carta do Povo”, embora lançada por uma aliança formal entre os operários (LWMA) e a burguesia radical (principalmente a BPU), que pareciam formar um único partido, concentrava no fundo a oposição do proletariado contra a burguesia e é por isto que a grande burguesia liberal não queria mais falar de sufrágio universal. Quanto à burguesia radical, seu plano era o de dispor do apoio do proletariado, mas evitando cuidadosamente de lhe deixar qualquer iniciativa política, a fim de exercer uma pacífica mas colossal “pressão do exterior” sobre o Parlamento, para fazer passar suas próprias reivindicações.

“Dado que os operários não respeitam a lei, contentando-se, ao contrário, em deixar que ela exerça sua força quando eles próprios não têm o poder de mudá-la, é perfeitamente natural que proponham pelo menos modificações na lei, que queiram substituir a lei burguesa por uma lei proletária. Esta lei proposta pelo proletariado é a Carta do Povo (“People’s Charter), que na sua forma é puramente política e reclama para a Câmara dos Comuns uma base democrática. O Cartismo é a forma condensada da oposição à burguesia. Nas “unions” e nas greves, esta oposição permanecia sempre isolada, eram os

operários ou seções operárias que, isoladamente, lutavam contra os burgueses isolados, se o combate tornava-se geral, não era intenção dos operários e quando intenção havia era o cartismo que estava na base desta generalização. Mas o cartismo é toda a classe operária que se ergue contra a burguesia – e singularmente contra seu poder político – e que lança o assalto à fortificação legal na qual ela se encerra. O cartismo surgiu do partido democrático que se desenvolveu nos anos 80 a 90 do século anterior, simultaneamente com e no proletariado, reforçou-se durante a Revolução Francesa e manifestou-se, após a paz, como partido radical, tendo sua base principal em Birmigham e Manchester, como tivera antes em Londres; aliando-se com a burguesia liberal, ele conseguiu arrancar da oligarquia do antigo parlamento, o Bill da Reforma e, desde então, tem consolidado constantemente suas posições de partido operário frente à burguesia.” (Engels, Idem)

2.4.17. Contra a aristocracia fundiária e a alta burguesia financeira, a burguesia industrial radical e o proletariado pareciam poder fazer causa comum. Mas esta comunidade de interesses imediatos que se cristaliza na Carta, esconde no fundo interesses reais profundamente antagônicos. Afrontando a propriedade fundiária, a burguesia industrial contribui certamente para eliminar forças sociais herdeiras do passado, mas apenas para reforçar seu próprio poder, tanto social como político. Cada uma destas duas classes contestam, uma à outra, suas prerrogativas sociais: os burgueses contestam as leis sobre os cereais, os proprietários fundiários reclamam a abolição do sistema de fábrica; e suas prerrogativas políticas: luta da burguesia industrial por uma melhor representação política. Face a elas, o proletariado é por sua vez cortejado pelas duas frações (a propriedade fundiária se regozijará, por exemplo, da limitação da jornada de trabalho como um golpe dado nos industriais), que velam entretanto cuidadosamente para não lhe deixar qualquer iniciativa política. Neste contexto, a reivindicação do sufrágio universal possui um caráter explosivo, pois o proletariado, na Inglaterra urbana e capitalista, é de longe a classe mais numerosa da sociedade. A violência da acumulação do capital concentrou neste país, nos dois pólos da sociedade, uma classe dirigente e uma classe numerosa e sem reserva. Dar à esta última o direito de voto e os meios de servir-se dele (é o sentido dos 6 pontos da Carta), é praticamente dá-la o poder pelo simples jogo das instituições.

Atrás da questão do sufrágio universal perfila-se, portanto, imediatamente a questão social. É por isso que a burguesia radical, a mais interessada, além do proletariado, nesta reivindicação, esforça-se para manter-lhe um caráter exclusivamente político, para torná-la um fim em si, sem ligá-la às outras questões que colocavam o proletariado em movimento.¹⁴

¹⁴ Durante o grande comício de Birmigham, de 6 de agosto de 1838, em que compareceram numerosas Trade-Unions e uma enorme massa de operários (cerca de 200.000), MUNTZ, um dos dirigentes da BPU, conseguiu fazer adotar, em meio ao entusiasmo geral, uma moção que dirigia toda a agitação social do proletariado para o objetivo único da petição pela reforma parlamentar:

“... é necessário desembaraçar-se dos Tories e dos Whigs. É necessário organizar um sistema de agitação. Mas não se pode agitar por qualquer pequena questão. E, acima de tudo, é necessário desconfiar da velha palavra de ordem “dividir para reinar”. É necessário fixar-se sobre a petição nacional, deixando de lado os pontos menores que suscitaram discussão. A questão das Corn Laws deve ser deixada de lado pelo momento, do mesmo modo que qualquer outra questão que levante o fabricante contra o fazendeiro, o operário contra o mestre, ou o fazendeiro contra o proprietário. Tudo isso deve ser deixado de lado e

Entre os dois, a pequena-burguesia que não havia tirado nenhum benefício da reforma de 1832, apoiava igualmente a reivindicação do sufrágio universal.

“O cartismo foi – é verdade – desde seu início em 1835, um movimento essencialmente operário, mas ainda não estava nitidamente separado da pequena burguesia radical. O radicalismo operário andava de mãos dadas com o radicalismo burguês: a Carta era seu Shibboleth comum, eles tinham suas “convenções nacionais” em conjunto a cada ano; eles pareciam formar um único partido (sublinhado por CouC). A pequena-burguesia parecia dotada, nesta época, de uma combatividade particular, ela queria sangue em virtude da decepção que havia provado diante dos resultados do Bill da Reforma; a violência da agitação cartista portanto estava longe de desgostá-la”. (Engels, A Situação...)

2.4.18. Em 1838, isto é, no mesmo ano em que foi lançada a Carta do Povo, a burguesia industrial criou a Anti-Corn Law League (ACLL: Liga contra as leis sobre os cereais). A organização – a grandes custos – desta associação visava um duplo objetivo: inicialmente, manipular o proletariado e fornecer-lhe um derivativo à palavra de ordem do sufrágio universal, atraindo-o com a fórmula ilusória do “pão barato”. Em seguida, contando com o apoio desta massa de manobra, a burguesia industrial partidária do livre comércio esperava dobrar a aristocracia fundiária e desembaraçar o terreno deste obstáculo ao livre curso dos interesses do capital. Marx, no seu “Discurso sobre o livre comércio” de 1848, demoliu completamente os argumentos dos livre-cambistas e lembrou que o proletariado havia chegado muito claramente à consciência de que este não era seu terreno de luta e que, se ele se deixasse arregimentar, perderia sua alma e renegaria seus interesses de classe.

“Os operários ingleses compreenderam muito bem o significado da luta entre os proprietários fundiários e os capitalistas industriais. Eles sabem muito bem que se queria abaixar o preço do pão para rebaixar o salário e que o lucro industrial aumentaria daquilo que a renda diminuísse (...)

Os operários ingleses mostraram aos “free-traders” que eles não estão enganados por suas ilusões e mentiras e se, apesar disso, eles se associaram a eles contra os proprietários fundiários era para destruir os últimos vestígios feudais e para ter apenas um único inimigo. Os operários não se enganaram nos seus cálculos, pois os proprietários fundiários, para se vingar dos fabricantes, fizeram causa comum com os operários para fazer passar o Bill das dez horas, que estes últimos haviam em vão reivindicado durante 30 anos e que passou imediatamente após a abolição dos direitos sobre os cereais.” (Marx, Discurso sobre o Livre Comércio)

devemos unir nossas mãos e nossos corações num único grande e geral esforço. Obtenhamos de uma vez por todas uma boa e justa representação do povo e com isso conseguiremos ulteriormente a paz, a felicidade e o bem-estar permanente do povo. Não deixemos nossa atenção ser desviada em nenhum momento do sufrágio universal. Todos os outros males, as leis sobre os cereais, as leis sobre os pobres – esqueci-as por um momento - , não pensai em nada mais do que o princípio que vos dará o poder de eleger homens que, uma vez eleitos, rejeitarão, se for necessário, uma dúzia de tais leis a cada dia.” (The Grand Midland Demonstration at Birmigham. August 6, 1838 – panfleto)

2.4.19. O movimento da burguesia industrial pela abolição dos Corn Laws exprimia a necessidade da consolidação da submissão real do trabalho ao capital e era necessariamente revolucionário do ponto de vista burguês, pois tendia, no limite, à eliminação completa da aristocracia fundiária e das velhas instituições políticas e de seus partidos. Assim sendo, aplainaria o terreno para a luta frontal, decisiva, entre proletariado e capital.

Entretanto tal movimento não é fruto de uma vontade revolucionária deliberada. A burguesia é forçada a isso pelo desenvolvimento das forças produtivas, e a necessidade de limitar o poder econômico e social da aristocracia fundiária acompanha necessariamente uma tentativa de limitar seu poder político: a reforma parlamentar. Entretanto, aos olhos da burguesia, a vontade de obter maior poder político para fazer passar as reformas necessárias a seus interesses não pesa na balança, face ao medo que lhe inspira o proletariado. É por isso que, ao invés de empurrar seu movimento para a frente e de lhe dar um contorno nitidamente revolucionário, ela negocia com os Whigs no poder e bloqueia o processo de radicalização.

“Mas os burgueses ingleses não são franceses excitáveis. Quando procuram fazer adotar uma reforma parlamentar não fazem uma revolução de fevereiro. Ao contrário. Tendo obtido em 1846 (data da abolição das leis sobre os cereais, NDR) uma grande vitória sobre a aristocracia fundiária rejeitando as Corn Laws, deram-se por satisfeitos gozando as vantagens materiais da vitória enquanto negligenciavam tirar dela as necessárias conclusões econômicas e políticas, permitindo assim aos Whigs reinstalarem-se no seu monopólio hereditário de governo (...).

E por que tudo isso? Porque em cada movimento violento, eles são obrigados a apelar à classe operária. E se a aristocracia fundiária é um oponente em declínio o proletariado é seu inimigo ascendente, a quem o futuro pertence. Por conseguinte, esforçam-se em evitar qualquer colisão violenta com a aristocracia. Mas a necessidade histórica e os Tories fazem pressão sobre eles. Eles não podem evitar de cumprir sua missão, despedaçando a velha Inglaterra, a Inglaterra do passado; e, no exato momento em que terão conquistado a dominação política exclusiva, quando a dominação política e a supremacia econômica estiverem unidas nas mesmas mãos, quando, por conseguinte, o combate contra o capital não será mais distinto do combate contra o governo existente, a partir deste exato momento começará a revolução social da Inglaterra.” (Marx, Os Cartistas. New York Daily Tribune, 25.08.1852)

2.4.20. Mas, a persistência de uma certa comunidade de interesses imediatos entre proletariado e burguesia radical, permite-lhes unir-se num mesmo movimento – o partido cartista – e eles parecem formar portanto um único partido. E, embora o cartismo fosse um movimento essencialmente operário, ainda não estava claramente separado da burguesia radical. Como vimos, a direção do movimento cartista estava nas mãos de duas tendências: os operários moderados (Lovett), discípulos de Godwin e de Owen, partidários da “força moral”; e, de outro lado, os burgueses radicais, principalmente os da BPU. Além destas duas frações, o aprofundamento da crise produziu a radicalização de uma ala revolucionária proletária no seio do partido cartista, que exprimia de maneira mais adequada os objetivos sociais da luta do proletariado inglês. Esta ala revolucionária, conduzida por Harney, O’Brien, O’Connor, etc..., não se limita a exigir um justo salário para uma jornada de trabalho equitativa, ou “o produto integral do salário”, como os moderados de Lovett, mas afirma a necessidade de abolir o salariado. Toma firme e claramente posição contra a Anti Corn-Law League, que denuncia

como sendo um movimento diversionista e de manipulação, cujo objetivo era o de abaixar os salários e defender unicamente os interesses da burguesia e nenhum do proletariado. Ela afirma que a igualdade social só será possível uma vez obtida a igualdade política e propõe medidas como a nacionalização da terra ¹⁵, uma reforma do sistema monetário inspirado nos bônus de trabalho de Owen, a criação de um Banco Nacional, a separação da Igreja do Estado, a liberdade completa da imprensa, etc...

Ela lança o grito de guerra social: “O poder político é nosso meio, a felicidade social é nosso fim!”. Mas, ao mesmo tempo que revelava mais nitidamente a característica especificamente social, proletária, revolucionária do cartismo, ela também revelava seus limites quanto à compreensão da verdadeira natureza social da luta do proletariado moderno contra o capital.

A emergência desta ala revolucionária apenas constituía o prelúdio a uma clara e nítida individualização dos interesses do movimento proletário que, até 1842, iria encontrar-se unido à burguesia radical e à pequena-burguesia, no seio do movimento cartista, para obter a Carta do Povo.

A ala revolucionária era a única que se esforçava em ligar as lutas pelo sufrágio universal às lutas sociais do proletariado e a tentar aproximar-se das Trade-Unions. Tentava assim romper a influência owenista sobre os sindicatos, apesar de reconhecer a importância das contribuições de Owen no terreno sindical (principalmente a tentativa de formar a Grand Consolidated Trades-Union, lançada em 1834 e derrotada antes do início do cartismo em 1837).

Outro ponto sobre o qual se delimitava a fração revolucionária no seio do movimento cartista é a questão da violência, pois ela não hesita em reivindicar o uso da “força física” para impor a Carta, lançando seu grito de guerra. “Pacificamente se pudermos, pela força se necessário”.¹⁶

Harney chega mesmo a apelar pela insurreição armada como única maneira para implantar a Carta, mas o conjunto da ala revolucionária não o segue neste terreno. Ela contenta-se em apelar pelo armamento defensivo do povo, quando o Estado intervinha nos “comícios com tochas”, que ocorriam no Norte industrial. A razão de uma tal moderação é, evidentemente, a necessidade de proteger a unidade com a burguesia radical.

“Num tal momento, é necessário evitar a desunião. Não deixemos os homens de Birmigham altercarem-se com os do Norte (...), não podemos nos permitir perder um único homem em nossas fileiras (...), a fim de dominar simultaneamente a própria força e o medo da força, vocês devem estar unidos como um só homem e devem respeitar a estreita legalidade em todas as suas ações. Vocês não devem atacar, mas devem estar

¹⁵ À exceção de O'Connor e de seus discípulos, que propõem a parcelização das grandes propriedades fundiárias, medida utopista e reacionária, levando-se em conta as condições econômicas e sociais avançadas do MPC na Inglaterra. Mais tarde (1843), estas propostas desembocarão, como veremos, no “Land Scheme”.

¹⁶ O'Brien, reivindicando a tradição de Babeuf e dos revolucionários de 1793, prega a defesa do poder legislativo conquistado pelo povo pelo terror revolucionário, “nas circunstâncias fatais onde as conspirações contra-revolucionárias ou a ira dos partidos tornam necessário verter sangue, para prevenir uma maior efusão de sangue inocente”. (1836)

prontos para defender-se (...), mas (...) vocês têm, cada um de vocês, o direito indubitável de estarem armados para a defesa dos seus direitos e liberdades pessoais (...). Em resumo, seus direitos e liberdades pessoais (...). Em resumo, vocês devem considerar a sua posição como estritamente defensiva, de modo que, se o combate acontecer, vocês poderão jogar sobre seus inimigos toda a responsabilidade de o haver começado”. (O’Brien, in “Northern Liberator”. 8.12.1838)

2.4.21. É nesse contexto que se reuniu em 1839 a Primeira Convenção Nacional Cartista, para depositar no Parlamento a petição que reclama a reforma parlamentar na base do sufrágio universal. FLORA TRISTAN, nas suas “Promenades dans Londres” (“Caminhadas por Londres”), assim resumiu o conteúdo da Petição de 1839:

- A reforma eleitoral (de 1832) foi uma decepção, uma medida que apenas transferiu o poder de uma fração à outra.
- Abolição das leis que limitavam os salários e taxavam a alimentação.
- O papel do governo é o de se ocupar do bem da maioria.
- A fim de intervir neste estado de coisas, é reclamado o sufrágio universal acompanhado dos 6 pontos da Carta.

A Convenção, formada por delegados eleitos pelas “Political Unions” e “Working Men’s Associations”. Ao longo dos comícios de 1838, é concebida como um verdadeiro “Parlamento do Povo”, como a “Convenção geral das classes trabalhadoras”, que se oporia ao Parlamento burguês e poderia constituir um verdadeiro contra-poder. Ao longo dos debates, os convencionais discutiram a fixação de uma data para apresentar a petição ao Parlamento e as medidas a serem tomadas no caso da petição ser rejeitada.

No seio da ala revolucionária, a fração de esquerda (Harney), minoritária, reclama a apresentação imediata da petição e ataca violentamente os burgueses radicais e os moderados que, provocando o adiamento das decisões sobre a data da apresentação da petição, traíram o povo.¹⁷

Ela exige o recurso à insurreição armada para fazer aceitar a Carta como “lei do país” e afirma que, no caso da petição ser rejeitada, a Convenção tinha já, de fato, o poder de dar à carta uma existência legal, pois ela encarnava a vontade da imensa maioria do povo.

A outra parte da ala revolucionária, aliás sua maioria (O’Brien, O’Connor) divergia sobre o recurso à insurreição e defendia a apresentação da petição pela via legal. Isto não apenas para não romper a frente comum com a burguesia, mas também porque julgava que o povo ainda não estava suficientemente preparado para a ofensiva e que deveria limitar-se a reclamar o armamento defensivo do povo. Quanto aos moderados, rejeitam qualquer forma de armamento (ofensivo ou defensivo) e contentam-se em apelar à “força moral”.

¹⁷ A LDA, de sua parte, adota as seguintes resoluções:

- “1) Que se a Convenção fizesse seu trabalho, a Carta seria a lei do país em menos de um mês
- 2) Que nenhum atraso deveria acontecer para a apresentação da Petição Nacional.
- 3) Que qualquer ato de injustiça ou de opressão deveria encontrar resistência imediata.” (The Charter, 10.03.1839)

Este debate sobre a violência, assim como a claríssima condenação da Anti-Corn Law League (ACLL), engendrou um afrontamento com os burgueses radicais que ameaçavam dissolver a Convenção, da qual estigmatizavam sua “dupla linguagem”.

2.4.22. Neste estágio, ou a Convenção tomava um curso burguês, ou um curso proletário. As violentas lutas proletárias no Norte levaram a ala revolucionária a uma certa radicalização, mas apenas a fração extremista (Harney) continuava a apelar pela insurreição armada.

“Homens do Leste e do Oeste, homens do Norte e do Sul, o sucesso de vocês depende apenas de vocês mesmos e sua causa triunfará: aproxima-se o 6 de maio. Preparem-se! Não escutem aqueles que pregam um adiamento. Aqueles que queiram postergar agora são traidores e que a vingança de vocês recaia sobre a cabeça deles. Uma palavra de alerta. Estas 2 ou 3 últimas semanas vocês me deixaram exortá-los a se armarem. Eu digo a vocês, a vocês que ainda estão desarmados, pois, graças à Deus, dezenas de milhares entre vocês podem, de mão em mão e de pé em pé, ganhar o direito de serem homens livres. A vocês que ainda não estão livres eu digo novamente: ARMEM-SE para proteger seus velhos pais, ARMEM-SE por suas esposas e crianças e cunhadas, ARMEM-SE para extirpar a tirania do solo e a opressão do trono. Seu país, sua posteridade seus Deus exigem: ARMEM-SE! ARMEM-SE! ARMEM-SE!!!

A França está às vésperas da revolução, a Bélgica deseja ser livre, na Alemanha desperta a liberdade, os patriotas espanhóis estão prestes a mandar Isabel e Carlos ao diabo, os Italianos levantam a cabeça e os exilados poloneses sonham novamente com a restauração de sua pátria; mas os Ingleses ainda contam com vocês.

Sim, ainda a “Inglaterra é a âncora e a esperança do mundo”.

Venham pois homens do Norte, de suas colinas cobertas de neve; venham pois homens do Sul, de seus vales ensolarados; venham à concentração; unam-se e fraternizem-se, armem-se e vocês serão livres! Que o grito universal de reunião, do Estuário do Forth aos confins do país, seja IGUALDADE OU MORTE”. (Harney, London Democrat, 20.04.1839)

Além do mais, a violenta repressão contra estes mesmos movimentos (interdição dos comícios, aprisionamento de cartistas, brutalidades policiais, etc...) levou os delegados operários a defender a idéia de uma greve geral, de um “mês sagrado”.

Esta radicalização provocou a defecção de uma parte dos delegados burgueses, deixando assim campo livre para o proletariado. Mas, este último, que havia vivido na ilusão do compromisso entre as “classes industriais”, a ponto de considerar a greve geral como uma greve de burgueses e de proletários, não soube conduzir sozinho a luta. O elemento proletário no seio da Convenção não conseguiu colocar-se como órgão dirigente da luta de classes que sacudia o país e esta, abandonada a si própria, sucumbiu à repressão do Estado.

A petição é rejeitada em 12 de julho de 1839 e a ala moderada, e mesmo uma parte da ala revolucionária, concluíram que não se podia ficar sem o apoio da burguesia radical. Interrompendo o processo de radicalização, ela tenta reatar com a burguesia votando contra o “mês sagrado”. Apesar disso, a burguesia abandona a Convenção; e os chefes cartistas, inclusive

Harney derrota e ordenam a dissolução da Convenção, a qual é seguida de uma vaga maciça de prisões.

A última convulsão do movimento de 1839 aconteceu em novembro quando, em desespero de causa, FROST, um dos líderes da ala esquerda do cartismo, marchou sobre Newport à frente de um punhado de mineiros gauleses.

“...Em 1839, a agitação prosseguiu com a mesma intensidade e, logo que começou a enfraquecer-se no fim do ano, Bussey, Taylor e Frost apressaram-se em desencadear um motim no Norte da Inglaterra, no Torkshire e no País de Gales. Frost foi forçado a lançar a empreitada muito cedo, pois seu empreendimento fora descoberto, e isto significou a derrota; os do norte souberam desta saída infelizmente muito cedo para poder voltar atrás; dois meses mais tarde, em janeiro de 1840, muitos motins chamados de “policiais” (spy outbreaks), explodiram no Yorkshire, por exemplo em Sheffield e Bradford; depois, a agitação se acalmou pouco a pouco”. (Engels A Situação da Classe Trabalhadora...)

2.4.23. A derrota da Convenção de 1839, o revés das insurreições de 1839 e do começo de 1840, não poderiam deixar de ter conseqüências sobre o movimento cartista. A fase seguinte iria ser dedicada a uma reorganização do movimento e também a uma clarificação das posições. Harney desempenhou um papel fundamental no erguimento da National Charter Association (NCA – 1841).

Em 1840, o cartismo está de joelhos, vítima da repressão (quase todos os líderes, inclusive O’Connor, estão na prisão). As lutas prosseguem em nível local, sem organização, de maneira ineficaz e desordenada. A tentativa de Harney parte de uma reflexão sobre este revés, que ele une à experiência dos cartistas escoceses, os quais possuíam, desde 1839, uma organização unitária, centralizada e dotada de um comitê executivo que coordenava os movimentos sociais e a agitação pela Carta. Em março de 1840, Harney publica uma “Circular aos democratas da Grã-Bretanha”, no “Scottish Patriot”, onde ele recomenda aos ingleses seguirem o exemplo escocês:

- dotar-se de um comitê executivo nacional permanente;
- além disso, eleger “tribunos” locais que organizariam sistemática a agitação: campanha de assinaturas, ataque aos comícios da ACLL, celebração de ofícios dominicais cartistas em lugar de missas, etc.

O objetivo era de dotar o cartismo de uma estrutura nacional, que elegeria um Parlamento do povo e faria adotar a Carta. Ora, esta conduta correspondia efetivamente às necessidades do movimento que recomeçava na base e cujas associações locais, ressurgidas, também reclamavam a formação de uma instância nacional.

Durante uma reunião em Manchester, em julho de 1840, os delegados de 23 cidades reconhecem que a agitação pela Carta deve efetuar-se através de uma organização estruturada, com estatutos, aparelho permanente, seções locais, cotizações, etc. O objetivo da NCA é incorporar todos os cartistas da Grã-Bretanha numa única sociedade. Rapidamente a NCA

contará com cerca de 20 000 membros das 200 seções, em dezembro de 1841; depois, 50 000 membros das 350 seções, em abril de 1842.¹⁸

A formação da NCA constitui o primeiro passo para a formação de um partido cartista revolucionário. Com efeito, os “cartistas da força moral”, como Lovett, recusavam-se a aderir à NCA sob o pretexto de que esta instituição era “ilegal”. Formaram, para fazer concorrência à NCA, uma “National Association of the United Kingdom”, que tomou nitidamente partido pela “força moral” e pela legalidade, contra a “força física”. Lovett lançou um manifesto intitulado “O Cartismo, uma nova organização do povo, projeto para a educação e o melhoramento político e social”, que retomava o velho fundo owenista da LWMA e concebia a associação como um vasto centro de educação cultural. É esta corrente que reativará, em 1842, a aliança com a burguesia radical, notadamente com Sturge.

2.4.24. Com efeito, no próprio seio do cartismo nem todos tiraram a mesma conclusão da traição da burguesia radical. A ala moderada (Lovett), que agora contava com o apoio de antigos militantes importantes da ala revolucionária, como O’Brien, novamente tentava reaproximar-se da burguesia radical, acreditando que os Tories, novamente no poder depois de 1841, fariam com que ela (a burguesia radical) reativasse suas reivindicações pela reforma parlamentar. Por sua vez, a burguesia industrial relançava com vigor o movimento pela abolição das leis sobre os cereais, muito decidida a obter para tanto o apoio do proletariado, tendo como palavra de ordem o “pão barato”, mas nunca o sufrágio universal. Ora, esta era a única palavra de ordem que poderia reativar a antiga aliança entre as “classes industriais”.

“Neste interim, a burguesia lançou-se em projetos mais práticos, mais vantajosos para ela, em particular nas leis sobre os cereais; a associação contra as leis sobre os cereais foi criada em Manchester e teve como consequência um afrouxamento dos laços entre a burguesia radical e o proletariado. Os operários compreenderam muito cedo que a abolição da lei sobre os cereais não traria para eles um grande benefício, ao contrário, ela traria lucro apenas para a burguesia; e é por isso que foi impossível ganhá-los para este projeto.” (Engels, a Situação da Classe Trabalhadora...)

À margem da ACLL, Sturge e um punhado de livre-cambistas (free traders) tentavam reeditar o papel que a BPU tivera à frente do movimento pela reforma parlamentar em 1838, e fundaram uma associação pelo “Complete Suffrage” (Sufrágio Completo).

Sturge concebia o “Complete Suffrage” (termo empregado para evitar as desagradáveis reminiscências revolucionárias do sufrágio universal), como um instrumento de conciliação e não de luta de classes. Todo homem, não importa de que classe, dizia Sturge, tem o direito de expressar suas opiniões e estimava que pelo jogo desta livre expressão, as contradições que animavam a sociedade seriam resolvidas, e que a calma retornaria à Inglaterra. Ele sonha então realizar uma perfeita democracia. É o mesmo raciocínio que levará no fim do século, reformadores como Disraeli a estender gradualmente o direito do sufrágio. Mas o segredo da iniciativa de Sturge é que ele temia que se não se desse aos operários este direito de expressão, eles o tomariam por si próprios; e aí... só Deus saberia o uso que fariam disso!! Onde, para

¹⁸ Após sua saída da prisão, em 1841, O’Connor torna-se o principal dirigente da NCA.

Sturge, a idéia de acompanhar este direito de vantagens materiais: trabalho, bons salários e livre comércio!

Frente a esta iniciativa, os cartistas da NCA acusavam o movimento de Sturge de ser apenas um biombo para a ACLL. Harney responde que o único documento é a Carta e que qualquer tentativa como a de Sturge, de editar um novo documento, só podia ser um ardil para afundar a NCA e seu comitê executivo. E acrescenta:

“Se as classes médias (a burguesia, ndr) são sinceras, que adotem nossa carta e que se unam à nossa associação. Não me oponho à união das duas classes, pelo contrário. Eu a desejo, mas ela deve ser uma união fundada na justiça, tendo por objeto a igualdade dos direitos de todos. Não modifiqueis um nada na Carta. Que ela permaneça inteira e intacta, é nossa palavra de ordem e nossa reivindicação”.

(...) “Além do mais, declaramos que qualquer proposta de aliança política que nos possa ser feita em seguida pelas classes médias, enquanto operários nós a rejeitaremos sem reserva e sem hesitação, a menos que ela contenha um reconhecimento completo e sincero dos princípios expostos da Carta do Povo”. (Discurso de Harney, Northern Star, 8.01.1842)

Todo o problema da aliança de 1842 entre o proletariado e a burguesia radical era o seguinte: a aliança se efetuará na linha capitulante de Lovett, constituindo um alinhamento nas posições burguesas, ou se faria sob a égide e o controle da NCA, com o proletariado à frente, mobilizando em seguida a burguesia?

2.4.25. Em fevereiro de 1842, John Sturge reuniu os delegados da ACLL favoráveis à extensão do sufrágio com os cartistas moderados, como Lovett, Hetherington, etc..., propondo-lhes uma aliança, mas com a condição de abandonar a palavra de ordem da Carta do Povo. Lovett, condenando os “excessos” dos cartistas radicais e afirmando que desejava a aliança com a burguesia radical, consegue que a Carta não seja pura e simplesmente rejeitada, mas que se torne ao menos objeto de uma discussão. Em troca, aceita reivindicar igualmente a abolição da lei sobre os cereais.

Esta iniciativa provocou uma violenta contra-ofensiva da parte do estado-maior da NCA e do Northern Star.

Em 5 de abril de 1842, a “Complete Suffrage Union” (Sturge e companhia) convoca uma segunda conferência. Para pregar-lhe uma peça, os cartistas radicais organizam uma contra-conferência ao longo da qual O’Connor sublinha que: “todo homem que preconize uma medida de justiça menos completa do que a Carta inteira (é considerado) um inimigo das classes trabalhadoras.”

Entretanto, existia de fato uma aliança entre os operários moderados e os burgueses radicais. O fruto desta aliança foi o reconhecimento das respectivas reivindicações dos dois campos: abolição das leis sobre os cereais pelos operários. Carta do Povo para os burgueses (seu programa foi reconhecido por Sturge em 5 de abril).

Num primeiro momento, o restante do campo proletário (isto é a NCA) não reconheceu esta aliança e a 2ª convenção nacional cartista, ocorrida em maio de 1842 realizou-se sem Lovett e os membros moderados. Bronterre O'Brien é então violentamente atacado pela sua participação na reunião de 5 de abril.

Como a de 1839, a Convenção Nacional de 1842 elabora uma petição para ser encaminhada ao Parlamento. Segundo Flora Tristan, os principais pontos da petição (muito mais detalhada do que a primeira) eram os seguintes:

- O governo que não emana do sufrágio universal não pode reclamar obediência do conjunto do povo.
- A Câmara atual apenas representa os interesses particulares de seus membros e não os do conjunto da sociedade.
- Ela é portanto um instrumento do despotismo.
- A lei eleitoral é feita pelas classes dominantes: capitalistas e proprietários fundiários.
- Contra o pagamento da dívida pública.
- Contra a miséria do povo e a lei sobre os pobres.
- Contra a disparidade dos salários entre os operários, que produzem a riqueza da nação, e os parasitas que estão no comando.
- Contra a repressão que atingiu os autores da petição e os agitadores.
- Contra a manutenção de uma multidão de homens armados para vir em socorro da polícia.
- A manutenção deste exército é anticonstitucional.
- Pela redução da jornada de trabalho e a elevação dos salários.
- Supressão dos monopólios e dos privilégios.
- Que se reconheça as queixas da classe operária e que se trabalhe para satisfazê-las.
- Pela abolição das taxas religiosas.
- Qualquer indivíduo do sexo masculino, maior e que nunca tenha sido condenado deveria poder eleger, cada ano, o parlamento.
- Contra qualquer espécie de censo, que é contrário às tradições do país.
- Reconhecimento dos motivos das queixas do povo irlandês.
- Que a Câmara adote como lei a Carta do Povo.

Como se vê, a petição de 1842 une as reivindicações políticas e sociais do proletariado. Flora Tristan também sublinha a diferença de amplitude das duas petições, a de 1839 e a de 1842.

“Em 1839, homens que ainda estão argumentando com os governos demonstram gravemente as conseqüências inevitáveis da ordem de coisas existentes; reclamam para todos a participação nos direitos políticos, porque a corrupção, a cupidez, as espoliações e a opressão da aristocracia reduzem-nos à mais horrível miséria, aniquilando a prosperidade pública e colocando em perigo a tranquilidade do país, reduzindo o povo ao desespero”.

Em 1842, a massa de signatários da segunda petição:

“...vem dizer à Câmara que ela está sem poder para fazer leis e exigir a obediência; que o povo lhe resistirá porque ele não a nomeou. Não são mais concessões que eles requerem, é um direito que exigem e do qual declaram querer tomar posse pela força se se persiste a lhes recusar. São acusações que endereçam contra o uso que a Câmara faz de um poder usurpado para espoliar o povo; contra a escandalosa rapacidade do clero que lhes é imposta; contra a tirania organizada, seus bandos de homens de polícia, suas tropas de soldados, seus aprisionamentos arbitrários e a iníqua parcialidade das cortes de justiça; é a comparação que estabelecem entre os salários dos grandes pensionistas do povo, começando pela rainha, e os dos produtores; entre a utilidade social dos primeiros e a dos segundos.”

A petição foi rejeitada pelo Parlamento, a classe burguesa no poder não podia admitir o sufrágio universal que recolocava explicitamente em causa sua supremacia, não apenas política como também social.

“Eu me oponho ao sufrágio universal (...). Eu considero que a civilização repousa sobre a segurança da propriedade (...). É por isso que não podemos, de modo algum, sem correr um terrível perigo, confiar o governo do país a uma classe que, sem dúvida nenhuma, praticaria incursões graves e sistemáticas contra a segurança da propriedade (...). A Petição requer o poder supremo, em todo organismo constituinte do Império. O capital e a propriedade adquiridos devem ser postos aos pés dos trabalhadores. Como duvidar do resultado?” (Discurso de MascCaulay no Parlamento. 1842)

2.4.26. O ano de 1842 foi igualmente marcado, ao longo da primavera e do verão, por um vasto movimento operário, mas este foi em parte desencadeado pela burguesia industrial, efetivamente decidida a obter a abolição das leis sobre os cereais.

“A primavera e o verão transcorreram numa vívida agitação, enquanto a miséria se agravava. A burguesia estava decidida a impor a abolição das leis sobre os cereais, aproveitando-se da crise, da miséria que se seguiu e da excitação geral. Desta vez, agora que os Tories estavam no poder, ela aboliu muito de sua própria legalidade, queria fazer a revolução, mas com os operários. Queria que os operários corressem os riscos por ela e se queimassem para o bem maior da burguesia. Já se havia retomado, de vários lados, a idéia anteriormente lançada pelos cartistas (em 1839) de um “mês sagrado”, de uma paralisação geral do trabalho de todos os operários; mas, desta vez, não eram os operários que queriam fechar as fábricas, mandar os operários para as comunas rurais, para as propriedades da aristocracia, para constranger assim o parlamento Tory e o governo a abolir os direitos de alfândega sobre os cereais. Naturalmente, disso resultaria uma revolta, mas a burguesia permanecia em segurança, na retaguarda, e podia esperar o resultado sem se comprometer no caso de um revés.” (Engels. A Situação da Classe...)

Para fazer os operários descerem às ruas, os capitalistas reduziram os salários e fecharam as fábricas. Mas, contrariamente ao que esperavam, os operários não reclamaram a abolição da lei sobre os grãos. Contentaram-se em reivindicar aumentos de salário e, em algumas ocasiões, a Carta.

“Entretanto os operários em revolta não cometeram excessos. Eles haviam sido empurrados a esta revolta sem realmente querê-la; os industriais, completamente contra seus hábitos não estavam contrários a esta paralisação do trabalho (...); a coisa começou sem que os operários tivessem um objetivo preciso. É por isso que todos estavam certamente de acordo para não se deixarem matar pelo bem maior de seus patrões, partidários da abolição das leis sobre os cereais; mas, por outro lado, alguns queriam impor a Carta do Povo, enquanto outros, julgando este empreendimento prematuro, procuravam simplesmente fazer valer as tabelas de salários de 1840”. (Engels, *idem*)

Os próprios cartistas da NCA, reunidos nas conferências de 15-16 de agosto de 1842, não souberam posicionar-se com relação ao movimento. Conscientes das atuações da ACLL e do papel da burguesia no desencadeamento do movimento, recusaram tomar a frente do movimento e, quando muito, votaram uma moção de apoio às greves. Embora certos cartistas julgassem o movimento propício para desencadear uma insurreição geral, nem O’Connor nem mesmo Harney apoiaram esta posição.¹⁹

A burguesia, por sua vez, ultrapassada pelos acontecimentos recusou-se a seguir o proletariado no terreno da ilegalidade e rompeu, de fato, a aliança do 15 de fevereiro, alinhando-se com as forças de repressão para quebrar o movimento dos operários.

Sem coluna vertebral, sem cérebro (pois o único órgão que poderia cristalizar a revolta e dela fazer uma revolução recusava-se a desempenhar este papel), o movimento sucumbiu à repressão e depois extinguiu-se.

“Se tivesse sido desde o início uma insurreição operária consciente, prescrita, teria realmente tido êxito; mas as massas jogadas nas ruas pelos seus patrões, sem o querer, sem objetivo preciso, nada podiam fazer (...); esta revolta popular, sem objetivos, chocou-se de um só golpe não apenas com as forças militares governamentais mas, além disso, com toda a classe possuidora. Os operários, que aliás não tinham idéia diretriz, separaram-se e a insurreição extinguiu-se pouco a pouco sem graves conseqüências.” (...).”No intervalo, a burguesia que não tinha movido um só dedo para fazer aplicar a aliança de 15 de fevereiro, muito cedo compreendeu que os operários se recusavam tornar-se seus instrumentos e a conseqüência com a qual ela foi afastada de seu ponto de vista “legal” colocava-a agora, ela própria, em perigo; retornou então à sua antiga legalidade, alinhando-se ao lado do governo contra os operários que ela própria havia os excitado à rebelião e empurrado, em seguida, a se revoltar.” (Engels, *A Situação das Classes...*)

¹⁹ Quando os cartistas tomaram as rédeas do movimento e fizeram proclamar diante da multidão reunida a People’s Charter, já era muito tarde. Os trabalhadores, como de resto os cartistas, aos quais esta idéia pertencia como propriedade particular, fundamentavam-se na única idéia de uma revolução pela via legal – o que é, em si uma contradição, uma impossibilidade prática que não conseguiam realizar. A primeira medida que todos tinham igualmente tomado, parar as fábricas, era já violenta e ilegal.

Visto a inconsistência de todo o empreendimento, ela teria sido reprimida logo no início se a administração, pega desprevenida, não tivesse sido tão indecisa e desprovida de meios. E, entretanto, o mais ínfimo destacamento militar e policial foi suficiente para conter o povo. Em Manchester, viu-se milhares de trabalhadores deixar-se aprisionar nos quarteirões por quatro ou cinco dragões, que ocupavam cada um uma saída. A “revolução legal” impediu tudo. Assim, tudo foi perdido, cada operário retomou seu trabalho uma vez chegado ao fim de suas economias, e quando não tinha mais nada para comer.” (Engels, *As Crises Internas, Rheinische Zeitung, 1842*)

2.4.27. A fraqueza do movimento cartista foi de não tomar nota desta traição, nem estigmatizar a burguesia, com a qual ele precisaria romper imediatamente em bases proletárias. Ao contrário, a aliança foi reforçada e mesmo ampliada à NCA, pois O'Connor descobria repentinamente que entre os “middle-class” (a burguesia), havia de fato duas camadas, uma próxima da aristocracia e outra próxima do povo, sendo que seria preciso apoiar de fato a segunda. Em agosto, os cartistas votaram em Sturge quando de uma eleição parcial.

O plano dos cartistas, aceitando participar de uma nova conferência da “Compete Suffrage Union”, prevista para dezembro de 1842, era de infiltrar-se no movimento e conduzir a aliança com a burguesia no terreno da Carta, isto é, no terreno do proletariado. Em 29 de outubro, O'Connor e três membros da NCA são eleitos representantes de Birmigham na Conferência. Ora, Sturge tinha pressentido o perigo de ver a conferência passar para o controle cartista. Ele tenta então conduzi-la para um terreno em que não podia estabelecer nenhum compromisso com O'Connor e os cartistas radicais. Preparou um segredo – sem mesmo informar Lovett e os moderados – um “New Bill of Rights”, o qual ele submeteria à discussão, como prévia à abertura da Conferência. Informado, Lovett percebe, como bom centrista, que a única resposta possível de O'Connor seria exigir o reconhecimento da Carta. Na abertura da Conferência, os cartistas, indignados com a proposta de Sturge, protestam contra o fato de discutir um documento do qual não tinham tido conhecimento. Lovett, num esforço de conciliação, pede que a resolução seja retirada e que a Carta seja submetida à discussão.

O'Connor consagra a ruptura declarando que:

“Quando as classes médias quiseram fazer adotar o Bill de 1832, acharam cômodo e necessário pedir a cooperação das classes operárias. Depois, quando conseguiram atingir seu objetivo, rejeitaram a escada de que se tinham servido para subir e deixaram a grande massa do povo cair por terra. As classes operárias não são mais, a partir de agora, o instrumento de um partido.”

Diante desta intransigência, os burgueses retiraram-se da sala, sem conseguir entretanto carregar com eles os cartistas moderados, que tinham consciência de terem sido manipulados.

A partir deste momento, não havia mais aliança, mesmo tática, com a burguesia. O partido cartista torna-se um partido operário.²⁰

“O partido cartista separou-se então, de fato, em dois partidos, cujos princípios políticos declarados concordam perfeitamente, mas que são, no entanto, totalmente diferentes e inconciliáveis. Na Convenção nacional de Birmigham, em janeiro de 1843, Sturge, o representante da burguesia radical, propôs riscar o nome “Carta” dos estatutos da Associação cartista, sob o pretexto de que este nome estaria ligado à causa da insurreição., a lembranças revolucionárias violentas, laços que, de reto, já datavam de longos anos e aos quais o Sr. Sturge não tinha tido até então nada a objetar. Os operários não quiseram abandonar este nome e quando Sturge foi derrotado nos votos, este Quaker que se tinha tornado repentinamente um leal

²⁰ A evolução do cartismo como partido operário, as conseqüências da ruptura de 1842 e a retomada do movimento em 1848 serão estudadas posteriormente.

sujeito, saiu da sala em companhia da minoria e fundou uma Complete Suffrage Association formada por burgueses radicais. Essas lembranças tornaram-se tão odiosas para este burguês jacobino de véspera, que ele chegou a transformar a expressão sufrágio universal (universal suffrage) nesta locução ridícula: “sufrágio completo” (complete suffrage). Os operários riram dele e prosseguiram seu caminho.” (Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora...*)

2.5. FRANÇA: PROLETARIADO E REVOLUÇÃO COM ALMA POLÍTICA

2.5.1. Na França, o movimento dos canutos lioneses de 1831 é característico da evolução da classe operária durante este período. Engels qualifica a sublevação dos canutos de “primeira sublevação operária”. É, efetivamente o primeiro movimento puramente operário da história, no qual os operários são os únicos protagonistas e onde tomam diretamente as armas contra a burguesia. Ademais, o movimento dos canutos aparece, sob muitos aspectos, como característico do novo ciclo de batalhas proletárias que se anuncia. De início, ele apresenta-se como a encarnação do antagonismo moderno entre trabalho assalariado e capital. Na sua luta pela obtenção do máximo de mais-valia, o capital não tem outra saída, na fase de submissão real do trabalho ao capital, senão pesar sobre os salários e até rebaixá-los violentamente em caso de crise, enquanto que, por outro lado, procura alongar a duração do trabalho. Em Lyon, a luta trava-se diretamente neste terreno.

Desde Luís XI, Lyon era o centro das indústrias de seda, abastecendo não apenas o mercado francês, mas também o estrangeiro. Os donos dos teares empregavam cerca de 60 mil operários. Em 1826, a indústria de seda lionesa conhece uma grande crise, agravada pela concorrência estrangeira, que se beneficia seja de preços menores devido a um desenvolvimento econômico mais fraco (Suíça, Alemanha), seja de uma melhor produtividade devido à introdução de técnicas modernas (máquinas a vapor na Inglaterra). Face à degradação de suas condições de vida, os operários tecelões se unem para reivindicar a instauração de uma tarifa mínima. Depois de inúmeras manifestações e petições, acabam por obtê-la em outubro de 1831. São os patrões que endurecem o jogo, paralisando os teares e desempregando milhares de operários.

Os tecelões respondem com a insurreição, rapidamente engrossados por outros grupos de trabalhadores da cidade.

A insurreição não podia vencer. Não apenas pelo fato de que tinha explodido sem qualquer preparação, de modo espontâneo, pois os proletários conseguiram apoderar-se da cidade e ter o controle militar do campo de luta; mas, sobretudo porque não podiam nem queriam nada com o poder que caíra em suas mãos. Mestres da cidade, os operários não tomaram nenhuma medida, não procuraram tirar partido dessa vantagem e se deixaram desarmar após alguns dias. Mas isso bastou para demonstrar que a massa de proletários armados é capaz de enfrentar a burguesia.

2.5.2. Ademais, a trajetória dos operários lioneses durante e após os acontecimentos de 1831 é característica do movimento operário francês. Os operários tinham combatido em 1830 contra

os Bourbons com a idéia implícita de edificar a república; colheram os frutos sob Luís Felipe, mas nem a menor reforma social chegou a ser realizada. Dado o passado revolucionário e as lembranças de 1793, dada a agitação a favor da república levada por burgueses radicais insatisfeitos com a redistribuição de poder ocorrida em 1830, o proletariado francês ia voltar-se para as teorias republicanas e levar seu combate de uma forma especificamente política. Entre 1821 e 1834, criam-se em Lyon inúmeras associações operárias, organizações de defesa de tipo sindical e sociedades secretas. Em 1834, o proletariado lionês retoma as armas, mas desta vez seu objetivo é nitidamente a instauração da república.

Menos amplo que o movimento de 1831, o de 1834 testemunha entretanto uma certa maturação e prefigura engajamentos ulteriores do proletariado francês, inclusive na forma por ele privilegiada: a forma política.

“Pensando em termos políticos, o proletariado vê a origem de todos os males na vontade e, todos os meios para resolvê-los, na força e na derrubada de uma forma determinada de Estado. Exemplo: as primeiras sublevações do proletariado francês. Os operários de Lyon acreditavam que perseguiram apenas objetivos políticos e que eram simples soldados da república quando, na realidade, eram soldados do socialismo. É assim que sua inteligência política os iludia sobre a fonte de sua miséria social e falseava neles a consciência de seu verdadeiro objetivo: sua inteligência política enganava seu instinto social.” (Marx – Rei da Prússia e reforma social)

2.5.3. A partir dos anos 1834-1835, o proletariado francês procura reapropriar-se da sua tradição histórica. Por meio da reatualização de Babeuf e da conjuração dos Iguais, ele reata com projetos de tomada do poder político e de ditadura do proletariado. O velho revolucionário de origem italiana Buonarrotti desempenhou um papel eminente neste verdadeiro trabalho de restauração que permitiu, na época, ao proletariado reatar com seu passado mais revolucionário. Felipe Buonarrotti tinha participado da conjuração dos Iguais. Após ter pago seu tributo à repressão, dedicou sua vida a animar sociedades secretas, a transmitir o legado dos Iguais às novas gerações de proletários revolucionários. Dentre aqueles que inspirou diretamente encontra-se Blanqui.

“Durante este período (1834-1835), os operários que tinham sido republicanos assimilaram uma nova lição: reconheceram que, mesmo que seus planos democráticos dessem certo, continuariam a ser ludibriados por chefes mais espertos e ainda mais sutis, e que sua situação social – causa de seu descontentamento político – em nada melhoraria devido a qualquer mudança política. Eles retornaram às fontes vivas e ao estudo da Grande Revolução e apoderaram-se vivamente do comunismo de Babeuf. (Engels – Progresso da reforma social no continente, 1843 – grifado por CouC)

Assim realiza-se, no período 1830-1848, um processo de individualização do proletariado revolucionário. Mas ele só poderá efetivamente vingar quando as ilusões democráticas, pequeno-burguesas do proletariado fracassarem na luta de classes de junho de 1848. Ao mesmo tempo em que prossegue com seus esforços de delimitação teórica, e que procura organizar-se separadamente, o proletariado só se colocará em marcha, durante toda essa época, a reboque da burguesia. As tentativas de ação autônoma do proletariado, essencialmente

animadas por sociedades secretas, se romperão sobre a imaturidade das condições políticas e sociais.

2.5.4. A tática seguida por Blanqui ilustra essa fase do movimento na França. Não reconhecendo no proletariado, enquanto novo sujeito revolucionário na história, a capacidade de impulsionar e de dirigir o movimento social, Blanqui confia essa iniciativa às sociedades secretas, pequenos grupamentos de revolucionários estritamente organizados, que devem ser capazes de derrubar o curso da história por uma série de golpes e de complôs.

Antes de ser um teórico, Blanqui era um homem de ação e herdava diretamente as práticas dos Carbonari e de outras sociedades secretas dos anos 1820-1830. A Buonarrotti ele deve seu interesse pelas conspirações. Chegando em plena época de retomada da atividade revolucionária, Blanqui teria a ocasião de atirar-se à luta antes de ter elaborado uma doutrina, ou de ter precisado as críticas que emite contra a sociedade burguesa. Ele sente que a burguesia usurpou a revolução; como todos os revolucionários da época, ele é sobretudo republicano e pensa que a realeza, pura e simples excrescência parasitária de uma sociedade que já tinha mostrado como livrar-se dos reis, poderia ser derrubada por um simples complô.

É por isso que todo movimento de exasperação da classe operária, que se traduzia por manifestações violentas, agitações, etc... sempre encontrava Blanqui à frente do combate e, quando tais ocasiões inexistiam, ele trabalhava para forjá-las, passando alternadamente da clandestinidade para a cadeia, onde viveu a maior parte de sua vida. Mas, que se tratasse das insurreições de 1832, 1834 ou 1839, tal prática, que decorria da visão teórica que Blanqui tinha do enfrentamento de classes, sempre fracassava e só podia fracassar.²¹

Para Blanqui, a sociedade sempre estava dividida em dois campos antagônicos, um oprimindo o outro. Se a burguesia mostra-se capaz de dominar a massa do proletariado e do povo é porque derrogou-se o monopólio da propriedade não apenas dos meios de produção, mas também, por exemplo, dos meios de comunicação, dos meios educativos, etc... mantendo a massa dos oprimidos num estado próximo da escravidão. Como os revolucionários de 1793, Blanqui pensa que o objetivo do movimento histórico é a instauração da igualdade e que é necessário, portanto, varrer o regime burguês, já que este só logrou reforçar a exploração e a opressão de uma massa cada vez mais despossuída. Mas ele é incapaz de ver precisamente no despojamento desta nova classe revolucionária, “o lado revolucionário que derrubará a antiga sociedade”.

Segundo ele, cabe às elites – que, contrariamente aos proletários, não foram privadas do saber, da cultura, da educação – dirigir o grande combate social que oporá a massa do proletariado à minoria burguesa. É por isso que ele concebe a organização do proletariado do seguinte modo: uma sociedade secreta, dirigida essencialmente por intelectuais, prepara golpes nos quais a massa do proletariado deverá fornecer as tropas de choque.

²¹ Com exceção feita ao episódio de 1848, onde a tática seguida por Blanqui e imposta às suas próprias tropas era tudo menos blanquista, pode-se notar a inépcia de uma tática que negligencia ligar entre elas as condições objetivas e subjetivas, lembrando-se do seguinte fato: em 1870, pouco após a queda de Sedan, Blanqui, efetivamente convencido de que o Segundo Império só tinha algumas semanas de vida, organizará uma insurreição para 14 de agosto, que acabou sendo um fracasso total. No dia 4 de setembro, Paris sublevava-se para reclamar a República, e sete meses depois o proletariado proclamava a Comuna.

Ora, jamais as revoluções se desenrolarão segundo esse esquema, e se as sociedades secretas animadas por Blanqui, Barbès, etc... tiveram um papel histórico foi o de fornecer, numa época em que as condições não estavam ainda suficientemente maduras para a organização do proletariado em partido, o recipiente onde iriam fundir-se todos os elementos do futuro partido e que, através das Sociedades das Estações, da Liga dos Justos, etc... dariam origem à Liga dos Comunistas.

“Para o marxismo tem-se a igualdade: Civilização=Servidão! E hoje a esterilidade de uma sociedade decrépita, onde a violência revolucionária ainda não consegue liberar a nova sociedade, produz entre tantos recuos mensais, com a antítese Socialismo ou Barbárie trazida com luvas de Paris, uma releitura do marxismo! Mas o socialismo é uma revanche dialética e revolucionária da barbárie! Uma revanche do comunismo e da fraternidade das primeiras “gentes”; e ele limpará o terreno destes produtos civilizados que foram a apropriação econômica e a dominação política!

(...) “Socialismo ou Barbárie” não é nossa alternativa. Para aquele que tem nas veias uma gota de dialética revolucionária, é, ao contrário: Civilização ou socialismo!” (Battaglia Comunista, nº 10, 1951)